

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM GEOGRAFIA  
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO INDÍGENA  
PARESÍ EM MATO GROSSO: IMPACTOS E  
PERSPECTIVAS SOCIECONÔMICAS**

**ODAIR ALVES NASCIMENTO**

Cuiabá, MT, abril de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM GEOGRAFIA  
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO INDÍGENA  
PARESÍ EM MATO GROSSO: IMPACTOS E  
PERSPECTIVAS SOCIOECONÔMICAS**

**ODAIR ALVES NASCIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> ONÉLIA CARMEM ROSSETTO**

Cuiabá, MT, abril de 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM  
GEOGRAFIA  
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO INDÍGENA PARESÍ EM MATO  
GROSSO: IMPACTOS E PERSPECTIVAS SOCIOECONÔMICAS**

**AUTOR: ODAIR ALVES NASCIMENTO**

Dissertação defendida e aprovada em 13 de abril de 2007, pela seguinte comissão julgadora:

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Onélia Carmem Rossetto  
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

Examinador Interno: Prof<sup>ª</sup> Júlia Adão Bernardes  
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso e Universidade Federal do Rio de Janeiro

Examinador Externo: Prof. Dr José Manoel Carvalho Marta  
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Sociedade Indígena Paresí, que é a razão desta dissertação; à minha esposa, Kley; a meus pais, Aparecido e Maria das Dores Nascimento; a meu irmão Osvaldo (*in memoriam*); a todos meus familiares e antepassados; e aos defensores da causa indígena.

## AGRADECIMENTOS

*Louvarei o Senhor em todo o tempo;  
o seu louvor estará continuamente na minha boca.*

Bíblia Sagrada, Livro dos Salmos, capítulo 34.

Agradeço:

a Deus a oportunidade de realização de mais um sonho;

à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Onélia Carmem Rossetto o incentivo e orientação;

aos Paresí a colaboração e o incentivo; às comunidades das Aldeias Paresí Rio Verde e Vale do Papagaio, a receptividade e o apoio durante os trabalhos de campo;

em nome de minha esposa, a todos os familiares a compreensão e apoio;

a Odair Antônio e Lucimar Alves, meus amigos, e porto seguro em Tangará da Serra durante pesquisas de campo;

aos funcionários da Escola Estadual 29 de Novembro e do CMEF Prof<sup>o</sup> José Nodari em Tangará da Serra e a todos os que incentivaram e acreditaram nesse trabalho;

à Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Semec), representando, respectivamente, o Governo do Estado de Mato Grosso e a Prefeitura de Tangará da Serra, que contribuíram para a realização dessa jornada;

aos professores, funcionários e colegas do Curso de Pós-Graduação em Geografia;

a todos meus ex-professores;

aos servidores da Funai de Tangará da Serra, Cuiabá e Brasília o apoio;

aos representantes de outras instituições ouvidas, Opan, Sema e Famato;

aos funcionários das bibliotecas da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Univag Centro Universitário, Universidade de Cuiabá (Unic), Universidade Cândido Rondon.

## RESUMO

NASCIMENTO, Odair Alves. **A produção do espaço geográfico indígena Paresí em Mato Grosso**: impactos e perspectivas socioeconômicas. Orientadora: Onélia Carmem Rossetto. Cuiabá: UFMT, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia).

A Produção do Espaço Paresí, grupo étnico indígena que vive no Sudoeste do Estado de Mato Grosso, é marcada por impactos sociais e econômicos ocorridos após o contato com os não-índios no século XVIII. Esses danos são intensificados com a ocupação da Fronteira Agrícola a partir da década de 1960, possibilitada pela crescente intervenção Estatal na região. Com os insucessos na aplicação de alternativas econômicas, crescente dependência e dificuldades econômicas, mais de 13.000 hectares de cultivo com técnicas da agricultura moderna são introduzidos nas terras da etnia em parceria com fazendeiros, o que pode causar novos impactos. Nesse contexto, o principal objetivo desta dissertação é analisar a Produção do Espaço Paresí com ênfase no período que vai da intensificação da intervenção estatal na região, na década de 1960, até o atual momento, e vislumbrar perspectivas, tanto em relação a danos quanto a possibilidades econômicas. O estudo foi desenvolvido em quatro etapas: fase exploratória, com uso de dados de monografia de especialização em História de Mato Grosso e pesquisas bibliográficas; trabalho de campo em duas aldeias onde foram realizadas entrevistas e observações; entrevistas em instituições governamentais e não-governamentais e em associação da etnia; e análise dos dados através de categorias primárias e secundárias. Essas informações mostram que após sofrer os impactos do contato com os não-índios, o maior problema dos Paresí é a falta de perspectivas econômicas que gerem emprego e renda. Para desenvolvê-las, principalmente o Estado, que através de suas intervenções na região possibilitou os danos à etnia, deve ter uma atuação mais eficaz. Para isso é necessário que haja pesquisas de alternativas adequadas ao ambiente, sociedade e cultura do grupo.

Palavras-Chave: Produção do Espaço Geográfico. Paresí. Impactos Socioeconômicos.

## ABSTRACT

NASCIMENTO, Odair Alves. **A produção do espaço geográfico indígena Paresí em Mato Grosso**: impactos e perspectivas socioeconômicas. Orientadora: Onélia Carmem Rossetto. Cuiabá: UFMT, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia).

Paresi Space Production, ethnic indigenous group that lives in the southwest of Mato Gross, is marked by economic and social impacts occurred after the contact with non-indigenous people in the eighteenth century. These damages are intensified with the occupation of the Agricultural Frontier from the decade of 1960, made possible by the increasing of the State intervention in the region. With the failure in application of the economic alternatives, increasing dependence and economic difficulties more than 13000 hectares of cultivation with know-how of the modern agriculture are introduced in the lands of the ethnic group in partnership with farmers what can cause new impacts. In this context, the main aim of this dissertation is to analyze the Paresi Space Production with emphasis on the period that goes from the intensification of the State intervention in the region in the decade of 1960 till the present moment and to show perspectives , as in relation to the damages as the economic possibilities. The study was developed in four phases: exploratory phase, using the data of monograph of specialization in History of Mato Grosso and bibliographical researches, fieldwork in two villages where interviews and observation were done, interviews in governmental and non-governmental institution and in association of the ethnic group and analysis of data through the primary and secondary categories. This information show that after suffering the impacts of the contact with non-indigenous people the great problem of Paresi is the lack of economic perspectives that can generate employment and incomes. To develop them, it has to have a more efficient action, specially the State that through intervention in the region made possible damages to the ethnic group. To this is necessary that there are researches of adequate alternatives to environment, society and culture of the group.

Key words: Geographical Space Production. Paresí. Economic and Social Impacts.

**LISTA DE SIGLAS**

CDTI	-	Centro de Documentação Terra e Índio
CAIEMT	-	Coordenadoria de Assuntos Indígenas do Estado de Mato Grosso
Consema	-	Conselho Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso
Cooperíndio	-	Cooperativa Agropecuária de Alimentos Indígenas do Médio Norte
Coprodia	-	Cooperativa dos Produtores de Álcool e Açúcar de Campo Novo dos Parecis
EIA	-	Estudo de Impacto Ambiental
Famato	-	Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso
Fema	-	Fundação Estadual de Meio Ambiente
FIBGE	-	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Funai	-	Fundação Nacional do Índio
Ha	-	Hectare(s)
IUC/TI	-	Índice de Unidades de Conservação/Terra Indígena
ICMS	-	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPM	-	Índice de Participação do Município
LC	-	Lei Complementar
MT	-	Estado de Mato Grosso
LDO	-	Lei do Orçamento Municipal
Opan	-	Operação Amazônia Nativa
ONG	-	Organização Não-Governamental
Padic	-	Programa de Apoio Direto às Iniciativas Comunitárias
PDI	-	Programa de Desenvolvimento Integrado
PDRI	-	Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado
PIB	-	Produto Interno Bruto
Poloamazônia	-	Programa de Desenvolvimento da Amazônia
Polocentro	-	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
Polonoroeste	-	Programa Integrado de Desenvolvimento Rural do Nordeste do Brasil
Proálcool	-	Programa Brasileiro de Álcool

Probor	- Programa de Incentivo à Produção da Borracha Vegetal
Prodeagro	- Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso
Pronaf	- Programa Nacional de Agricultura Familiar
RIHGMT	- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
Rima	- Relatório de Impacto Ambiental
Sam	- South American Indian Mission
Sema	- Secretaria Especial do Meio Ambiente
Sema-MT	- Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso
Seplan-MT	- Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso
Senar	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Sil	- Summer Institute Of Linguistics
SPI	- Serviço de Proteção ao Índio
Sudam	- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Sudeco	- Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Sudene	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SPVEA	- Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
TI	- Terra Indígena
UFMT	- Universidade Federal de Mato Grosso

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINA</b>
FIGURA 1	Localização das Terras Indígenas Paresí.....	03
FIGURA 2	Mapa Político das Terras Indígenas Paresí.....	04
FIGURA 3	Localização das Aldeias Seleccionadas para o Trabalho de Campo.....	10
FIGURA 4	Pólos de Desenvolvimento Sub-Regionais em Mato Grosso.....	34
FIGURA 5	O Polocentro e as Terras Indígenas Paresí.....	38
FIGURA 6	As Terras Indígenas Paresí no Contexto do Polonoroeste.	42
FIGURA 7	Carta Etnográfica da Expedição Rondônia de 1934 (Adaptada) .....	56
FIGURA 8	Imagem de Satélite das Terras Paresí: Ocupação Desordenada do Entorno.....	60
FIGURA 9	Mapa de Solos das Terras Indígenas Paresí.....	69
FIGURA 10	Imagem de Satélite das Terras Paresí: Áreas Plantadas em Parcerias Agrícolas.....	74

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>Caracterização da Área em Estudo.....</b>	<b>02</b>
<b>Delimitação do Problema e dos Objetivos da Pesquisa.....</b>	<b>06</b>
<b>Procedimentos Metodológicos.....</b>	<b>08</b>
<b>CAPÍTULO 1 – CONCEPÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 Principais Fatores na Produção do Espaço.....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 Região Produtiva em Fronteira Agrícola.....</b>	<b>16</b>
<b>1.3 A Produção do Espaço: Forma, Função, Estrutura e Processo.....</b>	<b>19</b>
<b>1.4 Revisando Conceitos.....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 2 – A PRODUÇÃO ESPACIAL PARESÍ: DO CONTATO</b>	
<b>INTERÉTNICO A DÉCADA DE 1960.....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 A Ação Oficial.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2 Frentes de Expansão Econômica: Mineração, Poaia e Seringa.....</b>	<b>25</b>
<b>2.3 Mudanças Sócioeconômicas na Perspectiva de Lideranças Paresí.....</b>	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO 3 – CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO</b>	
<b>PARESÍ A PARTIR DA DÉCADA DE 1960.....</b>	<b>30</b>
<b>3.1 Intervenção Estatal na Produção Espacial Paresí.....</b>	<b>31</b>
3.1.1 O Polocentro.....	36
3.1.2 O Polonoroeste.....	40
3.1.3 O Prodeagro.....	45
3.1.4 O Papel da Funai.....	48
3.1.5 A Superintendência de Política Indigenista do Mato Grosso.....	49
<b>3.2 As Organizações Não-Governamentais na Produção do Espaço</b>	
<b>Paresí.....</b>	<b>50</b>
<b>3.3 Insucessos dos Projetos Econômicos.....</b>	<b>51</b>
<b>CAPÍTULO 4 – INTERFERÊNCIAS EXTERNAS DA OCUPAÇÃO DA</b>	
<b>FRONTEIRA AGRÍCOLA COM IMPACTOS INTERNOS</b>	
<b>SOBRE OS PARESÍ.....</b>	<b>54</b>



## INTRODUÇÃO

O estudo da produção do espaço é complexo, pois é um mergulho na lógica de mudança que envolve o mundo, sobretudo atualmente, quando as transformações são cada vez mais rápidas. Nessa perspectiva, por envolver o contato entre índios e não-índios, a produção do espaço Paresí<sup>1</sup> torna a investigação ainda mais desafiadora, pois os dois lados ainda têm concepções de mundo bem distintas. Essa interação entre as sociedades gera trocas constantes, porém, às vezes, desiguais para uma das partes, como historicamente ocorreu na América Latina, onde as relações dos colonizadores para com grupos indígenas como os Incas, Maias e Astecas foi de extermínio e dominação.

No Brasil, estima-se que, em 1500, início da colonização, a população indígena seria entre 1 e 10 milhões de habitantes. Conforme dados oficiais (BRASIL, 2007), atualmente somam por volta de 460 mil, vivendo nas terras indígenas e fora delas. Mesmo com o rápido crescimento dessa população nas últimas décadas, esta é muito menor que há 500 anos, o que demonstra o extermínio dos índios no país. Atualmente existem 225 etnias, que ocupam 12,42% do território brasileiro, falando cerca de 180 línguas, muitas subdivididas em dialetos e distribuídas em diversos troncos e famílias lingüísticas.

Em Mato Grosso, onde vive a etnia Paresí, existem 54 áreas indígenas oficialmente reconhecidas que abrangem cerca de 13% da superfície de seu território. A população total foi estimada em 19.288 índios em 2005, distribuída em 32 etnias que pertencem a vários troncos e famílias lingüísticas (MATO GROSSO, 2007-a).

Segundo um representante da Administração Executiva Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Tangará da Serra, no Estado de Mato Grosso (MT), os Paresí somam uma população atual aproximada de 1.700 habitantes vivendo em 42 aldeias e também fora das terras indígenas. Eles descendem de cinco subgrupos endogâmicos: Kozárini, Wáimare, Kaxíniti, Warére e Káwali.

Conforme Costa (1985), no passado, os Paresí se distribuíam por territórios específicos no Planalto e Chapada dos Parecis. Quem delimita esse espaço é

---

<sup>1</sup> Neste estudo, quando se referir a este grupo étnico indígena, será usada a grafia Paresí, de acordo com Rodrigues (1986), pois é assim que antropológicamente é escrita.

o mito de origem desses índios, já que os cinco subgrupos são filhos de seis dos oito irmãos ancestrais, que saíram do mundo subterrâneo e se casaram com mulheres-árvores. O mais velho, Wazáre, que não teve filhos, assim como Kamaihie, criou o mundo Paresí e nomeou, com base nas nascentes dos rios, os territórios que os descendentes de seus irmãos ocupariam.

Desse modo, além da mesma origem, mesmo tronco lingüístico (o Aruak) e língua (a Paresí), é possível, pelas diferenças entre esses subgrupos (como de dialetos), ter-se um referencial na construção sociocultural de um único grupo étnico (GONÇALVES, 2004). Conforme Barth (2000), o que define esses grupos é a identidade nos aspectos biológico e cultural, a capacidade de comunicar-se, de identificar-se e ser identificado pelo grupo. Haesbaert (1999), que acrescenta a identidade territorial, mostra que a identidade implica numa inter-relação simbólica (e social) entre pessoas e objetos na busca pela semelhança.

### **Caracterização da Área em Estudo**

O grupo étnico Paresí vive em nove terras indígenas (TI) no sudoeste de Mato Grosso, sendo elas: TI Paresi, TI Rio Formoso, TI Utiariti, TI Juininha, TI Estivadinho, TI Figueiras, TI Estação Pareci, TI Uirapuru e TI Ponte de Pedra (Figura 1). Essas terras somam juntas aproximadamente 11.193 km<sup>2</sup> ou 1.119.300 hectares (ha), em meio a oito municípios, dos quais sobressaem Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Conquista do Oeste e Sapezal, que contam com, respectivamente, 51,01%, 29,36%, 26,14% e 9,92% de seus territórios cobertos por Terras Paresí (Figura 2).

Tangará da Serra, Campo Novo dos Parecis e Sapezal, que, com base na Figura 2, têm suas sedes localizadas, respectivamente, entre as coordenadas geográficas: 14°37'11"S e 57°29'15"W; 13°39'49"S e 57°53'28"W, e 13°32'41"S e 58°48'42"W, serão destacados na pesquisa. Esses municípios são os que mais se vinculam ao estudo pelo forte emprego da agricultura moderna e, através dela se relacionam decisivamente com o problema pesquisado. Segundo Santos (2004) a agricultura moderna é ancorada na ciência e, entre suas características, destacam-se a forte dependência de informações, tecnologia, máquinas e produtos químicos nos processos de trabalho.





O Informativo Socioeconômico do Estado (MATO GROSSO, 2005-a) assim caracteriza os três municípios destacados: Tangará da Serra, emancipado em 1976, com área de 11.565,98 km<sup>2</sup> e população de 68.191 habitantes em 2004, concentra a maior parte de seu Produto Interno Bruto (PIB<sup>2</sup>), de R\$ 396.345.000,00, em 2002, nas atividades de serviços e indústria; Campo Novo dos Parecis, criado em 1988, com território de 9.448,38 km<sup>2</sup> e população de 23.833 habitantes (2004), tem quase metade de seu PIB, de R\$ 363.449.000,00 (2002), proveniente da agropecuária; e Sapezal, emancipado em 1994, com área de 13.597,51 km<sup>2</sup> e população de 11.191 habitantes (2004), concentra quase 60% de seu PIB, de R\$ 303.509.000,00 (2002), também na agropecuária.

Apesar de Tangará da Serra apresentar uma agropecuária forte, com concentração de agricultura moderna na região próxima à Aldeia Rio Verde na Terra Indígena Paresi, tem uma participação maior nos setores de indústria e serviços, por ser pólo na região, e sua atividade agrícola é mais diversificada. Já em Campo Novo dos Parecis e Sapezal, a agropecuária, estruturada na agricultura moderna, baseia-se na monocultura, ou seja, cultiva-se num modelo que se dedica a plantar poucos tipos de produtos, especialmente de soja, em vastas áreas, geralmente destinados à exportação, as quais praticamente mantêm a economia desses municípios.

Além da soja, através da usina da Cooperativa dos Produtores de Álcool e Açúcar de Campo Novo dos Parecis (Coprodia), seriam produzidos 120 milhões de litros de álcool e mais de 1 milhão de sacos de açúcar em 2005, sendo a terceira maior do estado (COMEMORAÇÕES, 2007).

Conforme os dados do Projeto Radambrasil (BRASIL, 1982), a base geológica da região em que vivem os Paresi é composta basicamente pela Formação Utiriti e cobertura detrito-laterítica, caracterizada essencialmente pela presença da Chapada dos Parecis e Planalto Dissecado dos Parecis. Essas unidades de relevo definem o divisor de águas das bacias do rio Amazonas e do Paraguai, sendo cobertos com vegetação de cerrado e matas ciliares. Tomando-se por base Lacerda Filho (2004), nas estruturas geológicas predominantes nas terras indígenas existem recursos como areia para construção civil e argila para a produção de cerâmicas.

---

<sup>2</sup> Produto interno bruto, que é a soma de tudo que é produzido durante um ano em um município, estado ou país.

Todavia, no contato dessas estruturas, há presença de outros recursos, pois, conforme a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso (Seplan-MT), existem garimpos de ouro na Terra Indígena Juininha e as Terras Indígenas Rio Formoso, Figueiras e Estivadinho requerem pesquisa mineral para (MATO GROSSO, 2007-a). Segundo esses dados, também não pode ser descartada a presença de minérios na Terra Indígena Uirapuru, que também necessitaria de pesquisa.

### **Delimitação da Problemática e dos Objetivos da Pesquisa**

Estima-se que, antes do contato com os não-índios, no século XVIII, os Paresí eram auto-suficientes e suas principais atividades eram a caça, a pesca e a agricultura tradicional, chamada roça de toco. Essas atividades e as relações de consumo eram desenvolvidas pelo sistema de parentesco, ou seja, por parentes mais próximos, considerados até primo em primeiro grau. Assim, havia uma estrutura de distribuição e redistribuição própria, em que algumas relações de trabalho e consumo eram comunitárias.

Informações também mostram que atualmente essa sociedade é muito dependente economicamente. Atividades econômicas tradicionais não geram meios de subsistência e muito menos recursos para satisfazer as necessidades crescentes. As relações de trabalho e consumo são mescladas, ou seja, baseadas em relações de parentesco, em unidades familiares e raramente comunitárias. Assim, a estrutura interna de distribuição e redistribuição passou por profundas transformações. As principais fontes de renda nos últimos anos são a cobrança do direito de passagem na Rodovia MT 235, também conhecido como pedágio, e as parcerias agrícolas. Essas parcerias são realizadas entre os índios e fazendeiros da região para o cultivo com técnicas da agricultura moderna dentro de terras indígenas.

A principal questão que norteia a presente investigação remete às crescentes interferências na produção do espaço Paresí, que possivelmente resultou em impactos sociais e econômicos. A partir da década de 1960, parece haver uma intensificação da intervenção do Estado na região onde vivem. O Estado é aqui visto como instituição política e administrativa das instâncias municipal, estadual e federal, e

sua intervenção se faz através de obras de infra-estrutura e programas de desenvolvimento. Tais intervenções possivelmente proporcionaram a ocupação da fronteira agrícola, ou seja, a área de expansão da moderna agricultura na região, ao longo da década de 1970, causando danos e intensificando os já existentes sobre a etnia.

O insucesso do poder público e de Organizações Não Governamentais (ONGs) em desenvolver alternativas econômicas, por um lado, e a pressão do sistema econômico regional por outro, possivelmente abrem uma nova fase na produção do espaço da etnia, com a introdução de mais de 13.400 ha com agricultura moderna nas terras indígenas. Com isso, essa produção espacial pode tomar rumos diferentes, pois tal atividade intensifica ainda mais as transformações, havendo novos danos a esse povo.

A agricultura moderna desenvolvida em parceria com fazendeiros possivelmente trará problemas, haja vista que as relações entre índios e não-índios é geralmente mais danosas aos indígenas. Também é baseada em monocultura, principalmente de soja e arroz, podendo gerar mais dependência econômica.

A presente pesquisa apresenta como principal objetivo analisar a produção do espaço geográfico Paresí, com ênfase no período que vai da intensificação da intervenção estatal na região, na década de 1960, até o atual momento, e vislumbrar perspectivas, tanto em relação a danos socioeconômicos quanto a alternativas.

Entre os objetivos específicos estão:

- reconhecer a base da estrutura socioeconômica interna preexistente da etnia e as principais relações econômicas no período entre o contato com os não-índios e a década de 1960;
- analisar o papel do Estado e das forças de mercado na expansão da fronteira agrícola e identificar impactos socioeconômicos advindos desta;
- avaliar as ações governamentais e não-governamentais nas terras indígenas, enfatizando aquelas que propõem ou desenvolveram alternativas econômicas;
- compreender o contexto da introdução da agricultura moderna via parcerias com não-índios dentro das terras da etnia;
- identificar possíveis danos da introdução da agricultura moderna nas terras desse grupo.

A importância deste estudo está na possibilidade de explicar como se vem produzindo o espaço Paresí e os problemas passados, presente e futuros. Os

resultados obtidos podem orientar pesquisas e projetos de alternativas econômicas — o setor onde há mais problemas —, podendo contribuir com a melhoria da qualidade de vida e autonomia, o que dará mais auto-estima à sociedade indígena. Mais que isso: esta pesquisa pode contribuir para que a etnia possa refletir sobre sua situação, não só pela leitura individual e em grupos de discussão, mas também pela educação escolar indígena, que ganha mais informações. Dessa forma pode contribuir, sobretudo em relação aos índios mais jovens, para o conhecimento das transformações das estruturas tradicionais passadas, a fim de se poder discutir novos projetos para o grupo.

### **Procedimentos Metodológicos**

O estudo foi desenvolvido em quatro momentos, que podem ser considerados etapas cumpridas. No entanto, não se seguiu regimento a ordem aqui apresentada, já que o método pode ser flexível.

A primeira foi a fase exploratória, desenvolvida por meio das seguintes atividades: elaboração de uma monografia de especialização em História de Mato Grosso (NASCIMENTO, 2005), que pode ser considerada, para o escopo deste estudo, como parte dessa etapa, já que é um ponto de partida para muitas análises; pesquisa bibliográfica, que, conforme Deslandes (1999), sendo disciplinada, crítica e ampla, é o principal mecanismo de coleta de dados da fase exploratória, e para Lakatos e Marconi (1985), fonte secundária que colabora para a economia de tempo e de esforço; e observações e conversas informais durante visitas com objetivo de consultar as comunidades das duas aldeias visitadas durante a etapa seguinte, visando à obtenção de sua autorização para a pesquisa, que sendo autorizada, cujos dados, caso ela fosse autorizada, passariam a integrá-la.

O trabalho de campo, segunda etapa da pesquisa, é para Cruz Neto (1999, p. 51) “[...] uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também criar conhecimento, partindo da realidade presente no campo”.

O trabalho de campo foi realizado nas terras indígenas, definindo-se, para isso, as Aldeias Rio Verde e Vale do Papagaio. A Aldeia Rio Verde está localizada na

Terra Indígena Paresí, no Município de Tangará da Serra, às margens do antigo traçado da BR 364, aproximadamente nas coordenadas geográficas 13°33'55"S e 58°24'09"W, com cerca de 70 habitantes, a maioria do subgrupo Kozárine. Já a Aldeia Vale do Papagaio pertence à Terra Indígena Utariti, no Município de Sapezal, próxima à margem da MT-235, limite com Campo Novo dos Parecis, em coordenadas geográficas aproximadas de 13°33'55"S e 58°24'09"W, com 11 habitantes do subgrupo Wáimare (Figura 3).

As aldeias apresentam, em geral, os aspectos da problemática da pesquisa, todavia, a escolha destas deveu-se às características distintas entre elas. Também se levou em conta o fato de estarem localizadas em meio aos três municípios enfatizados na pesquisa, que desenvolvem maciçamente a agricultura moderna. Além disso, essas aldeias participam dos contratos de parcerias agrícolas intermediados pela Associação Halitinã, da à qual pertence a Aldeia Rio Verde, e a Associação Wáimare, na qual que integra a Aldeia Vale do Papagaio.

Para a coleta das informações primárias, com base em Richardson (1999), durante o trabalho de campo, utilizou-se a observação sistemática e entrevistas. As entrevistas, essenciais para a pesquisa, foram semi-estruturadas, como refere Cruz Neto (1999), e realizadas com representantes dos Paresí nas terras indígenas e fora delas. Segundo Lakatos e Marconi (1985), a entrevista é um importante procedimento na investigação social, pois expressa fatos, opiniões, sentimentos, definições, conduta atual ou do passado, podendo todos esses aspectos ser individuais ou de grupos.

Já a observação sistemática exige que um conjunto de aspectos considerados importantes à pesquisa sejam selecionados para facilitar sua interpretação (RICHARDSON, 1999). Neste caso, optou-se pelos seguintes dados: o cotidiano nas aldeias, as atividades econômicas desenvolvidas, as influências de fatores internos e externos e as relações entre os índios e os não-índios.

Entre os Paresí, entrevistaram-se importantes lideranças da etnia. Os focos das entrevistas foram: mudanças geradas através do contato com não-índios, em especial com a intensificação da intervenção estatal na região, a partir de 1960; ações governamentais e não-governamentais, essencialmente através de alternativas econômicas; transformações atuais com a introdução da agricultura moderna dentro das terras indígenas; conseqüências e possibilidades futuras, sobretudo as econômicas.



A observação sistemática e as entrevistas nas aldeias foram realizadas periodicamente, num ciclo de um ano, de setembro de 2005 — época em que começa a findar o período de estiagem —, a outubro de 2006, compreendendo o período de chuvas. Costa Filho (1994, p. 19) afirma que as atividades econômicas Paresí “[...] são organizadas dentro de um ciclo anual de produção, no qual a mobilização da energia dos produtores segue as determinações do meio natural”.

Dessa forma, fez-se o trabalho de campo em vários momentos, que seguem as estações do ano e as atividades econômicas desenvolvidas em cada período. Fizeram-se as observações e houve conversas informais durante as consultas nas aldeias, a fim de obter autorização para a pesquisa em setembro e outubro de 2005. As entrevistas formais (após autorização) foram realizadas em junho e outubro de 2006; as observações sistemáticas formais foram feitas em junho de 2006. Elas foram gravadas e/ou descritas em caderneta, ao longo do trabalho de campo.

A terceira etapa foi das entrevistas, também semi-estruturadas, realizadas com os seguintes informantes nas instituições a seguir citadas: com representante da Administração Executiva Regional da Funai, em Tangará da Serra, órgão federal responsável pela política indigenista; com responsável pela ONG escolhida, a Operação Amazônia Nativa (Opan), que atuou com os Paresí de 1969 até a década de 1990, desenvolvendo projetos econômicos e serviços de apoio aos índios; com um dos principais membros da Associação Paresí Wáimare, assim com representantes da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) e da Secretaria de Estado de Mato Grosso de Mato Grosso (Sema-MT).

Nas entrevistas, coletaram-se diferentes dados, de acordo com cada informante. Assim, havia dados sobre a intensificação das interferências da intervenção estatal na região, a partir de 1960; sobre as ações das instituições, sobretudo por meio da geração de alternativas econômicas para o grupo; sobre o contexto da introdução da agricultura moderna dentro dessas terras e as possíveis consequências; sobre as possibilidades econômicas futuras e aplicação do ICMS Ecológico.

A quarta e última etapa, a análise de dados, foi realizada levando-se em conta as inúmeras aberturas e possibilidades; assim, optou-se por fazê-la por meio de categorias definidas como primárias e secundárias. As categorias primárias foram eleitas com base em Santos (1985), sendo elas fundamentais para a análise da produção

espacial. Já as categorias de análise aqui chamadas secundárias, segundo Gomes (1999), constituem uma forma de agrupar elementos, idéias ou expressões pesquisadas em torno de um conceito capaz de abranger a totalidade.

Fez-se a análise através dessas categorias a partir da comparação entre as diversas fontes e tipos de dados coletados, estabelecendo-se articulações entre eles e dando-se ênfase às contradições, promovendo, assim, relações entre geral e particular, teoria e prática.

No primeiro capítulo da dissertação, “Concepção Teórica”, apresentam-se as idéias que são a base teórica do trabalho, definindo a opção e categorias de análise dos dados, em que se estabelecem conceitos fundamentais.

No segundo, “A Produção Espacial Paresí: do Contato Interétnico à Década de 1960”, analisam-se as interferências da ação oficial e das forças de mercado sobre a etnia no período do contato com os não-índios, no século XVIII até a década de 1960, além de destacar as principais transformações sociais e econômicas nesse período.

No terceiro capítulo, “Contribuição do Estado na Produção do Espaço Paresí a Partir da Década de 1960”, faz-se a análise das ações governamentais e de ONGs, dessa década até 2003, na região onde vive o grupo. Nesse período, ocorre a intensificação das intervenções do Estado por meio de obras de infra-estrutura e programas governamentais, favorecendo as forças de mercado, que expandiram a agricultura moderna sobre a área.

No quarto, “Interferências Externas da Ocupação da Fronteira Agrícola com Impactos Internos sobre os Paresí”, também se discute o período que vai da década de 1960 ao ano de 2003, já que a expansão da agricultura moderna na região gerou impactos e acelerou as interferências sobre a etnia.

No quinto capítulo, “A Dinâmica do Espaço Paresí: o Preexistente e a Inovação” analisam-se as transformações advindas da introdução com intensidade da agricultura moderna em Terras Paresí, que começa em 2003 e segue até o momento. Nesse período, o conflito entre o preexistente e a inovação se junta ao das forças de mercado e do Estado, que atua o mínimo.

No sexto e último, “Alternativas e Possibilidades na Produção Espacial Paresí”, vislumbram-se as condições futuras, principalmente na área econômica, destacando perspectivas e meios para que sejam implementadas.

Dessa forma, as forças de mercado, que na Produção do Espaço Paresí, estão essencialmente ligadas à inovação e ao externo, estarão no comando das transformações em todos os períodos, pois, mesmo quando as ações do Estado são mais intensas, elas beneficiam prioritariamente o mercado. Além das descobertas que faz e as sugestões que propõe, o trabalho é, sobretudo, um instrumento para o conhecimento, reconhecimento e valorização, tanto para a sociedade indígena quanto para a não-indígena.

## CAPÍTULO 1 – CONCEPÇÃO TEÓRICA

Estudar a produção espacial de uma sociedade exige um imenso esforço teórico, já que trata-se da análise em sua totalidade e em constante movimento de transformação. Além disso, estudar um grupo específico, ou seja, uma etnia indígena, torna a investigação ainda mais complexa.

Por isso, a opção teórica desta pesquisa privilegia as obras do geógrafo Milton Santos (1985, 1997, 2004). Para o autor, nada existe isoladamente, pois, o que permite a concretude dos objetos (naturais e artificiais) e das ações são as relações que mantêm entre si. Somente dessa forma é possível analisar a produção e organização social do espaço em sua totalidade e complexidade, pois fatos e valores (e ações) que se estabelecem entre pessoas e objetos variam de acordo com a estrutura socioeconômica e o momento histórico.

Os valores de objetos e ações são fundamentais para analisar a produção do espaço, pois valores estão baseados na estrutura e no modo de vida internos de cada grupo, de modo a haver diferentes interferências no meio.

Conforme Santos (1997, 2004), o espaço é formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações em constante transformação (produção). Nessa visão, o espaço geográfico é analisado dentro de um contexto social amplo, pois, para o autor, o espaço é eminentemente social.

Segundo Soja (1993), a espacialidade é simultaneamente um produto (ou resultado) social e uma força (ou meio) que modela a vida social. Essa perspectiva destaca a inter-reação do espaço, tempo e ser social, dimensões básicas, mutáveis e formadoras da existência humana, de onde provém a ordem espacial. Essa ordem é fruto da produção (social) do espaço, que é determinada pela produção e reprodução das relações e práticas sociais e institucionais, bem como pelas esferas estruturalmente ligadas a elas. Exemplo dessa interação entre estruturas está nas relações de produção e consumo.

Desse modo, a análise da produção do espaço deve envolver a dimensão espacial, temporal e social, uma vez que tudo ocorre no espaço e no tempo. Além disso,

essas dimensões interligam inexoravelmente as esferas estruturalmente ligadas a elas, como a economia, o ambiente e a estrutura social, todas em constante transformação.

### **1.1 Principais Fatores na Produção do Espaço**

Vastos são os fatores responsáveis pela produção do espaço que permitem sua análise; além disso, agem em conjunto. Dessa forma, Santos (1985) privilegia, entre outros, o Estado e o mercado, as influências internas e externas e a dinâmica entre o preexistente (velho) e a inovação (novo).

Conforme o autor, um sistema social de economia capitalista pode ser subdividido em dois subsistemas, o do Estado e o do mercado, que se complementam. No entanto, apesar de o Estado ter preocupação com questões de segurança nacional e com interesses sociais, ele representa os interesses dominantes e seus recursos são prioritariamente utilizados a serviço do capital, causando danos a alguns e favorecendo outros direta ou indiretamente. Segundo Santos (2004), as forças de mercado são atualmente representadas pelos atores hegemônicos, representados por bancos internacionais, empresas multinacionais e organizações supranacionais.

De acordo com Santos (1985), é parte do método de estudo de uma sociedade a análise de sua estrutura interna, já que é possível verificar suas relações internas e externas pelas articulações concretas que regem sua existência e funcionamento, ocorrendo essas articulações através de fluxos criados em razão das atividades, da população e das formas preexistentes. Portanto, para se analisar essa estrutura é preciso definir principalmente qual tipo e forma de produção se mantiveram integrados às formas materiais e não materiais de vida dentro do processo produtivo em cada período. Para tanto, é preciso descobrir e dominar suas principais variáveis e considerar seus ritmos, entre elas: as atividades, classes, estrutura fundiária, divisão do trabalho e circulação interna.

Segundo o autor, a estrutura interna está sempre mudando, tanto pela sua própria dinâmica quando pelas influências externas. Todavia, sobretudo no espaço transformado, o interno aparece como a internalização do externo. Atualmente, com o acelerado intercâmbio entre as economias, é difícil um local que não sofra influências

externas em maior ou menor intensidade, mas o externo nem sempre se internaliza totalmente, pois as forças internas reagem, em muitos casos, por causa da quebra de sua autonomia de mudança.

De acordo com Santos (1985), em uma situação que envolva relações entre novas e velhas formas de vida, a noção de tempo espacial ajuda metodologicamente a encontrar parâmetros de estudos. Nesse sentido, o velho em uma área são os grupos sociais preexistentes e suas formas de organização social, econômica, política, cultural e espacial, que se constitui em um obstáculo para o avanço da inovação, geralmente representado pela expansão do capital.

Assim, o novo é expresso atualmente pelas inovações representadas pela ciência e pela técnica. “Novo e velho se encontram ambos, permanentemente, em estado de mudança. Sendo contraditórios, funcionam, porém, em forma complementar e conjunta. As combinações de novo e velho variam segundo os lugares” (SANTOS, 1985, p. 79).

Esses fatores atuam de forma conjunta, pois,

[...] externo e interno são próximos, em significação e em realidade, de novo e velho. As forças de mercado são, em última análise, governadas pelo novo e pelo externo, mas se realizam em grande parte através do velho e do interno. O Estado, garantia de novo e do externo como subsídio ao econômico, porém, o velho, no tocante ao social (SANTOS, 1985, p. 80).

Desse modo, nos capítulos seguintes dar-se-á destaque a determinados fatores responsáveis pela produção espacial; isso não significa, porém, que os demais não estejam atuando, sendo a base de discussão de todas as partes da dissertação.

## **1.2 Região Produtiva em Fronteira Agrícola**

O estudo da produção de um espaço pode ser feito em várias escalas espaciais — a global, nacional, regional e local —, de modo a abranger imensa amplitude.

Dessa forma, Santos (1985) delimita uma unidade espacial de trabalho e convencionou chamá-la de região produtiva, que permite a compreensão do

funcionamento das sociedades no espaço. Para defini-la em uma área é necessário o conhecimento das principais relações socioespaciais internas e externas e especificidades passadas e presentes.

Para o autor, o problema de conhecer e definir regiões produtivas é o de saber qual o seu cimento regional, ou seja, o principal fator responsável pelas inter-relações entre os atores regionais. Entre esses fatores estão os sociais, políticos, ambientais e econômicos, este último fundamentado no processo produtivo, geralmente o mais importante. Eles são importantes porque criam outras relações e mudanças internas ou porque podem sofrer impactos, principalmente quando são “invadidos” repentinamente por fatores externos.

Segundo Santos (1985), em regiões produtivas de zonas pioneiras, o Estado se torna fundamental, pois intervém criando fixos (infra-estrutura) e orientando fluxos (econômicos e migratórios). A partir daí, esses fixos e fluxos, dentro do subsistema de mercado, atraem novos fluxos e estes criam novos fixos sob o comando de seus agentes.

Conforme Waibel (1979), a formação de zonas pioneiras tem como objetivo abrir novas áreas para a produção para o mercado. A palavra pioneiro tem origem militar e significa escoteiro, batedor, sendo empregada nos Estados Unidos no sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar na mata, facilitando a introdução de novas atividades produtivas, promovendo assim o deslocamento da *frontier* (fronteira), sertão adentro. Na Europa, a palavra *frontier* designa o limite político entre países, mas, nos Estados Unidos, o termo também recebeu um sentido econômico, passando a significar o limite da zona povoada.

Dessa forma, segundo Martins (1997), o que é descrito pelos geógrafos, especialmente Monbeig, desde a década de 1940, como zona e, às vezes, frente pioneira, foi gradativamente sendo chamado de fronteira. Para o autor, a fronteira é a área de expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados por indígenas com objetivo de cultivá-los ou explorar riquezas naturais, incorporando-as os à economia de mercado.

Todavia, nem todos os autores destacam a presença dos índios nessas áreas. Monbeig (1984) vê os indígenas como pioneiros, pois ocupavam as terras brasileiras antes da chegada dos desbravadores não-índios, porém, o que enfatiza é a

expansão da economia capitalista. Nessa perspectiva, a referência passa a ser o empreendedor, que se destaca como pioneiro desse modelo econômico.

Já segundo Martins (1997), os antropólogos usam mais o conceito de frentes de expansão, que se constituem em fronteiras da civilização, ou seja, de contato interétnico entre índios e não-índios. Dessa forma, tomam como referência não só os indígenas, mas também os seringueiros, posseiros e outros grupos tradicionais.

De acordo com Oliveira (1976), em todas as frentes de expansão da sociedade nacional há uma conjunção de interesses econômicos distintos: o índio busca bens manufaturados e o não-índio procura apossar-se de seu território e/ou sua mão-de-obra. Sendo desiguais, essas relações geralmente geram conflitos, nos quais os índios perdem mais.

Conforme Becker (1994), por muito tempo no Brasil, a ação oficial considerou áreas de fronteira como espaços vazios, negando a existência de populações indígenas e sociedades locais. Para a nação, a fronteira é símbolo e fato político, pois é espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo e, para o capital, uma reserva de valor; por isso a ação oficial se empenha em sua rápida estruturação e controle.

Segundo Martins (1997), a conquista da fronteira foi objeto de diferentes movimentos de penetração: caça e escravização do índio, mineração, extração das “drogas do sertão”, látex e castanha. De acordo com Becker (1994), um desses movimentos foi o da expansão da agricultura nessas regiões, a qual designou fronteira agrícola. A partir de 1968, incentivos fiscais e créditos especiais a baixos juros são mecanismos seletivos que subsidiam a implantação dominante da empresa agropecuária. Na fronteira agrícola, os conflitos preexistentes são somados a formas diversificadas de disputa e apropriação da terra.

Assim, a fronteira agrícola firma-se como importante área de atuação onde Estado e mercado se complementam. Martins (1997) destaca como fator mais relevante na fronteira a situação de conflito social. Ela é, pois, um lugar da alteridade e desencontro de temporalidades históricas, já que cada grupo social (indígenas, fazendeiros, seringueiros, posseiros) está situado diversamente no tempo da história, havendo conflito entre índio e não-índio, grande proprietário e camponês pobre. Assim,

ao mesmo tempo em que, na fronteira, tem-se o encontro de grupos distintos e descoberta do outro, há também o desencontro e o conflito.

Na visão dos empreendedores, a fronteira representa o novo, contrapondo a mata e a barbárie, porém, constitui-se o velho em relação à estrutura social, pois o preexistente continua a se reproduzir.

Já que uma região produtiva está inserida em uma fronteira agrícola, a análise espacial torna-se ainda mais complexa, pois os principais fatores responsáveis pelas transformações agem em conjunto, formando uma energia única essencialmente a serviço do capital. Nesse tipo de região produtiva, “[...] ao conflito entre o velho e o novo, somam-se outros conflitos, isto é, entre forças externas e internas, entre as forças de mercado e a ação oficial” (SANTOS, 1985, p. 80).

Essa visão teórica busca uma visão do todo espacial, temporal e social em constante mutação, pois só a análise baseada nos principais fatores responsáveis pelas transformações pode vislumbrar a complexidade da produção do espaço.

### **1.3 A Produção do Espaço: Forma, Função, Estrutura e Processo**

Forma, função, estrutura e processo são elementos fundamentais para a análise da produção do espaço definidos por Santos (1985). Para o autor, forma é o aspecto visível (presente e passado) de um objeto (natureza, técnicas, infra-estrutura) ou de um arranjo ordenado de objetos; função sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa ou instituição, seja ela política, social e outras; estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo (formas, pessoas, instituições), bem como o modo de organização (econômico, social) ou sua construção e processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade), simultaneidade e mudança.

Esses elementos de análise espacial se estruturam em dois grandes pilares, que são, segundo Santos (1985): a análise em conjunto de forma, função, estrutura e processo, relacionando-as entre si para se construir uma base teórica na discussão de fenômenos em sua totalidade espacial e temporal, e sua capacidade de definir o espaço em relação à sociedade.

O autor também faz três alertas para o uso desses elementos: forma, função, estrutura e processo devem ser vistos como um conceito único, já que, por si só, função conduz ao funcionalismo, estrutura ao estruturalismo e apenas a forma leva ao empirismo; a análise através do conjunto destas não deve se limitar à percepção individual do espaço e seus componentes que estão condicionadas por fatores culturais, já que elas podem levar o pesquisador a privilegiar algum elemento; e ao analisar o conjunto de fatores envolvidos no problema, deve-se avaliar a ação e reação de uns sobre os outros.

Conforme Santos (1985), quando uma sociedade passa por um processo de mudança, especialmente nas relações de produção (econômicas), as formas, novas e velhas, assumem novas funções, impondo, produzindo e dando ritmo a uma nova organização espacial. Em toda estrutura social, atribuem-se determinados valores às formas, tanto é que elas mudam conforme os diferentes períodos históricos.

Esta brilhante constatação de Santos pode privilegiar o estudo de contexto de uma sociedade. Nesta perspectiva, a análise das transformações do espaço permite fragmentá-lo em partes para que, em seguida, seja reconstituído.

#### **1,4 Revisando Conceitos**

Alguns conceitos são indispensáveis para este estudo e serão revisados a fim de que, posteriormente, sejam usados de maneira empírica. Conforme Oliveira (1976), contato interétnico designa o encontro e as relações entre grupos étnicos distintos, formando um sistema. O autor usa o termo interétnico para expressar a interação entre grupos indígenas e a sociedade regional e nacional, ou seja, o contato entre índios e não-índios. O contato entre as etnias é contínuo, formando-se um sistema de valores em constante troca. Todavia estas são desiguais, pois, as relações entre índios e não-índios são geralmente de dominação e sujeição, principalmente porque há interesse econômico.

Sendo desiguais, os valores econômicos dos não-índios acabam sobrepondo-se aos indígenas. Schröder (2003) denomina essa relação como uma integração econômica das populações indígenas a um novo sistema econômico,

diferente do seu, que ocorre através do contato entre índios e não-índios. Nessa interação entre modos de vida, elementos da economia indígena vão, aos poucos, sendo substituídos por outros da economia de mercado, o que, muitas vezes, provoca danos à essas comunidades, principalmente em relação à dependência econômica.

A integração econômica insere as etnias em uma nova racionalidade econômica, diferente da indígena, baseada na cultura e tradição. Segundo Godelier [196-], a racionalidade econômica tem como base histórica o planejamento das ações, para que os fins sejam alcançados pelos meios disponíveis. Todavia, é com o advento do capitalismo e sua intensificação que essa racionalidade atinge a plenitude e passa a depender de investimento técnico, para, enfim, gerar satisfação social e individual. Nesse cenário, os fins precisam ser alcançados com o máximo de eficiência — definida por cálculos (técnicos e/ou monetários) —, que é fundamental em razão da concorrência.

Segundo Marx (*apud* Gorender, 2004), o capitalismo, em um conceito mais geral, é o modo de produção em que trabalhadores assalariados, despossuídos de meios de produção, produzem excedentes de valor em relação ao que recebem (mais-valia), convertendo, assim, força de trabalho em mercadoria e bens de produção em capital, ou seja, propriedade privada, destinada à reprodução de valor (através do lucro) que se destina ao mercado; enfim, é o modo de produção que destaca a contradição de classes, expressa entre assalariados e capitalistas.

De acordo com Santos (1997, 2004), o sistema de objetos forma a espacialidade material, em que o sistema de ações, racionais ou não, produz novos espaços geográficos. O exercício pleno dessa materialidade e da racionalidade exige condições técnicas, que estão presentes nos objetos e nas ações, para formar o espaço racional, que exige respostas efetivas e eficientes às demandas dos agentes. Os objetos, cujo valor é a eficácia, tendem a formar um único sistema técnico hegemônico. Assim, os espaços mais produtivos estão inter-relacionados às com as redes hegemônicas, formando, então, espaços da racionalidade.

Conforme Weber (2004), na gestão econômica racional com orientação capitalista, também há tendências para a especulação financeira e imobiliária, para o financiamento de guerras e partidos políticos e para a aquisição contínua, em virtude da dominação de tipo colonial ou fiscal. Já para Godelier [196-], a economia capitalista é

acusada de irracionalidade, pois está pautada na acumulação e no consumo, e suas regras, mesmo sendo sociais, geram desigualdades e marginalização social.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável surge como possibilidade de reduzir os impactos da racionalidade capitalista. Becker (2002) define desenvolvimento sustentável como uma face territorial da nova forma de produzir, que se fundamenta no uso máximo e ótimo das potencialidades locais em recursos naturais e humanos e na gestão descentralizada do território, baseada na discussão direta entre os atores. Para a autora, a sustentabilidade é o encontro da melhor estrutura de relação espaço-tempo, pela definição, em cada grupo, da velocidade de transformação e dos ritmos adequados à valorização de cada lugar, segundo suas condições específicas, reconhecendo suas diversidades biológicas, culturais e tecnológicas como princípio de ação.

## **CAPÍTULO 2 – A PRODUÇÃO ESPACIAL PARESÍ: DO CONTATO INTERÉTNICO À DÉCADA DE 1960**

Neste capítulo serão analisadas as interferências do Estado e das forças de mercado no período que vai dos primeiros contatos da sociedade Paresí com a não-indígena, no século XVIII, à década de 1960. Nesse período, a etnia passou da auto-suficiência à dependência econômica, de modo que as forças de mercado (externas) foram as que mais atuaram.

Comparativamente, foi menor a intervenção do Estado nesse período, pois, a partir da década de 1960, a ação oficial passa a ser muito mais visível, já que participa de todas as etapas da ocupação da fronteira agrícola, como nas obras de infraestrutura, pesquisa e suporte técnico-produtivo e financiamentos. Todavia, entre o contato e a década de 1960, o Estado também teve sua participação, sempre complementando as forças de mercado, que atuaram através das frentes de expansão, que resultaram em transformações socioeconômicas no grupo étnico Paresí.

### **2.1 A Ação Oficial**

A atuação do Estado, no período entre o contato dos Paresí com os não índios e a década de 1960, foi tão complementar à das forças de mercado que não tem sido tão destacada, especialmente no século XVIII. Todavia, Canova (2003) estuda as ações do Estado colonial, então representado pela coroa portuguesa, sobre essa etnia, entre 1719 e 1757, e aponta sertanistas, missionários, militares e administradores coloniais como agentes oficiais que comandam a ocupação do espaço.

Segundo Souza (1997), as primeiras referências dos Paresí como povo indígena datam dos séculos XVII e XVIII. De acordo com a autora, o documento mais antigo a citar a etnia é um relato de 1723, escrito pelo bandeirante Antonio Pires de Campos.

O contato de Campos com os Paresí dá-se posteriormente à descoberta de ouro em Cuiabá (MT), em 1719. Conforme Canova (2003), a partir dessa descoberta, os

Paresí passaram a ser fundamentais na perspectiva geopolítica da coroa. Toda a região entre as minas e as fronteiras com as colônias espanholas, onde vivia a etnia, teria de ser consolidada. Para isso, esses índios — considerados parecidos com os portugueses, acolhedores, grandes agricultores e artesãos, fiéis e sensíveis aos ensinamentos cristãos dados por missionários católicos com apoio da coroa — deveriam ser protegidos dos sertanistas, que os vendiam como escravos.

Dessa forma, tornando-se súditos do rei de Portugal, os Paresí estariam ocupando e protegendo a fronteira — se bem que a proteção também se devia à não-existência de metais preciosos em seus territórios e à perspectiva de reserva de mão-de-obra para a colônia. Contudo, com a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade, sendo depois elevada a capital da recém-criada Capitania de Mato Grosso, em 1752, além do surgimento de vilas, arraiais e fortes demarcando a fronteira, consolida-se a ocupação desse território. Desse modo, os Paresí perdem sua importância estratégica para a coroa, que deixa de protegê-los.

Os Paresí ficaram, portanto, sujeitos a toda sorte de exploração e foram feitos cativos. Foi assim que, em 1907, de acordo com Machado (1994), o então Tenente do Exército Brasileiro, Cândido Mariano da Silva Rondon, contactou essa etnia, passando a ter um papel importante na proteção desses índios. Esse fato ocorreu no início da construção das denominadas “Linhas Telegráficas e Estratégias de Mato Grosso ao Amazonas”, que cortavam o território Paresí. Foi através delas que se fez a ocupação das fronteiras mato-grossenses com países vizinhos, além de consolidar as áreas de exploração de borracha, também presentes no território do grupo, e em plena produtividade naqueles anos.

Conforme a autora, os Paresí trabalharam, a princípio, como guias nas linhas telegráficas, contudo, em razão da exploração e conflitos desses índios com seringueiros, Rondon resolve aproximá-los das estações telegráficas, como forma de protegê-los. Assim, além de construir internatos com escolas, índios da etnia passaram a trabalhar também na construção e manutenção das estações, onde foram até mesmo telegrafistas. Na década de 1930, porém, as linhas começaram a ser desativadas e a Comissão Rondon foi extinta.

Essa intervenção do Estado através de uma obra pública caracteriza-se como intervenção estatal direta, uma vez que seus principais objetivos eram consolidar

e controlar a exploração de borracha. Já as incursões dos bandeirantes, mineradoras, poaieiros e seringueiros nas Terras Paresí tiveram menor apoio do Estado.

## **2.2 Frentes de Expansão Econômica: Mineração, Poaia e Seringa**

Os bandeirantes, os primeiros não-índios a atingir as Terras Paresí, abriram caminho para várias frentes de expansão econômica. Marta (2002) divide o processo de fixação de colonos em Mato Grosso em quatro etapas, segundo os atores sociais envolvidos, que respectivamente são: “os da terra”, índios e caboclos que viviam dos ambientes naturais e expulsos pelos colonizadores; “os valoradores da terra”, extrativistas minerais e vegetais que não se fixaram na terra, mas a valorizaram, favorecendo a colonização; “os amansa terra”, colonos que se fixam na terra, cultivando-a sem tecnologia adequada, deixando-a após decrescente produtividade; e “os colonos da terra”, que passam a produzir com uso de tecnologia e altos investimentos.

Nessa perspectiva, as Terras Paresí passam por todas essas etapas, pois a etnia representa “os da terra”, poaieiros e seringueiros, “os valoradores da terra”, os pequenos colonos que ocuparam a região antes das grandes empresas agrícolas, “os amansa terra” e os empresários da agricultura moderna, “os colonos da terra”.

Segundo Costa (1985), com a descoberta e posterior exploração de ouro e diamante no atual município de Diamantino (MT) no início do século XIX, os Paresí trabalharam como escravos na mineração. Com a decadência da mineração em Cuiabá, na primeira metade do século XIX, a poaia<sup>3</sup> passou a ser explorada na região denominada mata da poaia, que inclui os rios Sepotuba e Jauru, no território tradicional Paresí. Essa extração foi intensificada a partir de 1914, com a 1ª Guerra Mundial e o aumento da demanda na Europa. Os Paresí eram guias e mão-de-obra na extração da planta, tendo trabalhado na atividade por mais de um século, até o início da década de 1970. O produto era trocado por mercadorias industrializadas, como armas e munição, e vendido em Barra do Bugres e Cáceres, cidades mato-grossenses, pelos “patrões poaieiros”.

---

<sup>3</sup> A poaia (*Cephalis ipecacuanha*) é uma planta medicinal usada na fabricação de expectorantes, vomitivos e no tratamento de disenteria amebiana.

Conforme a autora, Mato Grosso passa, em torno de 1884, a extrair borracha, sendo o território Paresí rico em quantidade dessa planta em sua forma nativa, encontrada nas margens dos rios. Com isso, índios da etnia também foram inicialmente usados como guias por seringueiros, depois, passaram a trabalhar na extração da borracha. A relação de trabalho era de exploração, em que os índios recebiam como pagamento bens manufaturados. Não há dados sobre essa frente entre a década de 1930, quando Rondon deixa a região, e o início da década de 1950. Nessa década, 1950, quando os seringais abandonados são reativados por um fazendeiro da região chamado Junqueira, que compra a borracha dos Paresí e a comercializa também em Barra do Bugres e Cáceres; logo depois, porém, é substituído pela Missão Anchieta.

Essa missão, formada por padres jesuítas que se estabelecem, em 1945, em uma sede junto ao Rio Papagaio, no atual município de Campo Novo dos Parecis, passa a intermediar, na década de 1960, a venda da borracha, feita principalmente em Cuiabá. No final da década de 1970, com a saída da missão das Terras Paresí, os próprios índios comercializam a borracha com compradores de Cuiabá (COSTA, 1985).

Além dessa missão religiosa, pelo menos outras duas, de doutrina protestante, atuaram entre os Paresí, todas visando prioritariamente à educação religiosa: a South American Indian Mission (Sam) (1956/57-1966) e a Summer Institute of Linguistics (Sil) (1960-década de 1980).

Uma liderança da etnia — que participou da extração de látex da seringueira — afirma que, entre 1976 e o início da década de 1990, onde atualmente se situa a Terra Indígena Utiariti, na qual se localiza a Aldeia Vale do Papagaio, os Paresí (principalmente o subgrupo Wamaré) vendiam a borracha e a renda era muito boa. Nesse período, introduziu-se grande número de necessidades de consumo, como alimentos, roupas, bicicletas e rádios. Segundo ele, com a redução do preço da borracha no início da década de 1990 e a falta de compradores, os índios daquela região ficaram com grandes dificuldades econômicas.

De acordo com outro índio, na área onde atualmente fica a Terra Indígena Paresi, com maioria do subgrupo Kozárine, desde a inauguração da BR-364, em 1961, as principais atividades econômicas passaram a ser o trabalho assalariado na implantação das fazendas no entorno e a venda de artesanato nas margens da rodovia. Essas fontes de renda, geradas principalmente na Aldeia Rio Verde e imediações,

também propiciaram a introdução de novas necessidades de consumo. Todavia, a mudança do traçado da rodovia na década de 1980 e o estabelecimento de fazendas com emprego de novas tecnologias provocaram uma drástica redução da venda do artesanato e a demissão de boa parte da mão-de-obra indígena nas propriedades, gerando uma imensa crise financeira.

As transformações causadas por essas frentes de expansão e contato são visíveis nas estruturas socioeconômicas da etnia, já que as relações entre os Paresí e os não-índios foram geralmente de exploração destes sobre a etnia. Por isso, segundo Oliveira (2002), o antigo território tradicional Paresí é uma fronteira étnica onde índios e não-índios disputam espaço, onde frente pioneira e frente de expansão se conflitam na busca pela terra.

### **2.3 Mudanças Socioeconômicas na Perspectiva de Lideranças Paresí**

As forças de mercado devem ser entendidas como aquelas externas à realidade econômica Paresí, que, antes do contato com os não-índios, baseava-se na subsistência, quando não havia moeda e o sistema de distribuição do trabalho e do consumo eram próprios, com base nas relações de parentesco.

Conforme um representante dos Paresí, a divisão do trabalho e do consumo é tradicionalmente feita em um sistema de parentesco, ou seja, entre irmãos, esposas, filhos, netos, sobrinhos e primos de primeiro grau. Segundo outra liderança, também havia, no passado, formas comunitárias de trabalho e consumo, como algumas roças coletivas e a socialização tradicional de parte dos produtos agrícolas, da caça e da pesca dentro das aldeias.

As relações de parentesco começam já a partir da moradia, que tradicionalmente abriga toda essa família, não tendo divisões internas, de modo que todo o consumo é coletivo dentro da residência. Apesar das grandes mudanças, muitos elementos preexistentes permanecem. Foi possível observar que, tanto na Aldeia Rio Verde, ainda com grande número de moradias tradicionais, quanto na Aldeia Vale do Papagaio, que também tem uma delas. Essas residências, de chão batido, com cerca de 10 metros de comprimento por 5 metros de largura, são feitas basicamente com uma

estrutura de madeira e cobertas de palha. Assim, muitos valores e aspectos da tradição permanecem em meio a novos elementos.

Para um dos representantes dos Paresí, com o surgimento do trabalho assalariado, as relações de parentesco e a divisão comunitária de alimentos passa de alguma forma a individualizar. No entanto, para outro representante, com a renda dos salários, a divisão passou a ser feita também dentro da família, mas uma parcela é gasta individualmente.

Na economia, a agricultura tradicional, a chamada roça de toco, ainda é desenvolvida nas duas aldeias em questão, mesmo em pequenas áreas, onde se planta principalmente a mandioca. Segundo uma liderança de etnia, em muitas aldeias se produz de acordo com a economia tradicional, seguindo o calendário e a divisão das tarefas entre homens e mulheres. No entanto, de acordo com outra liderança, atualmente a produção da agricultura tradicional é irrisória em termos de subsistência, o que causa uma crescente dependência em relação a alimentos, principalmente os industrializados.

A partir do contato, a principal mudança na economia da etnia foi que, ao deixar gradativamente a auto-suficiência, ela passa a depender cada vez mais do mercado, em uma situação que se intensificou com a expansão da fronteira agrícola, na década de 1970 (NASCIMENTO, 2005).

Antes, era mínima a interação dos Paresí com outras sociedades, espaços e instituições. No entanto, acelerou-se com a inauguração da BR-364, em 1961, que possibilitou a introdução desse modelo agrícola na década seguinte. Levando-se em consideração o que diz Santos (1985), isso se deve principalmente à carência de transportes e comunicações, de modo que a economia se baseava na policultura local. Mas, desde aquele período, essa interação começa a se acentuar, passando a ser fundamental seu entendimento para a compreensão do funcionamento do território.

No relato do Bandeirante Antonio Pires de Campos, um dos mais antigos a descrever os Paresí, que data 1723, e confirmado por lideranças Paresí entrevistadas, mostra como era a economia da etnia antes do contato:

Naquelas dilatadas chapadas habitam o Parecis, **reino mui dilatado** [...] **É esta gente em tanta quantidade**, que se não podem numerar as suas povoações ou aldeias, [...] estes todos **vivem de suas lavouras, no que são incansáveis** [...], e as lavouras em que mais se fundam são mandiocas, algum milho e feijão, batatas [cará, inhame], muito ananases [abacaxi] e singulares em admirável ordem plantados, de que costumam fazer seus vinhos [...] **caçam muitos**

**veados, emas e outras coisas** [...] este reino é tão grande e dilatado [...] e **muito fértil pela bondade das terras** (CAMPOS, 1996, p. 116-118) (grifo nosso).

A população Paresí, atualmente, é de aproximadamente 1.700 habitantes conforme uma liderança entrevistada, muito menor que os milhares de pessoas que o texto supõe existir na época. Já o território atual, em torno de 10.850 km<sup>2</sup> (1.085.000 ha) somando-se todas as terras indígenas, também é bem menor que o “reino mui dilatado” que é mencionado. Portanto, em relação ao passado, tanto a população quanto o território foram reduzidos.

De acordo com o relato, no século XVIII havia auto-suficiência econômica, nenhuma menção a dificuldades e necessidade de acesso a mercado externo. A grande fertilidade do solo referida no trecho deve-se à adaptação das espécies cultivadas ao ambiente.

As relações com a economia de mercado podem ser constatadas nos relatos do século XIX, após certo período de contato. Naquela época, por estar situado nas rotas do comércio para o Norte, o território Paresí era cortado por comerciantes, que trocavam suas mercadorias (ferramentas, armas, tecidos) por produtos das roças, como milho, mandioca, inhame, cará, utensílios e redes de dormir (MACHADO, 1994).

Através da ação oficial e das frentes de expansão da economia capitalista nacional, surge a dependência econômica da etnia, principalmente por causa da introdução de novas necessidades de consumo e da substituição do trabalho na economia tradicional pelo da mineração, extração da poaia e seringa e nas linhas telegráficas. Além disso, sobretudo no período compreendido entre os primeiros contatos e o início do século XX, houve grande redução populacional que se deveu a conflitos, epidemias e impactos sociais, econômicos e culturais.

Todavia, conforme Santos (1997), no mundo atual praticamente inexistem lugares que sejam auto-suficientes economicamente, ou seja, que não compre mercadorias e nem vendam sua produção fora do local, de modo que a sociedade de um lugar não pode ser explicada apenas por fatores locais. Essa dependência acelera-se a partir da década de 1960, com a intensificação das intervenções do Estado que favoreceram a introdução das grandes empresas agrícolas na região, cujas conseqüências serão analisadas no capítulo seguinte.

### **CAPÍTULO 3 – CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO PARESÍ A PARTIR DA DÉCADA DE 1960**

Neste capítulo, a atuação do Estado será analisada sob o ponto de vista de sua intervenção na região produtiva Paresí através de obras, políticas, programas e participação de seus órgãos em nível federal e estadual.

Para se definir a região produtiva Paresí, considerou-se o processo produtivo como principal fator responsável pelas inter-relações entre os elementos internos e os externos. Internamente, consideraram-se as estruturas e o modo de vida tradicional ainda existente, que se encontra territorialmente situado dentro de suas terras indígenas.

As relações externas ocorrem por causa da parcial integração econômica do grupo com a sociedade não indígena, em especial a do entorno, que se acelera a partir da década de 1970, quando a região é ocupada por migrantes, principalmente do Sul e Sudeste do país, tornando-se uma fronteira agrícola. Demais fatores, como ambientais, sociais e políticos, são importantes, mas geralmente estão relacionados às mudanças econômicas, que, sendo repentinas, provocam impactos na estrutura e modo de vida internos.

Assim, elementos internos das terras indígenas, que tendem a representar o preexistente e o passado, estão em constante relação com elementos externos a elas, particularmente do entorno, que, por sua vez, representam a inovação, o presente e a perspectiva de futuro. Dado o contexto atual de introdução da agricultura moderna nas terras indígenas, o processo produtivo é ainda mais destacado como principal fator definidor da região produtiva Paresí, que inclui as terras indígenas e os municípios dos quais fazem parte, especialmente Tangará da Serra, Campo Novo dos Parecis e Sapezal. Esses municípios, que são referência da agricultura na região, têm papel fundamental nesse processo de ocupação da fronteira agrícola e seus reflexos sobre o grupo indígena.

Dessa forma, leva-se em conta a atuação governamental em uma região produtiva em fronteira agrícola, onde o Estado tem participação determinante. Portanto, neste capítulo, dar-se-á ênfase às ações governamentais que tiveram influência direta,

especialmente sobre a economia Paresí, no período entre o início da década de 1960 e o ano de 2003, quando ocorre a intensificação das intervenções estatais.

Além disso, serão discutidas as atividades econômicas de ONGs nas terras indígenas, que também tiveram maior atuação nesse período. Assim, será possível ter uma visão da ação governamental (complementar à do mercado) e não-governamental.

### **3.1 Intervenção Estatal na Produção Espacial Paresí**

A partir da década de 1960, inaugura-se uma nova fase na Produção do Espaço Paresí, cujos maiores danos tinham sido, até aquele momento, a perda da auto-suficiência e a redução de sua enorme população. Agora, com a intensificação da intervenção do Estado na região produtiva, através de obras e programas de desenvolvimento, os impactos passaram a ser mais rápidos e intensos.

Levando-se em conta a análise de Santos (1985), pelo fato de a região produtiva Paresí estar em zona pioneira, não era dotada de infra-estrutura. Por isso, o Estado, através de sua intervenção, tornou-se fundamental, já que criou fixos, como estradas, armazéns, energia, comunicações e outros, especificamente a partir de 1961, com a inauguração do antigo traçado da BR-364 cortando 400 quilômetros do imemorial território da etnia.

Além disso, também orientou fluxos econômicos e migratórios, principalmente por meio de financiamentos (muitos a fundo perdido), assistência técnica, parcelamento ou reparcelamento de terras (indígenas ou não) e criação dos municípios que fazem parte da região produtiva. Atraídos também pelos fixos criados pelo Estado, esses fluxos invadiram a região, de modo que o subsistema de mercado passou a atrair novos fluxos e estes criaram novos fixos sob o comando agora de seus agentes, especialmente ligados às empresas que atuam com agricultura moderna.

Mas, para Santos (1985), nessas áreas, apesar da intervenção estatal prioritariamente a serviço do mercado, a acumulação do capital pode enfrentar os seguintes obstáculos: as formas preexistentes (velhas) de organização política, econômica, social, cultural e espacial; e o próprio Estado, através de suas instituições,

instâncias e órgãos que atuam na área (como a Funai), que podem fugir ao domínio do capital, não se sujeitando a ordenar e impor medidas coercitivas que visam o avanço e o funcionamento da zona pioneira.

Nessa perspectiva, os Paresí ainda representam um obstáculo à acumulação de capital, pois, estando em uma região produtiva onde a agricultura moderna está em expansão, suas terras demarcadas ou em processo de demarcação representam um impedimento a tal avanço. No entanto, além da demarcação, cuja área é muito menor em relação ao território tradicional, a Funai não representa um grande obstáculo aos interesses econômicos, apesar de ser a principal representante do Estado a atuar junto a esses índios.

Tanto isso é verdade que, dentre os vários exemplos a serem analisados, está o fato de que a ocupação da fronteira agrícola, a partir da década de 1960, trouxe muitos problemas, como perda de espaço, doenças e desestruturação social, não obstante a atuação da Funai (OPAN, 1995).

Toda essa desestruturação e os danos ocorreram por causa do Estado e das forças do mercado. Mesmo devendo preocupar-se com os interesses sociais, o Estado causou diversos impactos pela sua intervenção na região. Os recursos do Estado são prioritariamente utilizados a serviço do mercado, mas privilegia alguns em detrimento de muitos. Agindo assim, favoreceu os agentes do mercado e causou danos à sociedade Paresí. Conforme Corrêa (2002), a região sob intervenção do Estado passa por maior controle do capital e de seus proprietários, transformando-se em unidades territoriais nas quais se aplica um discurso de recuperação e desenvolvimento.

Segundo Kayser e George (1980), o Estado, como agente da economia, tem forte intervenção nos assuntos econômicos e sociais, que o obriga a assumir responsabilidades em localizar as atividades produtivas. Uma intervenção assim pode dar-se em dois níveis: o da organização ou reorganização da estrutura regional de um país, e o da organização estrutural interna de uma região. Esta também foi a visão da intervenção estatal no Brasil, que, segundo Araújo (1993), data dos anos 1950, evidenciada no plano de metas do presidente Juscelino Kubitschek, entre 1955-1960 e, concomitantemente, na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, para planejar as ações na região.

O surgimento da Sudene seguiu-se à criação de outros órgãos regionais, como a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953, extinta em 1964 e substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966 (CORRÊA, 2002). Nessa década, também é criada a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). De acordo com Egler (2001), a política intervencionista, por meio de organismos como a Sudene, serviria como instrumento de correção das desigualdades regionais e como uma instância de negociação política com interesses territorializados.

É também assim que esse processo ocorre em Mato Grosso<sup>4</sup>, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, quando muitos programas são coordenados principalmente pela Sudam ou pela Sudeco; outros, porém, foram desenvolvidos pelo governo estadual. O Banco da Amazônia (Basa), de propriedade estatal, também teve papel fundamental no financiamento de projetos. Conforme Araújo (1993), com a inserção do país na economia mundial, consolidou-se e ampliou-se a intervenção regional do Estado, na era do milagre brasileiro, entre 1968 e 1973, por causa da necessidade de gerar divisas necessárias ao pagamento da dívida externa. É nessa época que ocorre a incorporação do Centro-Oeste, onde rapidamente se implanta uma moderna agricultura de grãos.

Egler (2001) refere que, a partir da crise econômica de 1973, a estratégia do governo mudou, deixando a escala macrorregional e passando a atuar em escala sub-regional, por meio dos pólos de crescimento, o que se mostrou mais adequado para a organização do território, proposta pelo Estado autoritário, já que envolvia a criação de locais privilegiados, capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e de mercadorias.

Implementam-se, então, os diversos pólos de crescimento sub-regionais de Mato Grosso, como o Programa de Desenvolvimento da Amazônia (Polamazônia), desenvolvido pela Sudam, e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa Integrado de Desenvolvimento Rural do Nordeste do Brasil (Polonoroeste), coordenados pela Sudeco. Por estarem inseridos na região produtiva Paresí e ali terem atuação direta, os dois últimos são colocados em destaque (Figura 4).

---

<sup>4</sup> O Estado de Mato Grosso foi dividido em 1979, com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, e a maioria dos Programas de Desenvolvimento Regional realizados foram concebidos antes da divisão.



Essa nova estratégia tinha como objetivo evitar a dispersão de recursos, concentrando-os em grandes empreendimentos estatais e privados que propiciassem retorno em curto prazo, investindo-se em áreas e setores selecionados, dando-se destaque ao desenvolvimento agropecuário e mineral (COSTA, 1988).

Pereira (2000) também destaca a intervenção do Estado na fronteira agrícola ao analisar a urbanização da cidade mato-grossense de Tangará da Serra (inserida na região produtiva). Mostra que, através de programas de financiamento, incentivos fiscais e infra-estrutura, especialmente rodovias visualizando a BR-364, o Estado, ligado a estruturas socioeconômicas (forças de mercado), incorpora terras ao sistema produtivo capitalista, visando à acumulação.

Esses programas voltam-se à especialização produtiva da moderna agricultura e, pela intervenção do Estado, buscam essencialmente privilegiar as forças de mercado. Dessa forma, atendem a interesses selecionados e não às determinações sociais e de diminuição das desigualdades regionais.

Outros não atuaram diretamente nas Terras Paresí, como o Programa Brasileiro de Álcool (Proálcool) e o Programa de Incentivo à Produção da Borracha Vegetal (Probor), mas tiveram influência sobre a etnia. Através dos incentivos federais do Proálcool à produção de veículos a álcool e a adição do produto à gasolina, criou-se a Coprodia, em 1980, no território do atual município de Campo Novo dos Parecis, montando-se ali uma usina de álcool e açúcar. Essa usina tanto favorece a criação do município, em 1988, quanto a ocupação de vastas áreas com cana-de-açúcar, aumentando a pressão no entorno da Terra Indígena Utiariti, próxima a ela.

Já o Probor, conforme dados da Seplan-MT, foi criado pelo governo federal em 1972 e vigorou até 1980, com os objetivos de oferecer crédito e assistência técnica, visando à melhor produtividade de seringais nativos e cultivados, além da instalação de usinas de beneficiamento de borracha. Duas áreas de ação do programa em Mato Grosso foram o Vale do Juruena, com seringais nativos, e o município de Diamantino, com seringa cultivada (MATO GROSSO, 1973). Mesmo estando essas áreas dentro da região produtiva Paresí, segundo um representante da Funai, não houve incentivo algum desse programa nas Terras Paresí, que, além de seringueira nativa, também tinham áreas cultivadas com recursos da fundação.

Além disso, a emancipação administrativa de municípios (feita pelo Estado) na região produtiva também acelerou sua ocupação, é o caso da criação do Município de Tangará da Serra, em 1976, Campo Novo dos Parecis, em 1988, e Sapezal, emancipado em 1994.

Ademais, o modelo de intervencionismo adotado no período da ditadura (1964-1985) atraiu movimentos migratórios para a região produtiva, que, assim como em outros governos, também foi chamada pelos militares de “espaço vazio”, já que não havia a presença do Estado na região — ou seja, nem ao menos consideravam índios, posseiros e seringueiros como ocupantes desse espaço. Tal desrespeito causou aos Paresí sérios danos, principalmente econômicos, não reparados até o momento. Além de privilegiar o mercado e gerar divisas, o objetivo da atração desses fluxos migratórios também era o de colonizar a região, diminuindo a pressão por terra, principalmente no Sul do país, evitando-se, assim, fazer a reforma agrária.

### 3.1.1 O Polocentro

De acordo com registros do Ministério do Interior (BRASIL, 1981, p. 35), o “Polocentro foi criado em 1975, com o objetivo de aproveitar, racional e ordenadamente, áreas selecionadas de cerrados, prevendo a incorporação, num período de cinco anos, de 3,7 milhões de hectares, nos estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais [...]”.

Com base no referido Ministério, os investimentos seriam feitos na área da agricultura, pecuária e florestas, e as ações do programa visavam a um desenvolvimento integrado entre pesquisas agrícolas, assistência técnica, crédito rural orientado e apoio à infra-estrutura de armazenamento, estradas rurais e eletrificação. Elegeram-se como prioridades do programa a eletrificação e o funcionamento e ligação dos moinhos de calcário e propriedades rurais, para dar condições à correção do solo ácido do cerrado. Para isso, as pesquisas agrícolas e a assistência técnica foram fundamentais, pois o produtor oriundo principalmente do Centro-Sul brasileiro não tinha como produzir sem o conhecimento do ambiente.

No entender de Marta (2002), o Polocentro criou um pacote tecnológico que financiava infra-estrutura e produção privada. Uma das áreas selecionadas pelo

programa, denominada “Parecis”, localiza-se na atual região produtiva Paresí, e, segundo Abreu (2001, p. 162), foi inicialmente uma área-programa que “[...] pensada numa faixa de 40 km ao norte e de 200 km ao longo da BR-364 (antigo traçado), na Chapada dos Parecis, abrangeria 35.500 km<sup>2</sup> e envolveria seis municípios (até então Alto Paraguai, Diamantino, Nobres, Rio Claro, Rosário D’Oeste e Sinop) [...] onde habitavam 87.280 habitantes, em 1975” (Figura 5).

É inegável o desempenho do Polocentro em relação à adaptação de culturas ao cerrado e ao aumento de produção, visíveis até hoje na região produtiva Paresí. Todavia, os beneficiados pelo programa foram essencialmente os grandes produtores, em detrimento dos pequenos e médios. No entendimento de Egler (2001) as questões regionais envolvem integração territorial, concentração produtiva e centralização financeira.

Para Bernardes (2005), os estímulos do Estado ao mercado, as condições naturais e de exportação favoráveis foram determinantes para que a cultura da soja, referência para a agricultura moderna da região de cerrado. Entre 1980 e 1994, apenas a área plantada de soja expandiu 385,65%, ocupando 4.290.413 ha nesse ecossistema, e o volume da produção cresceu 570,86%, alcançando 10.128.984 toneladas, o que corresponde a 40,66% do volume nacional, além de deter os maiores índices de rendimento por hectare do país.

Conforme a autora, nos anos de 1980, o esteio da economia em Mato Grosso era a produção de soja, que, entre 1985 e 1995, foi incrementada em 264%, alcançando a posição de segundo estado produtor de soja do país, com 5.498.104 toneladas. Todavia, a produção de soja está concentrada em poucas propriedades, de, em média, 2.000 ha, mas o módulo mínimo para se ter viabilidade no cerrado é de 500 ha e o ideal acima de 3.000 ha.

Conforme Bernardes (2005), como referência na consolidação da agricultura moderna no cerrado, em geral, e em Mato Grosso, em particular, a soja acabou por gerar um complexo de atividades co-relacionadas, como o estabelecimento de outros cultivos, principalmente de arroz, milho e algodão. Além disso, apesar de exportar a maior parte da produção, também favoreceu a agroindústria, quase sempre de esmagamento de soja e fabricação de rações que, por sua vez, movimentam basicamente a produção de aves, suínos e bovinos.



Ainda segundo a autora, a pesquisa agropecuária também fez alavancar a produção de sementes no estado. Hoje ele é o maior produtor nacional de algodão e de bovinos e, desde 2004, de soja, o carro-chefe da agropecuária, com produção de 14.517.912 toneladas — 29,30% da produção nacional, distribuídas em 5.279.928 ha, o que corresponde a 24,45% da área plantada no Brasil (BERNARDES, 2006). Também está entre os maiores produtores nacionais de milho e arroz e de suínos e aves.

Considerando-se a análise de Benko (2002), atualmente as áreas que fizeram parte do Polocentro podem ser consideradas como um mosaico de regiões produtivas especializadas, com complexos processos de crescimento localizado, todavia, cada vez mais dependentes de outras regiões. Além disso, conforme Marta (2002), a agricultura moderna em Mato Grosso, voltada à exportação, principalmente do complexo soja e algodão, é expulsora de mão-de-obra, altamente tecnicizada e tem altos níveis de produtividade, comparados a outras regiões do mundo.

Entre as áreas-programas do Polocentro, atualmente duas se destacam na produção de grãos, a “Parecis”, onde se insere a região produtiva Paresí, e a “Rondonópolis”. Assim, a região produtiva que foi idealizada pelo Polocentro hoje tem como especialidade produtiva a agricultura moderna com base em monocultura, principalmente da soja. Depende, porém, cada vez mais tanto de outras regiões quanto do exterior, para onde exporta a maior parte do que produz.

Segundo Bernardes (2005), entre os cinco principais municípios produtores de soja do estado na safra de 1994/1995, que correspondeu a 44% do total produzido, está Campo Novo dos Parecis, com 770.138 toneladas, seguido de perto por Diamantino.

Ambos pertencem à região produtiva Paresí, com destaque para Campo Novo dos Parecis, por ter 29,36% do seu território coberto por Terras Paresí. Já Sapezal, que tem 9,92 % de seu território coberto por essas terras, vem-se destacando atualmente. Tangará da Serra, apesar de, comparativamente, produzir menos grãos, sobressai pela influência que tem sobre a etnia.

Nesse contexto de transformações no espaço mato-grossense, a ciência e a técnica aparecem como fatores preponderantes no processo de reorganização do espaço, em virtude de potencialidades específicas de determinados lugares, em que se

redefinem novos processos produtivos, em detrimento dos tradicionalmente utilizados (BERNARDES, 2005).

O Polocentro provocou grandes danos aos Paresí e gerou contradições, pois, antes da invasão das grandes fazendas sobre a região habitada pela etnia, essa área era considerada, principalmente pelo governo autoritário da década de 1960, “terra de ninguém” ou “espaço vazio” — isso em razão do solo ácido, que, sem correção, não produz espécies como a soja. No entanto, com as novas condições de correção do solo e para a conseqüente ocupação dos colonos, a afirmação mudou para “muita terra para pouco índio”, sem considerar o modo de vida deles.

É por tudo isso que a Opan (1995) afirma que o Polocentro não levou em conta as características ambientais e culturais dos povos da região de cerrado onde atuou. Por causa desses e de outros fatores, criou-se o Polonoroeste.

### 3.1.2 O Polonoroeste

Foi prevendo e observando impactos socioambientais, não só sobre os índios Paresí, que o Governo Federal, com recursos financiados pelo Banco Mundial, criou, em 1982, o Polonoroeste, que vigorou até 1987 (LEONEL, 1992).

De acordo com Becker (1982), há várias limitações da teoria e da prática de intervenção regional nos países em desenvolvimento, tais como conflitos ambientais e socioeconômicos, resultantes da expansão de áreas periféricas, e dificuldades de evitar as disparidades regionais e manter o equilíbrio regional. Para Kuklinski (*apud* BECKER, 1982, p. 43), preconizou-se uma nova abordagem e teoria geral do desenvolvimento regional que se baseasse nas três ordens de dimensão: econômica, social e ambiental.

Nessa perspectiva, conforme o Ministério do Interior (BRASIL, 1981), criou-se o Polonoroeste como uma nova concepção de intervenção regional, tratando-se de um Programa de Desenvolvimento Integrado (PDI), que pretendia promover uma nova dinâmica no processo de ocupação econômica regional. O programa compreendia a área de influência da ligação rodoviária Cuiabá–Porto Velho, abrangendo em Mato Grosso uma área de 166.956 km<sup>2</sup> no oeste e noroeste, com 705.600 habitantes.

Seu objetivo era estabelecer uma maior integração nacional, promovendo a adequada ocupação demográfica e econômica da região, visando o aumento na produção e na renda de sua população, em harmonia com o sistema ecológico e comunidades indígenas e assim favorecer a redução das disparidades de desenvolvimento inter e intra-regionais. Nesse sentido, os projetos a serem desenvolvidos compreenderiam apoio à produção e à implantação de infra-estrutura social, construção do novo traçado da Rodovia Cuiabá–Porto Velho e de estradas vicinais, colonização, regularização fundiária, preservação do sistema ecológico e apoio às comunidades indígenas.

Para o Ministério do Interior (BRASIL, 1981, p. 48),

O projeto que merece destaque dentro dos objetivos do Polonoeste é o que visa criar condições mínimas necessárias para um relacionamento mais simétrico, nos planos sócio-econômico, político e cultural dos grupos indígenas com a sociedade envolvente, em função da intensificação e /ou de colonização interna do País.

De acordo com dados do Ministério, seriam beneficiados, na área de abrangência do programa em Mato Grosso, cerca de 2.146 índios, com projetos de apoio à atividade agrícola, educação, saúde e demarcação e regularização de 3.941 km lineares de áreas indígenas.

As ações do programa, sob responsabilidade direta do governo do estado, seriam desenvolvidas dentro da concepção de Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), voltados ao campo. Um dos PDRI implantados foi o de Tangará da Serra/Barra do Bugres, compreendendo os municípios do mesmo nome, por estarem localizados ao longo da área de influência do antigo e do novo traçado da rodovia, atual BR-174 (Figura 6).

É possível observar na figura que é nesse PDRI que se encontrava parte do tradicional território Paresí e sua área até então delimitada, a Reserva Indígena Parecis, atualmente Terra Indígena Paresi, de modo que a etnia seria beneficiada por seus projetos, já que havia sofrido invasão de suas terras e imensos impactos socioambientais causados principalmente pelo Polocentro, quando da abertura do antigo traçado da BR-364.



De acordo com o índio Daniel Cabixi, seus antepassados Paresí tiveram contatos com diversas frentes de penetração, que influenciaram no atual estágio social e econômico dos Paresí. Mais recentemente, foram influenciados “[...] pelo sistema maciço de implantação de rodovias, o que acarretou a vinda maciça de fazendas agrícolas a partir da década passada [1970]” (CABIXI, 1984, p. 31).

A principal delas foi o antigo traçado da BR-364, inaugurada em 1961, cortando 400 quilômetros do imemorial território dos Paresí, que atualmente é usado pela população local, inclusive pela etnia. Essa rodovia tinha como objetivo intervencionista facilitar a ocupação da região, o que se efetivou com implantação de programas como o Polocentro, que tantos danos causaram ao grupo.

Conforme Leonel (1992), as estradas, por si só, favorecem a ocupação, às vezes desordenada, do espaço e somadas à ausência de um plano adequado de proteção às áreas indígenas, como no Polonoroeste, provocam grandes danos. Segundo o autor, as poucas e esporádicas medidas de proteção aos índios e ao ambiente (mesmo sendo posteriores aos impactos) só foram tomadas pelo programa em razão de exigência externa, na seqüência de pressões nacionais e internacionais.

Segundo Margulis (*apud* MONTEIRO, 1998), os custos do Polonoroeste somariam US\$ 1,55 bilhão, dos quais, entre outros, US\$ 570,6 milhões (52,9%) seriam gastos na construção de estradas, US\$ 261,5 milhões (24,2%) em assentamentos em novas áreas, US\$ 160,8 milhões (14,9%) em desenvolvimento rural e apenas US\$ 26,6 milhões (2,5%) na proteção de comunidades indígenas. Conforme Leonel (1992), os acordos de 1981 entre o Banco Mundial e o governo brasileiro estimaram em 3% os gastos em questões indígenas e ambientais no Polonoroeste. Todavia, gastou-se mais da metade no asfaltamento do novo traçado da rodovia BR-364 nos primeiros anos do programa, enquanto os demais componentes previstos, como saúde, apoio aos colonos, índios e proteção ambiental aguardavam.

Quanto aos índios, “[...] nem mesmo foram contemplados com uma dotação orçamentária explícita. Foram considerados como uma cláusula genérica, um adereço ao contrato” (LEONEL, 1992, p. 320).

Para Mesquita (1993, p. 142), além do asfaltamento do novo traçado da BR-364, “[...] e de colonização, outros objetivos como o programa de regularização

fundiária e de proteção às comunidades indígenas e ao meio ambiente [...], o Polonoroeste falhou em todos [...]”.

Já Leonel (1992) afirma que o programa definitivamente não priorizou as populações locais, além de confundir reforma agrária com colonização predatória de solos pobres em áreas consideradas devolutas, muitas ocupadas por índios e seringueiros, que desconsiderou. Para o autor, essa política de aparente inércia do Estado diante da situação de invasão das terras e depredação dos povos indígenas tem como objetivo dar tempo para que os invasores possam ocupar e consolidar a situação de fato, para que menores sejam as terras reservadas e maiores sejam as terras ocupadas por atividades consideradas produtivas, ou seja, voltadas à exportação, à expansão do endocolonialismo e à especialização dos espaços para o mercado.

Conforme Margulis (*apud* MONTEIRO, 1998), as principais falhas do Polonoroeste foram: a pouca participação das comunidades locais (principalmente as indígenas) em todas as fases do programa; a falta de estudos de toda ordem; não levar em conta as práticas e a cultura de índios e caboclos, e a falta de um sistema eficiente de gerenciamento, acompanhamento e avaliação de desempenho.

Apesar disso, no setor indigenista, o programa realizou algumas demarcações de terras indígenas, além de programas de saúde e educação, e promoveu o fortalecimento da Funai (FREITAS e SOARES, *apud* MONTEIRO, 1998). Conforme um representante da Funai, entre as demarcações com recursos do programa estão as das Terras Indígenas Paresi, Utiariti e Rio Formoso.

Além disso, segundo Santos (1994) observou, muitos quintais mecanizados por tratores e implementos (arado e grade) foram introduzidos em várias aldeias Paresi pela Funai, através do Polonoroeste. Também Cabixi (*apud* OPAN, 1995, p. 16) afirma: “[...] nós fizemos umas plantações aí no tempo do Polonoroeste [sob a coordenação da Funai, o que será visto adiante]”.

Com o fim da Sudeco, em 1992, e conseqüentemente do Polonoroeste, seus pontos falhos deveriam ser sanados por um outro programa.

### 3.1.3 O Prodeagro

Conforme o relatório de avaliação final realizado pela Seplan-MT, o Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso (Prodeagro) visava ao desenvolvimento econômico, por meio da geração de renda e melhoria da qualidade de vida, e à manutenção da utilização auto-sustentada do meio ambiente no estado. Os componentes do programa eram: zoneamento agroecológico e regularização de posse de terras; gerenciamento e proteção de recursos naturais; desenvolvimento agroflorestal, infra-estrutura e serviços socioeconômicos (MATO GROSSO, 2006).

Segundo Abreu (2001), o Prodeagro, também financiado pelo Banco Mundial, ficaria responsável no estado pelo diagnóstico de todos os setores em que o Polonoroeste falhou e formularia projetos para resolver os problemas criados. Conforme Monteiro (1998), com base no contrato com o Banco Mundial, que vigorou de 1992 a 2002, entre os problemas a serem solucionados estava a proteção inadequada dada às comunidades e reservas indígenas. No entanto, o Prodeagro não trataria apenas dos problemas deixados pelo Polonoroeste, uma vez que, além de agora ter de fazer o zoneamento agroecológico (uma condição agora imposta pelo Banco), abrangeria todo o Estado de Mato Grosso e não apenas a área do programa anterior, a sudoeste, com aproximadamente 21 municípios.

Monteiro (1998) diz que um dos relatórios do Banco Mundial indicava que o Prodeagro teria como beneficiários aproximadamente 16.000 índios, em 38 áreas indígenas. Os investimentos seriam usados, entre outras formas, em demarcações e proteção dos territórios, além de estudos e desenvolvimento em escala demonstrativa de produção econômica sustentável nas comunidades. Os recursos para esses projetos foram os únicos específicos para os povos indígenas, somando US\$ 9,1 milhões apenas, de um custo estimado de US\$ 285,7 milhões do Prodeagro.

De acordo com a Seplan-MT (MATO GROSSO, 2006), outros projetos em áreas indígenas foram desenvolvidos, como: desintrusão de terras indígenas ocupadas por garimpeiros, madeireiros e posseiros; localização e identificação de índios isolados; ações básicas de saúde e formação de auxiliares de enfermagem indígena por meio do Projeto Xamã, e o Projeto Tucum, para a formação de professores indígenas. Para a realização desses projetos, o Prodeagro contou com o apoio e colaboração da

Funai, ONGs indigenistas, associações indígenas, secretarias estaduais e municipais de educação e saúde.

Segundo o relatório final apresentado pela secretaria, entre os projetos citados, os seguintes foram desenvolvidos em Terras Indígenas Paresí ou com índios da etnia: ações de proteção nas Terras Indígenas Paresí e Rio Formoso; formação de professores indígenas pelo Projeto Tucum, e demarcação, regularização e/ou identificação das seguintes terras indígenas (Tabela 1):

TABELA 1 – Ações Fundiárias em Terras Paresí com recursos do Prodeagro

Nome da Terra Indígena	Ação executada	Data realizada
Estivadinho	Demarcada/Registrada	93/94
Estação Pareci *	Delimitada	*
Figueiras	Demarcada/Registrada	95/95
Juininha	Demarcada	93
Ponte de Pedra	Identificação Antropológica	Até 1998

\* Contestada judicialmente e desde então em reestudo.

FONTE: Funai (*apud* Mato Grosso, 2006).

As estratégias, investimentos e ações econômicas prioritárias do governo do estado (MATO GROSSO, 1992) destacam o Prodeagro e, entre seus objetivos, o apoio, proteção, demarcação de terras e melhoria das condições de saúde das comunidades indígenas. Todavia, o documento não detalha as metas e projetos para essas comunidades, diferentemente do que faz com outros setores, deixando assim subentendido que as terras indígenas não são áreas tão prioritárias quanto as demais.

Para Monteiro (1998), o Prodeagro foi instituído pela mesma burocracia que executou o problemático Polonoroeste (e parece não ter aprendido muito com seus erros), tanto é que a princípio o seu nome seria Polonoroeste II. Por isso, por causa das reivindicações, principalmente de ambientalistas e sindicatos, que pediam maior participação das comunidades na definição dos projetos do Prodeagro (mesma crítica que sofreu seu antecessor), ele passou por um processo de reestruturação, quando houve a inserção do Programa de Apoio Direto às Iniciativas Comunitárias (Padic).

De acordo com o Manual do Investidor no Estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 1999), o Padic teria o objetivo de apoiar, por meio de financiamento direto, a implementação de pequenos projetos produtivos na agricultura familiar e em comunidades ribeirinhas, indígenas, garimpeiras, tradicionais e de pequenos artesãos. Esses projetos deveriam visar o fortalecimento social, a auto-sustentabilidade de forma inovadora e que pudessem servir de piloto para a geração e difusão de tecnologias de desenvolvimento agroambiental, além de prever apoio à saúde e educação, fortalecimento institucional e desenvolvimento do associativismo nas comunidades.

Poderiam propor projetos as entidades representativas dos beneficiários, como associações, cooperativas e sindicatos, e projetos ambientais e indígenas poderiam ser propostos por ONGs, federações, fundações e outros, com a anuência dos beneficiários. Tão importante foi a participação dessas entidades que a Opan fez parte da Câmara Deliberativa, o principal setor do Padic.

No relatório de avaliação final do Prodeagro (MATO GROSSO, 2006), entre os projetos financiados pelo Padic em áreas indígenas relaciona-se apenas um entre os Paresí. Ele foi desenvolvido por uma das associações da etnia, a Halitinã, que, com o valor de R\$ 40.000,00, tinha o objetivo de investir no abastecimento de água e em projetos agroflorestais, de avicultura e lavoura.

Conforme uma liderança Paresí, assim como o Polonoroeste não atingiu as metas em relação à economia indígena, também o Prodeagro, mesmo com a criação do Padic, não cumpriu seus objetivos. No caso do Padic, os recursos foram centralizados nas associações, mas a falta de capacitação técnica e administrativa levou à não-continuidade dos projetos. Além disso, a tecnologia empregada nos equipamentos de abastecimento hidráulico era obsoleta. Quanto ao projeto de agroflorestais, são raras as plantas que ainda existem, com exceção da manga e do caju, que se adaptaram melhor ao ambiente.

A Seplan-MT (MATO GROSSO, 2006), apesar de reconhecer os avanços do Prodeagro em relação ao Polonoroeste no que concerne aos povos indígenas, também sabe que suas ações não supriram as expectativas dos índios, e as metas do Projeto ficaram muito aquém do necessário. Portanto, considera que, entre os pontos negativos, estão a pulverização de recursos financeiros e a burocracia quanto às exigências para o desenvolvimento de projetos do Padic, e ações imediatistas e não de

longo prazo, já que raramente se deu seqüência e continuidade ao que foi iniciado pelo projeto.

A questão é que os problemas deixados pelo Polocentro e Polonoroeste nas Terras Paresí não foram equacionados pelo Prodeagro, como os impactos sociais, econômicos e ambientais, que permanecem até hoje. Todavia, os dois últimos tinham como objetivo criar projetos específicos e de curto e médio prazo, não para desenvolver políticas indigenistas de longo prazo, pois tal atribuição compete, no Brasil, essencialmente à Funai.

#### 3.1.4 O Papel da Funai

A Funai é a principal responsável, em nível nacional, pela aplicação das políticas indigenistas estatais, sendo os Paresí atendidos pela Administração Regional de Tangará da Serra. Na década de 1980 passa a atuar diretamente nas terras da etnia com a criação de postos indígenas na Terra Indígena Paresí, primeira a ser delimitada, em 1968 (COSTA, 1985).

Atualmente, consideram-se políticas indigenistas todas as ações governamentais e não-governamentais que apóiam os índios. Todavia, de acordo com Durham (1983), as atividades governamentais, a partir da criação do Estatuto do Índio, de 1973, por um lado foram protecionistas e paternalistas e, por outro, tentaram integrar as etnias às sociedades regionais, o que prejudicou a autonomia e causou outros danos.

Entre as ações da Funai, as que mais interferiram na Produção Espacial Paresí foram a demarcação de terras indígenas e os projetos econômicos desenvolvidos. Mas, como em sua maioria as Terras Indígenas Paresí estão demarcadas, atualmente o principal problema da etnia são as dificuldades econômicas geradas pelos impactos que sofreram e sofrem, de modo que a principal dimensão de sua produção espacial é a econômica.

Conforme o representante da Funai, além de um projeto com lavoura mecanizada, realizado na década de 1970, pela Opan, a Funai coordenou, a partir de 1985, com recursos do Polonoroeste, outro projeto com esse modelo agrícola. Ele foi desenvolvido nas Aldeias Paresí Salto da Mulher e Formoso (respectivamente nas Terras Indígenas Utariti e Rio Formoso, em Sapezal e Tangará da Serra), num total de

80 ha aproximadamente. Sabe-se que devido à experiência anterior, os índios tiveram uma atitude mais receptiva para com o projeto, ao qual, todavia não se deu continuidade.

Segundo o informante, a fundação incentivou o plantio de seringueira nas Aldeias Kotitiko (Terra Indígena Paresi – Tangará da Serra), Seringal e Salto da Mulher (Terra Indígena Utiariti – respectivamente, em Campo Novo dos Parecis e Sapezal). Mesmo existindo a seringa na forma nativa e cultivada, ela não está sendo explorada. Também incentiva a produção do artesanato para venda no mercado regional e na Artíndia, uma loja de revenda de artesanato indígena da Funai, na capital do estado. Apesar de na década de 1980 ter sido uma importante fonte de renda, atualmente, segundo um representante dos Paresí, é uma atividade insignificante do ponto de vista financeiro, produzindo-se de forma ocasional, e quase sempre o espanador.

Conforme relata o representante da Funai, certa vez a Administração Executiva da Funai em Cuiabá criou galinhas Angola em cativeiro e depois levou-as para as aldeias onde as soltou, até que morreram de fome ou foram devoradas por predadores.

### 3.1.5 A Superintendência de Política Indigenista do Mato Grosso

Além da Funai, a Superintendência de Política Indigenista do Estado de Mato Grosso também tem influência sobre a Produção do Espaço Paresí, principalmente por meio dos projetos econômicos propostos.

Em 2004, a Superintendência, em parceria com a Funai e órgãos do governo estadual, discutiu a instalação de uma farinheira na Aldeia Rio Verde, um projeto que beneficiaria cerca de 52 aldeias, que somam juntas uma população de 2.000 índios, distribuídos em quatro etnias. Também apresentou a alternativa de implantar um programa de cultivo de plantas medicinais e aromáticas na região (LIDERANÇAS, 2004).

Todavia, os dois projetos não foram concretizados, pois não existe nenhuma farinheira na Aldeia Rio Verde e, segundo um representante da etnia, o projeto de plantas medicinais e aromáticas também não foi implementado (LIDERANÇA, 2006-b).

### 3.2 As Organizações Não-Governamentais na Produção do Espaço Paresí

Além do setor público, sob domínio do Estado, e o setor privado sob a égide das forças de mercado, atualmente está em destaque o que vem sendo chamado de terceiro setor, o das ONGs. Essas organizações contribuíram para a Produção Espacial Paresí, tanto em projetos econômicos quanto educacionais, sendo estes últimos desenvolvidos principalmente por religiosos. Atualmente nenhuma delas atua entre esses índios.

No século XX, missionários religiosos incentivaram a produção artesanal, orientando os Paresí para o mercado, quando a auto-suficiência havia se esgotado. No entanto, em relação aos projetos econômicos, destaca-se a Opan, que desenvolveu, entre outros, um com agricultura moderna, na década de 1970, e também de piscicultura e criação de emas na década de 1990.

Conforme seu representante, a Opan, juntamente com a Missão Anchieta, ligada ao indigenismo religioso, desenvolveu, a partir de 1975, um projeto experimental com agricultura mecanizada, próximo à Aldeia Rio Verde, que teve o apoio do Ministério da Educação e de uma entidade alemã chamada Pão para o Mundo. O objetivo do projeto seria conhecer, junto com os Paresí, uma nova forma técnica de trabalho no cerrado. Em 1976, plantaram-se 40 ha de arroz, com boa produtividade, cujos resultados foram distribuídos entre os índios, mas, por vários fatores o projeto foi interrompido em 1979.

Segundo o coordenador, o projeto de piscicultura, realizado na Aldeia Seringal (Terra Indígena Utiariti, em Campo Novo dos Parecis), em 1995, também era experimental e tinha o objetivo de suprir a carência de proteína animal, mas foi desativado, depois de aproximadamente um ano. Logo após esse projeto, desenvolveu-se outro com a criação de emas, cujo objetivo principal era utilizar as penas para o artesanato, especialmente na confecção de espanadores. O zoológico da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) doou vários animais, que foram criados em cativeiro em uma aldeia Paresí, as emas, porém, no segundo ano, começaram a morrer de uma doença não identificada, até que não havia como dar continuidade a ele.

### 3.3 Insucessos dos Projetos Econômicos

As alternativas econômicas desenvolvidas pelo Estado, presentes nos projetos do Polonoroeste, Prodeagro, Funai e Superintendência Estadual, bem como aquelas executadas pelas ONGs, foram insuficientes.

Conforme uma liderança dos Paresí, muitos dos projetos apresentados são feitos por não-índios, que não vivem na região e não conhecem o grupo; muitos deles são inviáveis para o ambiente ou não respeitam particularidades da cultura. Por muitos deles terem começado e não terem tido seqüência, o índio fica desmotivado e não acredita em novos projetos. Assim, é preciso que, antes de qualquer proposta, os índios sejam consultados, mesmo porque muitos ainda produzem de acordo com a economia tradicional, seguindo o calendário e a divisão das tarefas entre homens e mulheres.

O que pode ter afetado quase todos os projetos é a possível preferência da maioria desses índios pelo trabalho familiar, baseado em um sistema de parentesco, em detrimento ao comunitário, como propunha a maioria das propostas. Para um dos representantes dos Paresí, devem ser familiares, de forma que cada família possa definir o que e como produzir.

No falar de uma liderança Paresí, a abordagem de projetos comunitários é uma forma para que tenham resultados efetivos, mas grande parte dos índios não acredita nesse modelo. Mesmo assim, em algumas aldeias, ainda é o sistema tradicional de parentesco que delinea as relações de trabalho e consumo; em outras, essa relação se restringe apenas à família nuclear. Existem ainda aldeias em que as atividades são comunitárias. Dessa forma, a população de cada aldeia deve definir o modelo de trabalho a ser utilizado.

Ao histórico dos projetos com agricultura moderna das décadas de 1970 e 1980, somem-se a esses outros aspectos negativos conforme Opan (1995), Cabixi (1984), lideranças Paresí e representante da Funai: não-sustentabilidade desse modelo em projetos de pequeno porte; dificuldades em relação ao transporte, armazenamento e venda da produção; interferências no padrão cultural, fazendo com que os índios não definissem sua atitude e responsabilidade perante os projetos; por serem de certa forma impostos, os Paresí não viram os projetos como seus, mas como obrigação de agentes

externos para com o grupo; o desconhecimento de inovações técnicas e normas para um trabalho de produção em larga escala (comparativamente), padronizado, fugiu da lógica da economia da etnia; a falta de uma linha de ação para qualificar os índios para esse tipo de trabalho.

A experiência de agricultura mecanizada mostrou, segundo uma liderança Paresí, que a comunidade se tornou ainda mais dependente economicamente, além de não compor um capital para reinvestir.

Segundo Silva (1995), projetos econômicos realizados nas décadas de 1970 e 1980, geralmente coordenados pela Funai, eram voltados ao mercado e serviam como estratégia de incorporação dos grupos indígenas à sociedade regional e nacional, direcionando-os a uma nova racionalidade econômica. Além disso, também se deveria considerar e respeitar a cosmologia, os mitos e os rituais, que se fundem nas relações com o ambiente, que resultam na regras sociais e econômicas que garantem o equilíbrio das etnias indígenas.

Santos (1985) chama a atenção para outro problema que se pode acrescentar: em uma frente pioneira (como a da região produtiva Paresí), entram em conflito as forças do mercado e do Estado através da ação oficial (das políticas públicas indigenistas estatais). O Estado, porém, prioriza as forças de mercado, de modo que, para Durham (1983), paradoxalmente, ao mesmo tempo em que os índios devem ser protegidos pelo Estado, eles se constituem em um obstáculo aos interesses privados, representados por esse Estado.

De acordo com a Seplan-MT (MATO GROSSO, 2006), quanto aos projetos econômicos em terras indígenas desenvolvidos pelo Prodeagro, além dos problemas citados acima, seus insucessos devem-se principalmente ao imediatismo, já que são necessárias ações de longo prazo, e à não-continuidade deles por parte das etnias, instituições e outros. Todavia, conforme a Secretaria, as experiências contribuíram para a construção de parcerias nesse campo entre a Funai, comunidades indígenas e suas associações e ONGs. Além disso, constatou-se que é preciso envolver as comunidades indígenas em todas as etapas dos projetos.

O representante de Opan acrescenta que, nos projetos com piscicultura e emas, os principais contratempos foram problemas técnicos na elaboração do projeto e

na qualificação dos índios, falta de assistência posterior e a pequena escala de produção, o que os inviabilizou.

Por outro lado, contribui para essa insucessos dos projetos a ausência de grande parte da força de trabalho Paresí, principalmente a força dos jovens, que trabalham em fazendas vizinhas, em muitos casos desmobilizando a execução desses projetos.

No entender de um representante dos Paresí, em todos esses projetos econômicos têm-se duas perspectivas: a dos não-índios, geralmente técnicos que os desenvolvem e acompanham, e a dos índios, que não têm essa capacitação, principalmente a administrativa. Assim, há um choque de concepções, princípios e interesses; dois mundos paralelos que não comungam, mesmo tendo um mesmo objetivo, que é a melhoria de qualidade de vida dos índios. Em geral, esse choque causa a ruptura desses projetos, o que deveria ser evitado, levando o índio a se preparar para dar continuidade a eles.

Portanto, as dificuldades em implementar projetos econômicos só serão superadas por meio de programas de longo prazo, que partam principalmente do interesse dos índios, sejam embasados em pesquisas e contemplem a formação, para que haja autonomia da etnia.

## **CAPÍTULO 4 – INTERFERÊNCIAS EXTERNAS DA OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA COM IMPACTOS INTERNOS SOBRE OS PARESÍ**

A intensificação das interferências do Estado na região produtiva Paresí possibilitou a aceleração da introdução de forças externas de mercado. As intervenções estatais geraram as condições (de infra-estrutura e técnicas) para que, na década de 1970, a região se transformasse em uma fronteira agrícola baseada na agricultura moderna, instalando-se nela seus agentes, empresas e fazendeiros.

Tal processo tem origem externa porque, além de ser introduzido por não-índios, vincula-se à agricultura moderna, com conexões nacionais e internacionais. Ele gerou impactos no entorno das terras indígenas atualmente demarcadas os quais se refletiram internamente sobre a etnia. Todavia, nesse período as transformações eram mais visíveis fora dessas terras, já que, até então, pouquíssimos hectares com esse modelo agrícola foram cultivados dentro da área.

### **4.1 Impactos de Origem Externa**

A ocupação da fronteira agrícola na região produtiva Paresí é parte das estratégias do mercado, apoiado pelas intervenções do Estado através de programas como o Polocentro e Polonoroeste. Nesse sentido, o objetivo mercantilista era a integração territorial, isto é, avançar sobre o espaço anexando áreas para se juntarem à sua lógica de apropriação e acumulação.

Essa lógica, com respaldo legal do Estado, trouxe grandes impactos aos Paresí, pois, mesmo com 250 anos de contato com os não-índios, o grupo tinha, em 1970, pouca relação com essa sociedade. A partir daí, foram rapidamente cercados por essa agricultura comercial, que ocupou a grande maioria de suas terras tradicionais e devastou o entorno das que foram demarcadas ou que estão em processo demarcatório, o que refletiu internamente.

Os impactos e influências da ocupação da fronteira agrícola sobre a sociedade Paresí devem ser analisados a partir do conflito entre fatores externos e internos, que representam, respectivamente, a ordem global e a local. Nascimento (2005) aponta a redução da caça e pesca como impacto externo direto desse modelo agrícola sobre os Paresí. Os demais estão vinculados àqueles que ocorreram antes da introdução desse modelo, ou seja, relacionados aos danos causados pelo contato com os não-índios. No entanto, foram intensificados por esse novo processo.

#### 4.1.1 Redução da Caça e da Pesca

A redução da caça e da pesca ocorreu porque a ocupação da fronteira agrícola na região causou a invasão do território tradicional e a ocupação desordenada do entorno das terras demarcadas. Segundo uma liderança da etnia, até a década de 1970, quando se deu essa ocupação, havia muita caça e pesca nas terras indígenas.

No mais antigo relato do contato entre os Paresí e os não-índios, Campos (1996) destaca não só a imensidão do território tradicional, usando a expressão “reino mui dilatado”, mas também sua enorme população. Essa área abrangia o que atualmente é conhecida como Chapada e Planalto dos Parecis. Para Souza (1997), a localização da Terra Indígena Estação Paresi e da Área Uirapuru, em processo de identificação, respectivamente, nos extremos oeste e leste, são um demonstrativo da presença da etnia em vastas porções dessas unidades de relevo.

Também se pode acrescentar a essa dimensão os extremos norte e sul, respectivamente, na confluência dos rios Sacre e Papagaio na Terra Indígena Utariti e na Terra Indígena Figueiras. Na Figura 7, pode-se localizar os extremos das Áreas Paresí hoje e compará-las com o território da etnia em 1934, através da carta etnográfica da expedição Rondônia – Roquete Pinto/Comissão Rondon (*apud* MACHADO, 1999). Essa carta mostra o território na época, aparentemente quatro vezes maior que hoje.



A invasão do território tradicional levou à perda de grande parte das áreas agricultáveis e exploráveis, já que não foram demarcadas. Conforme um representante da etnia, a perda da maior parte do território tradicional, como do Planalto de Tapirapuã — cortado pelo Rio Sepotuba — causou grande impacto, pois, aquela região de mata constituía-se em importante local de caça e pesca. Além disso, os Paresí se alimentavam muito do ovo da ema, abundante na área de cerrado, que também foi reduzida.

Oliveira (2004) destaca a presença Paresí no Planalto de Tapirapuã e sua importância para a etnia, com diferentes visões sobre ele: para os Paresí, um lugar mítico; para os poaieiros, espaço de exploração de recursos naturais; para os expedicionários, lugar habitado por seres curiosos e, para os colonos, lugar de trabalhar e produzir riquezas.

A Opan (1995) afirma que a comercialização de trairões (*Hóplias sp.*) pelos índios dentro da região produtiva também colaborou para a diminuição da pesca. Todavia, esse caráter comercial dado à pesca ocorre como forma de obter renda para a satisfação de necessidades de consumo geradas com o contato.

Entre os impactos da integração de grupos indígenas na economia de mercado, Schröder (2003) destaca as reduções territoriais que causam perda de zonas tradicionalmente exploradas (como as de caça, pesca e agricultura), levando à diminuição de opções econômicas, e a exploração acelerada da pesca com fins de comercialização.

Apesar de a redução territorial ter contribuído imensamente, a ocupação desordenada da agricultura moderna no entorno das terras indígenas é a principal responsável pela redução da caça e da pesca devido ao desmatamento e uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura.

Conforme Oliveira (2004), uma das visões da Chapada dos Parecis presente em relatos históricos escritos e na memória coletiva é de cerrado resistente até a gafanhotos. Todavia, com a ocupação agrícola da região, os Paresí sofreram com a contaminação por agrotóxicos usados para eliminar especialmente esses insetos, considerados pragas pelos fazendeiros. A pulverização aérea contaminou rios e matou animais.

Após a criação da Coprodia em Campo Novo dos Parecis e o plantio de cana-de-açúcar no município, a partir de 1983, gafanhotos de grande porte atacaram suas plantações, localizadas na região produtiva Paresí. Conforme Miranda (2006), as infestações da espécie de gafanhoto identificada como *Rhammatocerus schistocercoides* foram mais fortes entre 1984 e 1988 e um pouco mais fracas em 1992 e 1993, períodos de acelerada ocupação da agricultura moderna com soja, arroz e milho, culturas que também foram atacadas. De 1985 a 1989, gastaram-se 5 milhões de dólares com o combate da praga em Mato Grosso (basicamente na região produtiva), ocasião em que se utilizaram milhares de litros de inseticida.

O autor confirma os antigos relatos sobre a presença da espécie de gafanhoto na região, que é alimento para grupos indígenas, particularmente Nambiquaras e Baiquiris, e faz parte da mitologia Paresí. Também destaca que as práticas tradicionais dessas etnias são importantes na manutenção das condições ecológicas favoráveis ao inseto. Com a invasão dos gafanhotos, por um lado, os fazendeiros consideraram as Terras Indígenas Paresí responsáveis pela proliferação, já que ali não seria possível fazer a aplicação de agrotóxicos. Todavia, não houve deslocamento de enxames das terras indígenas em direção às plantações e nem reprodução concentrada nessas áreas, pois há muito tempo isso é comum em toda aquela região de cerrado. Por outro lado, com a ocupação agrícola, um novo ambiente ainda mais favorável aos gafanhotos foi criado tanto pela fartura de alimento quanto por causa do desmatamento intenso das terras, causando o desequilíbrio ecológico, que provocou a redução de seus inimigos naturais.

A interpretação de Oliveira (2004) sobre a fronteira étnica — onde índios e não-índios disputam espaço, onde frente pioneira e frente de expansão se conflitam — ilustra bem essa questão dos gafanhotos. Aqui a disputa tem como objetivo estabelecer um modo de vida que se sobreponha ao do outro, suplantando os limites da natureza, mesmo que isso cause impactos.

Em decorrência de pressões da expansão das áreas na atual fase da agricultura moderna em Mato Grosso, grupos indígenas que têm funcionado como barreiras ao avanço sentem-se encurralados em suas terras, afetadas em razão da ocupação do entorno, que fez reduzir espécies animais, causando danos à alimentação (BERNARDES, 2006).

Tamanha é essa ocupação que se presume não haver respeito à Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso (Consema-MT) nº 017/91, de 5 de agosto de 1991, que exige

[...] a prévia elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para os projetos públicos ou privados que venham incidir diretamente em terras de ocupação indígena, ou ao longo do seu entorno perimétrico num raio de 10 (dez) km de largura e passível de causar algum impacto ambiental negativo (MATO GROSSO, 2005-b).

A imagem de satélite a seguir ilustra bem a situação, onde apenas a área ao sul das terras indígenas está pouco ocupada com a agricultura moderna, pois ali está a escarpa da Chapada dos Parecis, cuja topografia impede a atividade (Figura 8).

#### 4.1.2 Impactos Econômicos Acelerados pela Ocupação da fronteira agrícola

Há impactos sobre a Produção Espacial Paresí que ocorrem por causa de mais de 280 anos de contato com os não-índios, mas a ocupação da fronteira agrícola na região produtiva acelera os processos de mudança, fazendo com que ocorram simultaneamente, em um curto período. Para Santos (2004), o efeito desestruturador na produção do espaço é ainda maior quando os impactos das transformações se dão ao mesmo tempo nos transportes, nas comunicações, nos hábitos de consumo e tantos outros, de forma que os efeitos cumulativos e acelerados trazem desequilíbrios maiores.

Considerando as discussões de Nascimento (2005), os impactos existentes por séculos de contato foram acelerados com as influências e pressões do sistema produtivo regional sobre a sociedade e economia da etnia.

Esses impactos e a pressão regional se expressam através da redução das condições agrícolas e da erosão genética, que é a diminuição de espécies e/ou variedades cultivadas. A causa disso são dois fatores: o trabalho nas diversas frentes de contato, como a da poaia e seringa, que se acelerou com a ocupação da fronteira agrícola, influenciando o índio, que, muitas vezes, afastou-se de suas roças. Conseqüentemente, sua tradição agrícola diminuiu, levando-o a depender do mercado. O outro fator foi a redução do território tradicional, que ocorreu essencialmente com a expansão da fronteira, deixando áreas agricultáveis de fora das terras demarcadas.



Ainda outro impacto foi a introdução de novas necessidades de consumo externas à etnia, que foram sendo internalizadas, como roupas, carros, motos e alimentos industrializados, observadas tanto na Aldeia Rio Verde quanto na Vale do Papagaio. Esse processo cumulativo, que gera ainda mais dependência do mercado, é atualmente comandado essencialmente pelos meios de comunicação, principalmente televisão e rádio, cada vez mais presentes nas aldeias.

Em relação à introdução de novas necessidades de consumo e sua atual intensificação, pode-se afirmar que existe tanto uma valorização de novos objetos pelo seu uso, quanto pela imposição externa em relação a essas necessidades / a esses objetos. Conforme Santos (2004), em um contexto social, a ação externa não se dá sobre objetos físicos, e sim sobre objetos sociais, aos quais se busca oferecer ou impor um novo valor. Todavia, a utilização dos objetos físicos é que determina seu valor, que está em constante mudança quantitativa, qualitativa e funcional.

Schröder (2003) também relaciona como impactos da integração de grupos indígenas na economia de mercado: a necessidade de comercializar produtos para satisfazer novos padrões de consumo, com crescente dependência do mercado, e a oferta da própria força de trabalho aos não-indígenas. Mas o autor cita um outro impacto fundamental, ligado a todos os relacionados: a monetarização de parte das relações econômicas como uma das possibilidades de individualizar e controlar o acesso de bens não-indígenas, com danos às demandas tradicionais de redistribuição.

O dinheiro, além de facilitar o acesso a todos os bens, principalmente aqueles não produzidos pelos Paresí, é fundamental para suprir as deficiências de caça, pesca e de produção agrícola. Todavia, de acordo com Weber (2004), o uso do dinheiro, entre outros impactos, causa a contração de dívidas e a individualização do consumo, com a ampliação das necessidades daqueles que o possuem. Um processo assim gera o consumismo.

Nesse processo há uma mudança estrutural e funcional visível na economia Paresí, que era auto-suficiente antes do contato. Ela produzia para a subsistência, porém, com a dependência econômica, sua função passa ser a de satisfazer as velhas e as novas necessidades de consumo. O problema é que com a redução da caça, pesca e das condições agrícolas e a introdução de novos hábitos de consumo, a economia interna passa a não suprir tais necessidades, já que não oferece excedentes

que possam gerar a renda necessária para tanto. Portanto, há dificuldades econômicas nas terras indígenas.

## 4.2 Dificuldades Econômicas

O surgimento de dificuldades econômicas entre os Paresí é resultado do contato com os não-índios, que gera a dependência econômica cumulativa. Essa dependência se intensifica com a ocupação da fronteira agrícola, principalmente em razão de seus impactos, agravando ainda mais as dificuldades. Nesse contexto, o Estado, como agente que possibilitou essa ocupação sobre a região produtiva Paresí, é um dos responsáveis por esses danos.

Levando-se em conta a análise de Santos (1985), pode-se afirmar, então, que o Estado, através dos organismos que representam o território, passa a não dispor de recursos para atender a essa população que cresce e tem necessidades acumulativas, por estar a região produtiva Paresí, em zona pioneira. Essas necessidades vão ser respondidas cada vez mais dentro do subsistema de mercado, em cidades próximas, na medida em que aumenta a acessibilidade física e financeira dessa população.

Diante de tal situação, a etnia deve buscar o trabalho assalariado fora das terras indígenas ou desenvolver novas alternativas econômicas que gerem segurança alimentar, renda e autonomia. Todavia, na busca por essas alternativas, a maioria das políticas indigenistas governamentais e não-governamentais falharam, como foi destacado no capítulo anterior. Já o trabalho assalariado é muito freqüente, principalmente nas fazendas dentro da região produtiva.

Das alternativas tentadas, interessante observar que apenas aquelas desenvolvidas sob a liderança dos Paresí estão gerando a maior parte da renda, como a cobrança do direito de passagem pela Rodovia MT-235, assim como as parcerias agrícolas, que serão analisadas no capítulo seguinte.

Conforme um liderança Paresí, a cobrança do direito de passagem pela rodovia foi concedida em 1997. Com o consentimento da Procuradoria Federal, essa cobrança começou a ser feita em razão da forte pressão para arrendar terras da etnia. Os recursos seriam inicialmente utilizados para complementar os investimentos em saúde e

na economia, mas muito pouco se fez nessas áreas, já que os recursos passaram a ser distribuídos pela população indígena. Para a liderança indígena, isso fez com que não houvesse uma convergência, mas sim uma dispersão desses recursos, o que contribuiu para o grupo não avançar na melhoria da qualidade de vida.

Assim, é preciso entender um pouco mais sobre as dificuldades econômicas Paresí, já que se chegou a afirmar, em 2003, que havia casos de desnutrição e subnutrição entre os índios. Por esse motivo, Nascimento (2005) discute possíveis equívocos em relação a essas dificuldades, já que, no seu entender, isso pode mudar a forma de ver o problema. Afirma-se que essas dificuldades medraram por causa do ambiente de cerrado, do grande crescimento populacional e/ou porque genericamente toda a etnia passa por sérias dificuldades econômicas.

As dificuldades, principalmente em relação à alimentação, não são devidas ao cerrado, se não vejamos: a pesca já era pouco expressiva em virtude das características do ambiente na região, assim como o número de espécies de caça era pequeno e o solo era naturalmente ácido. Entretanto, conforme o relato de Campos (1996), antes do contato, essa etnia era auto-suficiente e não há referência às dificuldades vividas hoje: “[...] todos vivem de suas lavouras, no que são incansáveis [...] caçam muitos veados, emas e outras coisas [...] este reino é [...] muito fértil pela bondade das terras [...]”. Os produtos cultivados eram adaptados ao solo ácido, a caça era suficiente, a tradição agrícola era grande; no relato, não há referências à pesca, mas presume-se que era bem maior que atualmente.

Dessa forma, com base em Oliveira (1972), mais que os fatores ambientais, é o sistema econômico regional, baseado na agricultura moderna, que causa impactos e condiciona a sobrevivência e o processo de desenvolvimento do grupo.

As dificuldades econômicas também não ocorrem em razão do grande crescimento populacional, que, segundo Barros (2002), é bem superior à média nacional. Há, entretanto, afirmações de que esse crescimento não foi acompanhado pela produção da economia tradicional, assim, teríamos à nossa frente os já superados fatores que levaram à formulação da teoria malthusiana. Ela afirmava, no século XVIII, que o crescimento populacional não seria acompanhado pela produção de alimentos, e isso geraria fome generalizada.

No entanto, não é o que também demonstra o relato de 1723, em que Campos (1996, p. 116-117) afirma: “[...] é esta gente em tanta quantidade, que se não podem numerar as suas povoações ou aldeias [...]”, mostrando que, mesmo com uma enorme população não havia dificuldades econômicas. O fato é que as dificuldades existem em razão das mudanças na caça, pesca, tradição agrícola e na geração de necessidades de consumo. No entanto, o grande crescimento populacional acentua o aumento das dificuldades econômicas.

Por final, o equívoco de afirmar generalizadamente que todos os Paresí passam por esse problema. Ocorre que, além das atividades tradicionais ainda existentes, há também as fontes de renda que beneficiam unidades familiares, como: vários índios ainda trabalham como assalariados nas fazendas vizinhas em períodos sazonais e há a renda proveniente de aposentadorias, salários de índios funcionários da Funai, professores e agentes de saúde indígena. Nas Aldeias Rio Verde e Vale do Papagaio, por exemplo, não se observaram sérias dificuldades econômicas.

Além disso, com a implementação do direito de passagem pela MT-235 e a assinatura dos primeiros contratos de parceria agrícola em 2003, geraram-se as duas principais fontes de renda atuais. Todavia, as parcerias não atendem a todas as aldeias, já que os contratos foram firmados entre as comunidades e os parceiros, apenas com a intermediação das associações indígenas. Em algumas aldeias, também não há índios aposentados ou assalariados; em outras, o solo é composto basicamente por areias quartzosas (o que dificulta a agricultura). Assim, aldeias que dependem quase ou exclusivamente dos recursos do direito de passagem pela rodovia — pequenos, quando repartidos entre todas as famílias —, há enormes dificuldades econômicas.

Conforme um dos responsáveis pela Associação Wáimare, que atende a 20 aldeias, a renda do direito de passagem é repartida pelas associações dentro das unidades familiares nas aldeias das terras indígenas. Atualmente, tais recursos, retirando-se os gastos administrativos, somam em média R\$ 30,00 por mês para cada habitante; em períodos de chuva e de pouco movimento na rodovia, o montante é ainda menor. Essa é a única fonte de renda fixa que abrange a população Paresí.

Outra liderança afirma ter realizado um diagnóstico, em julho de 2006, dos valores arrecadados com a cobrança do direito de passagem: em média, algo em torno de R\$ 80.000,00 ao mês nesses anos de atividade. Todavia, na distribuição desse

valor entre os gastos administrativos e a população de aproximadamente 1.700 habitantes, a renda *per capita* ainda seria muito reduzida.

São dois os pontos de cobrança na rodovia, mas só se paga uma vez por viagem. Os recursos de cada ponto são administrados por duas das associações Paresí, a Wáimare e a Halitinã. Ainda existe em atividade entre o grupo a Associação dos Pequenos Produtores Indígenas. Segundo representante da Associação Wáimare, as principais funções dessas instituições é dar suporte às atividades econômicas.

Assim, as dificuldades se devem aos efeitos do contato, e não a fatores ambientais e populacionais. Além disso, elas não estão presentes em todas as aldeias, porém, em alguns casos, a falta de renda e a escassez de caça e pesca fazem com que a privação de proteínas gere uma situação nutricional alarmante. Em geral, elas se devem às novas necessidades de consumo, que são aceleradas pelo crescimento populacional e a intensificação do contato, podendo chegar a uma situação insustentável. A afirmação de uma liderança da etnia resume bem a questão, pois, diz ela que índios Paresí estão passando fome por falta de renda para adquirir o que não produzem nas aldeias.

Por isso, depois de mais de 280 anos de contato, a economia Paresí está cada vez mais dependente do mercado e mesmo que esses índios resolvessem retomar a economia auto-suficiente, deixando de lado todas as necessidades introduzidas (o que é improvável), tendo hoje uma população muitíssimo menor que naquele passado distante, ainda assim teriam dificuldades. Com a deficiência de acesso às proteínas presentes na carne e no peixe, a redução da tradição e das condições agrícolas essas atividades também poderiam ser insuficientes.

Mas, em um mundo cada vez mais integrado pelas comunicações, meios de transportes e principalmente pelas relações econômicas, é quase impossível evitar que ocorra esse contato entre índios e não-índios. Além disso, essa interação é positiva sob o aspecto de que muitos bons elementos das duas partes são trocados. Todavia, a troca é geralmente desigual, e muitas vezes os índios, além de sofrerem os impactos do contato, são quase obrigados a absorver os elementos ruins dos não-índios.

Outra alternativa econômica implementada sob a liderança dos Paresí, também relacionada às influências externas do modelo do entorno, foi a das parcerias agrícolas, que introduziram a agricultura moderna agora dentro das terras indígenas.

## **CAPÍTULO 5 – A DINÂMICA DO ESPAÇO PARESÍ: O PREEEXISTENTE E A INOVAÇÃO**

Com a cumulativa dependência econômica, impactos e influências da ocupação da fronteira agrícola, geraram-se dificuldades econômicas que, somadas ao insucesso das alternativas implementadas por programas estatais e políticas indigenistas, forjam a abertura, a partir de 2003, de um novo período na produção do espaço Paresí. A agricultura moderna, com base em monocultura, antes restrita ao entorno das terras indígenas, agora é introduzida fortemente nessas terras, com milhares de hectares plantados nesse período.

Dessa forma, os projetos indigenistas da década de 1970 e 1980 que, juntos, não ultrapassavam 150 ha, não podem ser considerados monocultura, pois, apesar de cultivarem basicamente um só produto (o arroz), as áreas utilizadas eram pequenas. Entre os projetos com agricultura moderna desenvolvidos com autonomia pelos índios até 2003, destaca-se o da Aldeia Paresí Bacaval (Terra Indígena Utiariti, em Campo Novo dos Parecís), próxima à Aldeia Vale do Papagaio. Nessa aldeia, segundo uma das lideranças entrevistadas, entre 1985 e 1988, plantou-se uma área de 30 ha de produtos diversos; na década seguinte, essa área se expandiu. Conforme Oliveira (2003), naquele ano estavam sendo cultivados 150 ha de soja na aldeia.

Todavia, esse empreendimento na Aldeia Bacaval, diferente dos projetos indigenistas que utilizavam relativamente pouca tecnologia e insumos, segue o modelo atual de agricultura moderna, bastante racionalizado e baseado na ciência e na técnica.

Para Bernardes (2006), após a consolidação da agricultura moderna em Mato Grosso, tendo como referência o complexo da soja, há um novo ciclo de modernização, ainda mais tecnológico. Além do cerrado, nesse ciclo a soja se expande na região de transição com a floresta amazônica mato-grossense, especialmente nos municípios sob influência da BR-163 (Cuiabá–Santarém). Até a década de 1980, o avanço da ocupação agrícola dava-se mais pela ocupação de novas áreas; atualmente essa expansão se viabiliza com a construção da inovação, baseada na ciência e na técnica, priorizando o rendimento.

Assim, a introdução da agricultura moderna em Terras Paresí, nesse novo ciclo de expansão do complexo da soja em Mato Grosso, torna ainda mais complexa as relações advindas desse processo de transformação. Nesse contexto, é no período de 2003 até o momento que a aceleração contemporânea — que já atuava na fase anterior (década de 1960 ao ano de 2003) — ganha ainda mais destaque.

Conforme Santos (1997, 2004), essa aceleração é responsável pelas súbitas mudanças na fase atual da economia mundial, da qual emergem diversos tempos: os mais externos (o do mundo), representados essencialmente pelas multinacionais, e os mais internos, representados pelos lugares, quando o tempo atual se defronta com o passado, cristalizado nas formas. Com a era da informação, os tempos convergiram, favorecendo o aparecimento de novas possibilidades, que mudam os equilíbrios preexistentes nos locais, de modo que os elementos externos procuram impor sua lei. Desse modo, a informação gera fluxos (monetários, de transportes, de comunicação e outro) cada vez mais rápidos.

Assim também ocorre com a difusão dos sistemas técnicos, havendo a banalização da invenção e perecimento prematuro dos objetos em uma sucessão alucinante, que impõe novos ritmos à produção espacial. Todavia, não são os objetos e as técnicas em si que levam ao seu envelhecimento prematuro, e sim a política e prática da competitividade, conduzida pelos atores hegemônicos (bancos internacionais, empresas multinacionais e organizações supranacionais). Portanto, está-se descaracterizando a idéia de duração e a lógica da sucessão, de maneira que a mudança se torne deliberada, alterando-se a sua percepção (SANTOS, 2004).

Nesse contexto, a sociedade Paresí encontra-se integrada a esse processo, principalmente pelos meios de comunicação e pela influência das multinacionais. Os meios de comunicação, como rádio e televisão, são muito presentes entre esses índios, como se observou nas Aldeias Rio Verde e Vale do Papagaio. A influência das multinacionais ocorre através de unidades ligadas à agricultura moderna instaladas na região produtiva, algumas próximas às aldeias pesquisadas, mas também através de seus agentes, os produtores rurais.

Tudo isso, aliado a outros fatores, levou, por exemplo, à intensificação da introdução de novas necessidades de consumo. Destaca-se, porém, a introdução da

modernização da agricultura dentro das terras indígenas, um modelo que representa a banalização da invenção e das mudanças técnicas no campo.

Assim, nesse novo período em que a aceleração contemporânea ganha ainda mais força, aumenta o conflito entre o preexistente e a inovação, respectivamente representados de forma geral pelos fatores internos e pela inovação. Nessa fase, a inovação tem como modelo uma agricultura moderna extremamente racionalizada em contraposição à racionalidade econômica indígena em parte existente.

### **5.1 Fatores da Introdução da Agricultura Moderna em Terras Paresí**

Um fator determinante nesse processo é a potencialidade para a agricultura moderna das Terras Indígenas Paresí, onde dos aproximadamente 11.193,54 km<sup>2</sup> (1.119.354 ha), mais ou menos 7.483 km<sup>2</sup> (748.300 ha), ou 66,85 % da área, são de latossolo vermelho escuro (Figura 9). Para a agricultura moderna encontrada na região, esse solo deve ser corrigido com calcário, o que o torna altamente produtivo; aliado a uma topografia plana, já que se localiza no Planalto dos Parecis, favorecendo a mecanização em larga escala.

Nesse contexto de transformações, notam-se três grandes contradições. A primeira é o fato de que a etnia, com toda essa potencialidade, sente dificuldades para satisfazer suas necessidades alimentares. Todavia, essa visão está mais próxima de quem analisa a questão sob o ponto de vista do modelo produtivo dominante na região, uma vez que, além de essas dificuldades terem sido geradas principalmente pelos impactos desse modelo, há outras possibilidades econômicas.

A outra contradição é que, mesmo sofrendo com os impactos da agricultura moderna, o grupo a introduziu em suas terras, o que se explica pelas pressões do sistema econômico regional, que se apresenta e se sobrepõe a outros como única alternativa viável para o cerrado. Também influenciou nessa opção a integração da etnia à economia regional, que emprega há muitos anos um grande número de índios.



A especialização produtiva no cerrado via modernização da agricultura desagregou e impediu a diversificação da produção e a existência de pequenas propriedades, favorecendo, assim, a concentração de terras. Além disso, tende a anular as potencialidades das forças produtivas tradicionais, com a substituição dessas atividades por outras mais rentáveis, fortalecendo uma nova estrutura regional (BERNARDES, 2006).

A terceira contradição é que as políticas indigenistas oficiais, da Funai e do Polonoroeste, e de uma ONG, a Opan, desenvolveram, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, projetos de agricultura moderna entre os Paresí. Esses projetos favoreceram a integração na economia regional, mas, atualmente, muitas ONGs e setores da Funai relutam em aceitar esse modelo agrícola em terras indígenas.

No caso da Funai, a mudança na política da década de 1970 e 1980, que visava à integração do índio na economia regional, explica a contradição. Já em relação à Opan, conforme seu representante, o projeto era experimental e de caráter pedagógico, não tendo objetivo de incentivar o índio a esse modelo agrícola e só foi desativado porque não tinha viabilidade, senão ainda existiria. Todavia, não há problemas em os índios desenvolverem de forma autônoma projetos com agricultura moderna, pois eles têm sua autodeterminação.

No entanto, esses projetos colaboraram de uma forma ou de outra, uns mais outros menos, para o processo de mudança. Segundo Santos (1985, 2004), em qualquer circunstância, mas, sobretudo no espaço transformado, o interno aparece como a internalização do externo. Esse processo é resultado da renovação do antigo a serviço das forças de mercado, atualmente representadas pelos atores hegemônicos. Mas isso não seria possível sem o apoio não declarado do Estado. Todavia, para Santos (1985, p. 77), “[...] se fosse possível conceber um ponto isolado do espaço global, ele continuaria a evoluir e, dentro de algum tempo, não mais seria o mesmo”.

Se não houvesse essas influências e impactos externos, a dinâmica interna da Produção Espacial Paresí seguiria um ritmo e coerência interna próprios, diferente desse processo baseado em elementos de fora do grupo. Por isso, o fato de a etnia desenvolver seu potencial produtivo seguindo um modelo externo, mesmo considerando as pressões e dificuldades que sofrem, caracteriza-se como internalização desse processo. Mas isso se deve não só às interferências estatais — especialmente às

tentativas de integração da etnia à economia regional via agricultura moderna no passado —, mas também a uma certa omissão sua em relação às dificuldades econômicas, o que, de forma não declarada, também demonstra seu apoio às forças do mercado.

Esse processo, que começa na década de 1970 e agora se intensifica, pode ser caracterizado como mudança técnica, já que a etnia tende a substituir as técnicas tradicionais da roça de toco pelas técnicas da agricultura moderna. Para o autor, todo esse processo é determinado por um contexto histórico e econômico, em que a técnica utilizada na agricultura tradicional (roça de toco, que é a base da economia), somada ao modelo econômico interno, não supre as novas necessidades introduzidas. Foi isso que também possibilitou a introdução de uma nova técnica, tida como “superior”.

Nesse sentido, segundo Santos (1985), essa mudança ocorre a partir da própria estrutura interna, já que uma ação externa somente é eficaz através de dados internos. Assim, cada forma é criada como resposta a certas necessidades ou funções do presente, sendo seu valor técnico determinado pelo contexto. Desse modo, em cada momento histórico, os elementos do sistema temporal e do socioespacial mudam, pois a percepção individual de seus componentes está condicionada por valores. No entanto, tão importantes quanto os valores são as necessidades, porque, conforme Kuhn (*apud* SANTOS, 1985), em sistemas que envolvem pessoas, elas não podem ser vistas como elementos, mas sim seus estados de necessidade, desejo ou uma outra qualidade relevante para o sistema.

No entender de Santos (2004), portanto, o sistema de ações resulta das necessidades, sejam elas naturais ou adquiridas, materiais ou imateriais, que levam o ser humano a agir em sua função. Mas, para a satisfação dessas necessidades, as ações terão de gerar ou usar objetos e técnicas, criando novas formas geográficas. Por isso, ao longo da história, os objetos e técnicas preexistentes se vêem envelhecidos com a aparição de outros mais avançados. A doutrina e prática da competitividade, e as trocas entre grupos acabaram por impor a alguns as técnicas de outros, de modo que atualmente surgem sistemas técnicos hegemônicos.

Para Bordieu (1979), há um determinismo econômico capitalista que, em certos casos, submete outras economias a mudanças por meio de pressão das

necessidades materiais. Nesse contexto, há choque, muitas vezes, entre o modelo e as normas econômicas capitalistas, consideradas modernas, e as da economia tradicional. Para o autor, a modernidade, nesse sentido, representa um estilo de vida através do qual se pode mudar atitudes e valores de indivíduos e grupos. Nesse sentido, a necessidade econômica pode subordinar normas tradicionais, como as relações de parentesco e os antigos valores de honra e solidariedade, passando a ser submetidos a cálculos econômicos.

Por tudo isso, Soja (1993) diz que há um contexto social mundial extremamente mutável e conflitante, que não respeita a tradição e segue uma mecânica de “progresso”, em que tudo que se presumia ser sólido vai-se tornando sem importância.

Esse processo de mudança técnica não ocorre somente entre os Paresí, mas em todo o mundo. Para Santos (1997, 2004), as técnicas são as formas de fazer da sociedade que distinguem uma época da outra, uma vez que envolvem as formas de produzir, ser e de se relacionar, estando ligadas ao sistema de ações. A base técnica constitui um dado fundamental na explicação de uma sociedade, já que invadiu todos os aspectos da vida humana, tornando-se uma grande banalidade e o grande enigma que comanda a nossa vida, pois impõe novas relações internas e externas, porém, por si só, não explica nada.

Conforme o autor, com a união entre técnica e ciência, surge a tecnociência ou tecnologia, formando os sistemas técnicos hegemônicos que são a base material e ideológica do discurso e prática dos agentes hegemônicos que os comandam. Esses sistemas desfazem os modos de vida autônomos (de base local) ou buscam incluí-los em sua lógica, de acordo com o grau de dependência da sociedade. Sendo inevitáveis, já que estão presentes em todas as partes do mundo não mais como produto da história, mas sim como produtores, tanto que, depois de implantada uma nova técnica, ela se torna quase irreversível.

Assim, na região produtiva Paresí, os atores hegemônicos, representados especialmente pelas multinacionais do ramo agrícola, tentam impor seu modelo técnico. No entender de Fernandes (1993), a mudança técnica por outra mais eficiente representa mais dependência econômica, acréscimo de necessidades de consumo e de número de horas de trabalho.

Essa mudança não só aumenta as horas trabalhadas, mas também seu ritmo. Além disso, o fato de a agricultura moderna ter sido inserida em razão de fatores externos interfere no ritmo de transformação autônoma do grupo. Essa situação se agrava, já que a etnia também não controla o processo de produção, que se dá em parceria com os não-índios.

## **5.2 Agricultura Moderna Via Parcerias Agrícolas com Não-Índios**

Em 1997, o Jornal Diário de Cuiabá (*apud* ALVES, 2005), noticia: “os índios paresí [...] estão dispostos a arrendar de 20 a 50 mil hectares de suas terras para os produtores de cereais do Médio Norte [...]”. Segundo Alves (2004), a lei não prevê essa possibilidade, mas estava prevista uma audiência pública para discutir o assunto, que, conforme um representante da Funai, foi realizada em 1998 com a participação dos índios Paresí, da Funai e as várias cooperativas e empresas interessadas. Na oportunidade, definiu-se que tanto o arrendamento quanto a parceria seriam ilegais.

No entanto, de acordo com Weis (2006), há muitos anos a lei vem sendo desrespeitada, e existem vários arrendamentos agrícolas, principalmente no sul do Brasil e parcerias pecuárias com fazendeiros para a criação de gado no Mato Grosso do Sul.

Por pressão de parte dos índios, contratos de parceria agrícola entre os Paresí e os não-índios começaram a ser firmados a partir de 2003. Naquele mesmo ano, segundo Bernardes (2006), numa nova fase da agricultura moderna em Mato Grosso, ainda mais racionalizada e tecnológica, a previsão — feita a partir dos dados relativos à incorporação de 750.000 ha — era de que, na safra 2003/2004, se produzisse 20,17% a mais de grãos em relação à anterior.

Desse total expandido na safra 2003/2004, boa parte foi plantada nas Terras Indígenas Paresí, onde foram cultivados cerca de 13.400 ha (Figura 10), sem grande alteração nas duas safras seguintes. Conforme um representante da etnia, cultivaram-se principalmente a soja e o arroz. Mas, com base em observações e informações, a soja representa quase a totalidade produzida.



De acordo com um “Contrato de Fornecimento de Insumos Agrícolas” a que se teve acesso, as parcerias agrícolas são realizadas entre produtores rurais da região, considerados fornecedores de insumos e equipamentos agrícolas, e as Associações Paresí (Wáimare e Halitinã), que representam juridicamente as aldeias, individualmente ou em grupos, que, por sua vez, têm como responsáveis seus caciques. Segundo Baptista (2006), seriam dez parceiros na safra 2005/2006.

O objetivo dos contratos, geralmente de oito anos/safras, é a produção com o uso da agricultura moderna, visando a segurança alimentar, renda comunitária (das aldeias), transferência de tecnologia (através de cursos de qualificação e trabalho de mão-de-obra indígena) e recuperação da agricultura tradicional (a partir da segunda safra).

De acordo com o documento, as responsabilidades de cada parte, em linhas gerais, são: além do uso de suas terras, aos índios compete, por meio das associações e caciques, fiscalizar as atividades produtivas e informar à Funai em Tangará da Serra todas as entradas e saídas de equipamentos e insumos, como também realizar todas as etapas do processo produtivo nas lavouras, como mão-de-obra, podendo ser com ou sem qualificação (braçal ou operadores de máquinas); aos produtores parceiros ficam as demais responsabilidades, como custeio (e eventuais danos), equipamentos e comercialização. Deduzidos os gastos, o lucro líquido é dividido em partes iguais entre os parceiros e índios.

Visto assim, o contrato é muito coerente, pois as duas partes têm contrapartidas equivalentes, assim como responsabilidades, de forma que, sendo parceiros, não há vínculo empregatício entre as partes, além de que a divisão dos resultados líquidos é feita igualmente entre índios e parceiro.

Como prevê o documento, e conforme um representante dos Paresí, através de uma portaria interna da Funai de Tangará da Serra, metade dos recursos recebidos com as parcerias estão sendo depositados em nomes das aldeias. A outra metade as comunidades decidem como investir, de forma que beneficie a todos.

Todavia, há várias questões contraditórias que não são claras no contrato. Por exemplo, de quem é a responsabilidade pela recuperação da agricultura tradicional? Conforme outro representante da etnia, essa recuperação deve ser feita após dois anos, cultivando-se milho fofo, cará, inhame, araruta e diversas variedades de mandioca e

abacaxi, nas mesmas terras onde se fazem as parcerias, quando elas estiverem bem corrigidas e tiverem incorporado os insumos, usando-se, então, as máquinas dos parceiros. O representante acrescenta que muitas dessas sementes e mudas terão de vir de terras indígenas de etnias próximas, já que os Paresí deixaram de produzi-las.

Essa afirmação demonstra três aspectos: a atual situação de redução de espécies e variedades cultiváveis; o não-cumprimento da cláusula sobre a agricultura tradicional, pois, após três safras com as parcerias, o plantio desses produtos já deveria ter ocorrido; e dano quanto à segurança alimentar, porque o cultivo de apenas dois ou três produtos gera insegurança, não esquecendo que a agricultura é uma atividade de risco.

Uma das lideranças da etnia disse não ter conhecimento de que esses alimentos tradicionais estejam sendo produzidos, embora considere que essa iniciativa seria fundamental, e que, se os líderes desse projeto verem a geração de renda como único objetivo das parcerias, isso jamais ocorrerá. De acordo com ele, se houvesse interesse dos índios e das lideranças em plantar esses produtos, isso já poderia estar sendo feito pelas próprias aldeias ou pelas associações, através dos recursos da cobrança do direito de passagem na MT-235.

Seria uma contradição que os produtores rurais parceiros, estando em um ramo altamente competitivo e de alto risco econômico, apoiarem o cultivo dessas plantas tradicionais, que não lhes trarão benefícios financeiros, apenas custos.

Outra contradição expressa no documento é que, em uma atividade de alto risco, mesmo sendo parceiros e dividindo as responsabilidades, apenas os não-índios arcarão com possíveis danos.

Na verdade, o que vale não é o contrato e sim um “Acordo de Parceria Agrícola”, feito à parte do documento de fornecimento de insumos agrícolas e assinado apenas pelo produtor rural. Ele mostra que os índios são contratados pelos seus parceiros e trabalham nas terras para eles arrendadas. Isso pode ser explicado pela fala de uma das lideranças entrevistadas, segundo a qual também era objetivo dos índios em relação às parcerias agrícolas trabalhar no que é seu (na terra, não no empreendimento), pois, cada vez que saíam para trabalhar nas fazendas, as famílias eram levadas e a aldeia ficava vazia.

No entanto, esse acordo prejudica o objetivo de transferência de tecnologia expresso no contrato de fornecimento de insumos, que deixa claro que, tanto trabalhando quanto fazendo cursos, os índios estariam aprendendo. O acordo nem menciona o tal objetivo; apenas o trabalho assalariado. Além disso, muitos índios já são qualificados, como já informava o contrato, não havendo necessidade de uma formação integral de mão-de-obra.

Os Paresí que atuam como mão-de-obra nas parcerias ocupam funções que vão do trabalho braçal, com salário de R\$ 400,00 mensais, à operação das mais diversas máquinas e implementos, com remuneração de R\$ 1.000,00 (BAPTISTA, 2006). Segundo ela, os cursos estão ocorrendo, geralmente oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), e são ligados à administração rural, operação e manutenção de máquinas e implementos, associativismo e cooperativismo.

O maior problema é que esse acordo não especifica como é a relação de trabalho. Conforme representante da Famato, não existe vínculo empregatício (e direitos trabalhistas), pois se trata de uma “parceria”, em que cada uma das partes tem suas responsabilidades e de tal forma que o trabalho serve como uma forma de aprendizado.

Assim, com a mão-de-obra indígena paga pelos parceiros, sem carteira assinada, mudam-se as contrapartidas em relação ao contrato e, conseqüentemente, as responsabilidades de índios e não-índios. Por isso, no acordo, os parceiros têm mais responsabilidades, de modo que a divisão dos lucros líquidos na realidade não é de 50 % para cada parte.

O contrato, portanto, que previa a produção de arroz, soja e milho em 1.000 ha em 8 anos/safras, muda com o acordo, já que por ele se cultivaria apenas soja. O documento especifica que, na produção desses 1.000 ha de soja, seriam pagas (além da mão-de-obra), no primeiro ano 500 sacas; no segundo, 1.000; no terceiro, 1.500; no quarto, 4.000, e do quinto ao oitavo ano, 5.000 sacas de soja, ou seja, respectivamente, 0,5; 1; 1,5 e 4 sacas por ha. O aumento gradativo do número de sacas (entenda-se renda da terra) deve-se à correção do solo nos primeiros três anos, quando há um custo adicional de insumos e a produtividade é menor.

Conforme o “Contrato de Fornecimento de Insumos Agrícolas” e o “Acordo de Parceria Agrícola”, esse pagamento pela renda da terra, acima especificado, beneficiaria 17 famílias, num total de 80 índios em 3 aldeias, em 2004. Considerando-se

como parâmetro o crescimento populacional Paresí de 4,1 % no exercício de 2002 (BARROS, 2002), depois de um ano de contrato (ou acordo), estima-se que seriam não mais que 84 habitantes beneficiados na última safra (2005/2006). Dessa forma, nesse acordo (talvez existam outros nas mesmas aldeias), recebendo 1.000 sacas de soja ao valor médio de R\$ 21,03, a cotação do produto em Mato Grosso, em 27 de outubro de 2006 (SOJA, 2006), a renda da terra por habitante nessas aldeias seria de R\$ 250,35 por ano, ou R\$ 20,86 por mês.

A situação não parece ser diferente nas demais aldeias que fizeram os contratos, sendo importante enfatizar que, apesar de mais de 13.400 ha plantados com esse modelo, nem todas as comunidades aderiram. Considerando-se que, em toda essa área cultivada, a renda da terra seja de 1 saca de soja por ha, com a mesma cotação acima, o montante arrecadado seria de R\$ 281.802,00. Dividindo-se esse valor entre uma população maior que 1.000 habitantes, a renda anual por habitante ficaria na média das aldeias acima.

Com isso, desmonta-se a tese de parcerias, em que as partes têm responsabilidades equivalentes e ganhos iguais, e emerge a de que essa prática, em linhas gerais, é a exploração de mão-de-obra Paresí, sem nenhum direito trabalhista, em arrendamentos da sua própria terra. Dessa forma, a diferença entre essas parcerias e um arrendamento é que neste, apenas a renda da terra é paga.

Além disso, os objetivos de segurança alimentar, renda comunitária, transferência de tecnologia e recuperação da agricultura tradicional, presentes no contrato, simplesmente sumiram no “Acordo de Parceria Agrícola”. Esse acordo visa fundamentalmente à renda da terra e ao emprego da mão-de-obra indígena. Assim, o uso no contrato de expressões tão fundamentais para a realidade da etnia mostrou ser um artifício para que fossem aprovados pela Funai.

Acredita-se que boa parte dos índios sabia das condições para que se fizessem as parcerias. Mas, além das pressões e impactos do sistema socioeconômico regional, dificuldades econômicas e insucesso das instituições em criar alternativas, outro fator que levou às parcerias é o fato de que os índios não dispõem de recursos e nem de financiamentos para investir na atividade.

Os bancos não têm linhas de crédito específicas para os índios, e a terra, único bem a que têm acesso, não pode ser dada como garantia em financiamentos, pois

pertencem à União, sobre as quais os índios detêm o usufruto. Segundo uma liderança da etnia, sem alternativas econômicas geradoras de renda e com muita dificuldade inclusive de alimentação, a idéia da parceria agrícola surgiu como uma possibilidade, porque ninguém estava dando condição e/ou alternativa para os índios sobreviverem.

Para que os contratos, com duração de oito anos, fossem efetivados, houve uma grande luta judicial, pois, segundo a Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, em seu artigo 18,

[...] as terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade ou pelos silvícolas. § 1º – Nessas áreas, é vetada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuária ou extrativa (BRASIL, 2005).

Para pressionar as autoridades em relação a financiamentos ou liberação das parcerias, a etnia chegou a fechar a Rodovia MT-235. Na oportunidade, houve promessas de recursos, mas elas não foram cumpridas. Em relação à parceria, a interpretação que prevaleceu é a de que, mesmo sendo um negócio jurídico, ela não restringe as atividades à etnia, pois, teoricamente, os índios são os atores responsáveis pela sua execução.

Com a aprovação das parcerias, surge, porém, uma enorme contradição, pois essa prática, além de ser um negócio jurídico, interfere na autonomia do grupo, já que não-índios, de uma maneira ou de outra, tem o controle das atividades. Dessa forma, ao liberá-las através da Funai, o Estado pode ter tido três motivos: falta de condições para contribuir na superação das dificuldades da etnia; declaração de apoio às forças de mercado, representadas pelos fazendeiros que desejam as parcerias; ou outros interesses não declarados.

Tamanho é a desproporção entre o poder de intervenção do Estado na questão que, de acordo com o representante da Funai, nos primeiros seis meses das parcerias, entre 2003 e 2004, os parceiros não-índios haviam aplicado mais de R\$ 600.000,00 nas terras indígenas da etnia, enquanto a fundação, através da administração executiva de Tangará da Serra, investiu apenas R\$ 80.000,00.

Todavia, a batalha judicial continua, uma vez que, conforme Weis (2006), a Instrução Normativa Nº 3, de 28 de junho de 2006, publicada pela Funai no

Diário Oficial da União, proíbe a prática do arrendamento (ou parceria), reiterando o veto existente na própria Constituição Federal e no Estatuto do Índio (artigo 18), de 1973, anteriormente citado. Segundo o autor, que considera as parcerias agrícolas e o arrendamento um só negócio, os casos dessas atividades em Mato Grosso são tantos que a publicação da instrução normativa provocou preocupação na Famato. O temor recai sobre a possibilidade de apreensão de máquinas e bens agrícolas que estiverem dentro de terras indígenas, o que a instrução prevê.

Essa preocupação da Famato vem desde 2003, ano da definição das parcerias com os Paresí, quando realizou um seminário com a participação de representantes da Funai, índios, produtores rurais, autoridades políticas e judiciais. Na ocasião, a federação defendia a criação de leis que não só legalizassem o arrendamento, mas que também evitassem a homologação de novas terras indígenas que viesse a prejudicar os produtores rurais (SEMINÁRIO, 2006).

Interessante observar que as etnias indígenas presentes — inclusive a Paresí —, que até hoje reivindicam a homologação de novas terras indígenas, ficaram sem saída, pois, ao mesmo tempo em que buscam mais espaço, a geração de renda dentro das terras já apossadas é a questão mais crucial atualmente.

Curiosamente, a Instrução Normativa Nº3/2006 tornou-se um alento para muitos produtores que têm parceria com os Paresí. A crise, especialmente da soja, nas safras 2004/2005 e 2005/2006, em razão da baixa no preço do produto, fez com que os ganhos com a prática se tornassem pequenos para os não-índios e, em relação à renda da terra, menores ainda para os índios. No entender de representante da Famato, na realidade, as parcerias constituem uma forma de expansão das áreas plantadas das fazendas vizinhas às terras indígenas, com a utilização de sua infra-estrutura, máquinas e equipamentos.

Assim, teoricamente, em caso de crise, as áreas das parcerias seriam as primeiras a serem reduzidas nessa ou nas próximas safras, caso as dificuldades agrícolas permaneçam. No entanto, se isso ocorresse por parte dos não-índios, haveria a quebra dos contratos, feitos para durar oito anos, pois, além de terem contratualmente a responsabilidade de arcar com eventuais danos, também teriam de manter os contratos. Mas, como a instrução normativa proíbe as parcerias, segundo o representante da

Famato, quem quebrou os contratos foi a própria Funai, portanto, nenhuma das partes tem responsabilidades.

Segundo o “Acordo de Parceria Agrícola”, em 8 anos/safras, o pagamento pela renda da terra seria, nos primeiros quatro anos, respectivamente de 0,5; 1; 1,5; 4, e apenas no quinto ano, 5 sacas por hectare. Coincidentemente, para a maioria dos contratos, que começaram a ser assinados a partir da safra 2003/2004, a de 2006/2007, que não foi plantada em parceria, seria a quarta safra, quando os índios receberiam quatro sacas por hectare — ainda é pouco, mas muito mais que nos três primeiros anos. Nessa perspectiva, a instrução normativa também beneficiou os parceiros não-índios.

Soa contraditória essa decisão da Funai em reiterar agora essa proibição, que já existia, justo depois de apoiar a assinatura dos primeiros contratos de parceria em 2003, embora sob pressão dos índios. Com essa decisão, de acordo com o representante da Funai, os parceiros não plantarão nesta safra (2006/2007), mas continua a discussão entre os índios e a Funai de Brasília. Segundo uma liderança da etnia, o pior dano para os índios é o desemprego daqueles que trabalham nas parcerias, cerca de 250 pessoas na safra 2005/2006, e o trágico é que, tanto os índios individualmente, quanto as comunidades e associações contraíram dívidas, principalmente no comércio das cidades vizinhas, confiando na continuidade dessa prática.

Do lado dos Paresí, discute-se que as parcerias são fundamentais no momento: primeiro pelos salários da mão-de-obra empregada; depois, pela correção da acidez do solo, já que a renda é pequena, principalmente nos quatro primeiros anos. Todavia, após os oito anos de contrato, com a terra já corrigida, seria necessário que os Paresí possam tocar sozinhos o empreendimento, impedindo, assim, que se perpetue essa prática desigual, mas, como as condições para financiamento são difíceis, isso pode não ser possível.

Do outro lado estão os parceiros não-índios, que insistiram na prática, mesmo com toda a demanda judicial apontando para a instrução normativa que confirma a proibição da prática, desde a assinatura dos primeiros contratos. Conforme representante da Famato, a justificativa para tal insistência é que, por causa da relação de vizinhança, surgiram duas oportunidades: diminuir de alguma forma as dificuldades

econômicas dos índios, e expandir a área plantada com utilização da mesma infraestrutura, máquinas e equipamentos das fazendas.

Por outro lado — talvez em virtude da crise na produção de soja —, não se demonstra a mesma insistência por parte dos parceiros não-índios em relação ao empenho dos Paresí em continuar as parcerias. Tal prática realmente minimiza a carência econômica dos índios no momento, mas beneficia muito mais os produtores rurais. Porque, além da proximidade com as fazendas, o que otimiza sua estrutura produtiva, a pequena renda da terra paga os salários livres dos altos encargos trabalhistas e se constituem em uma enorme vantagem para fazendeiros. Desse modo, parece haver uma boa explicação para a insistência em firmar os contratos de parceria, que pode voltar a ser ainda maior quando essa crise terminar.

Historicamente, os Paresí sempre tiveram um contato amistoso com os não-índios, e desde o século XIX trabalham juntos, na extração de minérios, poaia, borracha e nas linhas telegráficas, sem contar os projetos indigenistas oficiais e de Ongs. Isso talvez explique a afirmação de um dos representantes dos Paresí de que a soja atualmente representa o que foi no passado a poaia, a borracha e o artesanato.

Nesse aspecto, as parcerias agrícolas atuais demonstram essa relação econômica historicamente construída, mas é preciso ressaltar que todas essas relações foram de certa forma impostas por fatores externos: no ciclo da mineração, os índios faziam trabalhos forçados, já no ciclo da poaia e grande parte do ciclo da borracha, apesar de as relações terem como base principalmente a troca de mercadorias, houve muita exploração do trabalho desses índios.

Pode-se dizer, então, que apenas o trabalho nas linhas telegráficas e nos projetos econômicos indigenistas trouxe mais dignidade a essa sociedade. Todavia, mesmo trazendo dignidade, esse trabalho afastou ainda mais os índios de sua economia tradicional, que deveria ser atualmente a base da segurança alimentar, já que atividades como as parcerias têm como fim essencialmente a geração de renda.

Na fase de implantação das parcerias, em 2003, havia um conflito interno de opiniões sobre os impactos dessa nova atividade, tanto no ambiente quanto na sociedade e cultura. Nesse período, uma liderança Paresí afirma a Oliveira (2003, p. 41): “Nós queremos preservar a natureza, nós queremos preservar nossa cultura, mas de barriga cheia”. Segundo outro representante da etnia, as parcerias agrícolas não são

uma unanimidade entre os índios, mas determinados grupos ou famílias dentro da etnia vêm-na como a única alternativa, e o restante da população participa porque no momento só se está concretizando essa possibilidade.

Segundo Santos (2004), o sistema técnico atual é invasor, e suas intervenções trazem como consequência a alteração dos antigos equilíbrios, acrescentando novos elementos externos às histórias até então autônomas. Para o autor, esse desequilíbrio é causado por fatores externos que desestruturam o processo interno e autônomo de mudança, em que o preexistente (ordem local) se confronta com a inovação (ordem global), que buscam uma sintonia, mediada pela herança material e cultural.

Foi levando-se em conta principalmente esses conflitos internos que, segundo Weis (2006), a Funai publicou a Instrução Normativa supracitada, pois, entre os principais problemas citam-se: impactos ambientais das atividades econômicas, como o cultivo de soja através de arrendamentos e parcerias; cisões e desagregações de aldeias, com o surgimento de lideranças indígenas mais interessadas no acúmulo de bens e dinheiro do que nos interesses da coletividade.

No falar das lideranças Paresí entrevistadas, tanto os recursos da cobrança do direito de passagem pela MT-235, que são repassados à população através das associações, quanto das parcerias, que são socializados dentro das aldeias, têm como fins a melhoria da qualidade de vida das coletividades.

Conforme Bernardes (2006), nessa nova fase da agricultura moderna, ainda mais racionalizada e tecnológica, ocorre a abertura de novos espaços de produção e de cooperação vinculados a novos potenciais, com o consequente fechamento de espaços tradicionais. Além das condições naturais, no caso do cerrado, a acidez do solo, que já foi superada, há também determinantes socioespaciais que condicionam as ações, como o preexistente, ou seja, são as forças do passado e valores tradicionais, que também precisam ser superados. Assim, existe um conflito na ocupação de espaços, que nada mais é que uma disputa de poder, onde a competitividade e a ação no tempo e no espaço dos protagonistas é que define o processo; deve-se, porém, levar em conta o contrapoder.

Dessa forma, a ação dos atores hegemônicos e seus agentes (produtores rurais) parecem ser mais eficazes. Por isso, esses conflitos tendem a diminuir

gradativamente, já que, conforme Santos (1997), quando aplicada à produção com interesses externos, a informação gera desequilíbrios num primeiro momento, para se estruturar logo em seguida, e consegue harmonizar os interesses locais às mudanças.

Nesse contexto, o velho, na região produtiva Paresí, são as formas, funções e estruturas preexistentes da etnia; já a inovação, que era representada pelas inserções externas, principalmente a partir da década de 1970, agora ganha força com a agricultura moderna em sua nova fase. A introdução dessa nova técnica nas Terras Paresí faz com que a produção espacial tome rumos diferentes, pois intensifica, dentro do grupo, a racionalidade econômica capitalista, com possibilidades de que ocorram novos danos.

### **5.3 Intensificação da Racionalidade Capitalista na Produção do Espaço Paresí**

Para analisar a introdução da racionalidade econômica capitalista na sociedade Paresí, é preciso ter um parâmetro entre esta e a racionalidade indígena. A racionalidade econômica é fundamental em termos de planejamento das ações. No entanto, com o advento do capitalismo, essa racionalidade vem-se intensificando, bem como os problemas gerados por ela, principalmente as desigualdades sociais, marginalização e os impactos ambientais.

A economia indígena é racional, visto que esse fator está intrínseco às atividades humanas com fins de sobrevivência. Mas, no entender de Schröder (2003), ainda que seu comportamento possa parecer irracional em termos formais da economia, não pode ser comparado à racionalidade econômica capitalista, já que a economia indígena está ligada a aspectos de sua cultura, como organização social e política, mitologia e ecologia cultural. Segundo Godelier [196-], as ações indígenas são racionais porque visam a algum fim que se realiza pelos meios disponíveis, mas esses fins e meios são estabelecidos através do uso, da moral, são aprovados pela religião, entre outros.

No entanto, com a integração cada vez maior das etnias indígenas na economia de mercado, a racionalidade capitalista passa a fazer parte das relações não só econômicas, mas também perpassa outras estruturas sociais, causando ainda mais danos.

O fato de uma etnia indígena mudar da economia de subsistência para uma economia de mercado já transforma a racionalidade econômica do grupo, que passa a não ser essencialmente tradicional. Desse modo, mesmo sofrendo impactos e tendo dificuldades para assimilar uma nova racionalidade, agora capitalista, essas sociedades geralmente se empenham em acertar, pois a dependência tende a crescer e a saída que vislumbram é o mercado. Esse é o motivo por que, segundo Schröder (2003), em projetos econômicos de comercialização com algumas etnias, é preciso explicar a racionalidade da economia de mercado, já que se integraram parcial ou totalmente a esse novo contexto.

É difícil precisar se o grupo étnico Paresí se integrou parcial ou totalmente ao novo modelo econômico, pois, em muitas aldeias, apesar das modernas técnicas na agricultura, existem ainda, por exemplo, várias roças tradicionais e o artesanato típico, sendo este transformado em fonte de renda. Por isso que Santos (1985) observa que o comportamento do novo sistema está condicionado pelo anterior, de modo que alguns elementos cedem lugar, completa ou parcialmente a outros da mesma classe, mas alguns resistem à modernização e, em muitos casos, elementos de diferentes períodos coexistem.

Todavia, com a integração na economia de mercado, introduziu-se invariavelmente, nessa etnia, a racionalidade econômica capitalista, fundamental nesse modelo. A introdução da agricultura moderna em Terras Paresí tende a intensificar essa racionalidade já existente.

A agricultura moderna do cerrado mato-grossense é praticada em uma economia extremamente racionalizada, que tem por base a ciência e a técnica (BERNARDES, 2001). Martins (*apud* BERNARDES, 2006) caracteriza atualmente uma nova fase da agricultura moderna, ainda mais tecnológica, como uma nova racionalidade econômica por causa da constituição de novas mediações políticas, criação do novo vinculado à expansão do mercado, induzindo a esse modelo e a novas concepções de vida.

Nesse contexto, a sociedade Paresí, inserida nesse processo, tenta adaptar-se aos ditames da racionalidade econômica capitalista emitidos por forças externas e, segundo Santos (1997), sujeitos a um processo de regulação comandado por

essas forças, deixando poucas possibilidades às regulações locais ou do poder público (principalmente por meio da Funai).

O seguinte relato de um índio Paresí a Baptista (2006, p. 28), relacionado à introdução da agricultura moderna em sua terra demonstra a absorção intensa dessa racionalidade: “[...] agora a vida do índio é igual à do branco. Tudo depende do financeiro [...]”.

A simples integração de grupos indígenas à economia de mercado, introduzindo a racionalidade capitalista, já provoca impactos. Schröder (2003) discute vários danos relacionados à essa integração, alguns dos quais já atingiram a sociedade Paresí. Alguns deles são também consequência da introdução da agricultura moderna nas terras da etnia. Tais mudanças e danos atualmente são visíveis em três situações.

A primeira é o aumento das áreas plantadas e a integração de novos cultivares, especialmente arroz e soja. Além disso, a agricultura nativa Paresí — roça de toco —, que sempre foi desenvolvida nas margens dos rios, atualmente são pouco cultivadas nesses locais. Todavia, os chapadões, como são chamadas pela etnia as áreas mais altas entre os rios, tradicionalmente usados para caça e coleta de ovos de ema, atualmente tem boa parte de sua área ocupada pelas parcerias agrícolas. Desse modo, existe uma mudança não só nas formas técnicas e das paisagens, mas também na função destas.

Outras duas situações são: a oferta da própria força de trabalho aos não-índios, antes fora das terras indígenas, agora dentro delas por causa das parcerias agrícolas; e a perda parcial ou total da autonomia e do controle indígena sobre os processos de produção, que num passado recente ocorriam já com interferências das políticas indigenistas, mas atualmente não se soluciona com as parcerias.

Também deve ser enfatizado o aumento das horas trabalhadas e seu ritmo, que segue a lógica “racional” da economia capitalista, como mostra o seguinte relato de um índio Paresí a Baptista (2006, p. 29), “[...] nossos costumes são diferentes. A gente tinha antes uma lavoura de 30, 40 ha e estava acostumada a outro ritmo de trabalho”. No entender de Santos (1997), os ritmos de empresas, Estados, pessoas e grupos não são os mesmos, por isso há um conflito entre os atores sociais, de forma a se definirem, a partir do uso do espaço e do tempo, os cotidianos dos grupos.

Além dessas conseqüências, a introdução da agricultura moderna em Terras Paresí, assim como o envolvimento da etnia nesse processo, pode levar a novos impactos, resultado da intensificação da racionalidade econômica capitalista entre esses índios. Assim, a etnia sofre com mudanças que são cada vez mais rápidas, de forma que tentam se adaptar a uma realidade externa ao grupo, o que interfere em elementos preexistentes fundamentais.

### 5.3.1 Impactos da Intensificação da Racionalidade Capitalista

No atual estágio da economia mundial, comandada pela racionalidade capitalista, principalmente no campo modernizado, a produção do espaço segue influências externas que tendem a influenciar todas as estruturas sociais.

Essa racionalização é visível na especialização produtiva, que, segundo Santos (2004), conduz o campo modernizado à lógica competitiva, levando à reorganização do território conforme os modelos de intercâmbio baseados na divisão social e territorial do trabalho que invade as relações interpessoais, com tendência a se instalar em todos os aspectos de vida.

Godelier [196-] também afirma que “a prática econômica (logo, material) é colocada como fonte, a matriz de toda racionalidade. Progressivamente o racional ganha todos os outros aspectos da prática social” (p. 30). Conforme o autor, o econômico está implícito no funcionamento das estruturas não-econômicas (cultural, social, fundiária e outros), particularmente as relações sociais orientadas pela produção, repartição e consumo de bens (divisão do trabalho, sistema de parentesco, dentre outros), de modo que, em novas condições econômicas, todas as relações desempenham um novo papel.

Quando uma sociedade passa por um processo de transformação, ainda mais se for intenso como o que ocorre entre os Paresí, “[...] dá-se também uma ruptura que acarreta uma mudança de regime, isto é, uma mudança de nexos ou de relação estrutural e funcional entre os componentes e uma alteração da importância relativa de fatores” (SANTOS, 1985, p. 73). Segundo o autor, principalmente nas mudanças relacionadas à produção, as formas, novas e velhas, assumem novas funções, impondo, produzindo e dando ritmo a uma nova organização espacial. Essa situação pode se

agravar em razão de que as formas locais, como objetos e técnicas que permitem a produção econômica e as outras estruturas da sociedade, podem tornar-se extremamente precárias se as mudanças forem rápidas e profundas. Isso pode levar a sociedade a ter de se readaptar ao contágio social criador de novas formas de convivência.

Desse modo, quando se dá uma alteração brusca nas formas e nas funções da produção, há também uma mudança nas estruturas de uma sociedade, especialmente naquelas ligadas ao processo produtivo. De acordo com Santos (1997), as estruturas, além de serem impelidas à mudança, dispõem de um arranjo material, organizacional e funcional, e, sobretudo, de uma forma de ser e existir.

Por isso, quando os Paresí, em virtude da mudança técnica, alteram a forma e a função da produção, que passa a ser fortemente comandada pela racionalidade capitalista, cria-se, sem dúvida, uma mudança nas estruturas não-econômicas, principalmente naquelas ligadas diretamente às relações de produção. Além disso, as formas e funções de consumo, que foram alteradas com a introdução de novas necessidades, agora são intensificadas com a racionalidade capitalista, de modo que também nas estruturas ligadas às relações de consumo ocorrem mudanças.

Segundo Bernardes (2001), a produção racionalmente orientada muda o universo de valores, que são deslocados para o agir materialista e utilitarista, transformando pessoas, saberes e o que mais for em utilidades técnicas, com um plano traçado para reproduzir a acumulação. Conforme Santos (1985), em toda estrutura social, atribuem-se determinados valores às formas, tanto é que ela muda conforme os diferentes períodos históricos.

Nessa perspectiva, com a alteração da racionalidade econômica da etnia, pode dar-se a alteração da importância relativa dos fatores das demais estruturas por causa da mudança em relação aos valores, afetando de forma frontal o convívio do grupo, pois pode quebrar as estruturas preexistentes que lhe trazem equilíbrio. Considerando-se a análise de Santos (2004), o efeito desestruturador dessa mudança é maior quando as inovações precedentes são relativamente pequenas (como as que existem entre os Paresí), já que os impactos das transformações se dão ao mesmo tempo na estrutura produtiva, na forma de intercâmbio, nas relações de trabalho e nas formas de controle.

Somando-se a isso a aceleração contemporânea, que intensifica o ritmo dessas alterações, os efeitos trazem desequilíbrios ainda mais profundos. Além disso, para Santos (2004), a homogeneização do modelo econômico exige uma integração dependente incorporada a normas externas, o que traz desequilíbrio às solidariedades e causa relativa perda da capacidade de gestão da vida local.

Levando-se em consideração os danos citados por Schröder (2003) quanto à integração dos grupos, pode-se afirmar que é possível estar ocorrendo cinco situações de interferências nas estruturas econômicas e não-econômicas em virtude do aprofundamento da racionalidade capitalista entre os Paresí via modernização da agricultura em suas terras: i) integração em sistemas econômicos de dependência abrangente; ii) individualização de processos de trabalho e de consumo; iii) transformação de valores voltados para a esfera local; iv) mudanças nas relações culturalmente definidas entre os Paresí e o ambiente, e v) enfraquecimento das lideranças tradicionais, desigualdades sociais e surgimento de lideranças com base nessas desigualdades.

A primeira situação é a da integração em sistemas econômicos de dependência abrangente. A introdução da agricultura moderna gera e intensifica conseqüências, como o abandono de formas tradicionais de distribuição e redistribuição e a redução da diversidade de estratégias econômicas por cultivar apenas algumas plantas, o que também diminui as espécies e variedades disponíveis. Esses fatores aumentam os riscos econômicos, principalmente quanto à segurança alimentar em comunidades como a Paresí, que não mudam com facilidade de lugar e atividade. Se a etnia optar somente pela agricultura moderna baseada na monocultura, poderá ter problemas gerados pela dependência econômica de apenas uma atividade, que, se entrar em crise, pode deixar poucas opções.

A segunda interferência é a individualização de processos de trabalho e de consumo, que contribuem para o abandono das relações de parentesco que tradicionalmente os dirigem. Para Smelser (*apud* GODELIER, [196-], p. 332), “[...] quanto mais complexa é a divisão social do trabalho, mais o grupo de parentesco ou a comunidade local perdem parte de suas funções econômicas”.

Conforme um representante da etnia, a individualização ocorre em razão da diferenciação na capacidade de sucesso econômico (no trabalho individual), que gera

desigualdades, já que os ganhos são hoje distribuídos geralmente apenas entre a família nuclear, pais e filhos, e não dentro de um sistema de parentesco maior. No passado, havia também formas comunitárias de trabalho e consumo, mas atualmente isso não ocorre com os alimentos comprados em supermercados com salários individuais, já que esse novo modelo não tem as referências da tradição Paresí.

Pode-se afirmar que a mercadoria carrega em si a racionalidade da sociedade que a produz, e a transporta para outros grupos. Em relação ao sucesso econômico citado pela liderança, Weber (2004) afirma que, em virtude de fatores internos e externos, ocorre uma diferenciação das capacidades e necessidades, e surgem novas possibilidades de vida com o aumento dos meios econômicos. Por isso, gradativamente os indivíduos têm dificuldade em se adaptar às formas de vida fixas e padronizadas de sua comunidade, desejando cada vez mais viver e gozar de suas capacidades individuais.

Em relação às formas comunitárias de trabalho e consumo, que dificilmente são encontradas hoje dentro da etnia, uma das lideranças indígenas dá dois exemplos que demonstram a dificuldade em estabelecer projetos nesse modelo: um é o das parcerias, que é um interesse comum do grupo, mas os contratos são pulverizados por aldeias ou grupos familiares; outro é a distribuição dos recursos da cobrança do direito de passagem na MT-235, que é feita mensalmente em dinheiro para cada família e não por meio de projetos econômicos produtivos mais abrangentes.

Desse modo, parcerias e cobrança do direito de passagem são dois exemplos de projetos comuns da etnia, através de suas associações, todavia, além de não serem comunitários, não há uma convergência dos recursos para ser investidos em, por exemplo, projetos econômicos, que teriam um retorno muito maior.

A terceira interferência é a transformação de valores voltados para a esfera local em razão de fatores externos. A quarta é a mudança nas relações culturalmente definidas entre os Paresí e o ambiente, com possibilidade de haver degradação ambiental.

A quinta e última é o enfraquecimento das lideranças tradicionais, surgimento de desigualdades sociais e de lideranças com base nessas desigualdades. Segundo Santos (1985), com o aumento da densidade de capital em regiões agrícolas, as áreas vizinhas são arrastadas, o que induz à substituição de pessoas, alteração dos

equilíbrios sociais de poder e introdução de novas formas (técnicas e outras). De um lado, isso resulta na perda (ou redução) da força de lideranças locais tradicionais e quebra de hábitos e tradições; de outro, em mudanças nas formas de relacionamentos produzidos lentamente, que se vêem substituídas por novas formas de relações cuja raiz é estranha e cuja adaptação ao lugar tem um fundamento puramente mercantil (baseado na racionalidade capitalista).

Conforme um representante dos Paresí, as transformações aceleradas a partir de 1970 geraram uma nova ordem nas estruturas política, econômica e social. Um exemplo disso é que a geração mais jovem, abaixo de 40 anos, toma as mais importantes decisões, diferente do passado, quando quem as tomava eram as lideranças tradicionais, geralmente idosas. Para a liderança, nessa nova ordem prevalece a produção de base mercantilista, sobrepondo-se à de subsistência.

Esses danos dificultam a coesão interna do grupo, pois, além de gerar conflitos, quebram as estruturas tradicionais que lhes trazem equilíbrio. Por isso que, de acordo com Castells (1999), em lugar de as etnias estarem empenhadas com um projeto autônomo, comunal e alternativo para si, geralmente estão comprometidas com outros, externos.

Segundo Oliveira (1976), no convívio entre índios e não-índios, forma-se um sistema de valores em interação passíveis de manipulações. Assim, em razão das possibilidades de escolha abertas, que têm critérios de valor, as manipulações podem ocorrer em situações de ambigüidade e/ou contradição.

Nessa perspectiva, é possível haver manipulações sobre a etnia relacionadas às parcerias agrícolas. Ao falar do programa de parcerias entre índios da etnia Xavante, prefeituras e produtores rurais, o então chefe da Superintendência de Políticas Indigenistas de Mato Grosso, Idevar José Sardinha deixa transparecer o interesse dos agricultores nesse tipo de negócio ao afirmar: “Nossa intenção não é transformar o índio em megaprodutor, em sojicultor. Queremos ajudá-lo a plantar para sua subsistência. Mas, entre eles, alguns já falam em plantar milhares de hectares de soja. Sempre lhes digo, ‘olha, o caminho não é esse’” (SARDINHA, 2004, p. 8).

A possível manipulação está nas contradições, pois o superintendente demonstra implicitamente que a autonomia dos índios não é interesse do programa, deixando transparecer que seu objetivo é perpetuar as parcerias; além disso, não é

possível haver subsistência, entendida como segurança alimentar, com base na monocultura, como propõe.

Os produtores rurais estavam adiantando alguns pagamentos das parcerias antes da colheita, levando os índios a contrair dívidas que podem se transformar em um mecanismo de manipulação. Além disso, sendo o custeio da safra uma responsabilidade dos parceiros e não dos índios, o dano ou a alegação de tal pode tornar-se mais uma forma de manipulação.

Além desses danos, também pode ocorrer uma grande divisão interna do trabalho, enfatizada pelo modelo econômico, com índios trabalhando uns para outros, gerando assim concentração, inicialmente de renda, mas que pode levar a uma concentração interna de terras tal qual existe em nossa sociedade. De acordo com Weber (2004), por causa dos fatores externos, há uma decomposição da vida coletiva fomentada por pressões da sociedade envolvente, que pode atuar contra o interesse de manter unida a propriedade. Para Santos (1985, p. 66), “[...] a internalização da divisão internacional do trabalho acelera a divisão interna do trabalho, a criação de valores de troca, a especialização mercantil dos subespaços, ao mesmo tempo em que o processo de centralização (econômica e geográfica) se reduz a áreas limitadas [...]”.

Nesse sentido, através dos agentes externos, não só a divisão interna do trabalho Paresí está sendo alterada, mas também estão sendo criados novos valores de troca, substituindo o valor de uso. O principal deles é seu território, por isso a cobrança do direito de passagem e as parcerias tornaram-se suas mais importantes alternativas. O território da etnia passou a ser fundamental aos interesses expansionistas dos agentes econômicos da região. Sendo a região produtiva um espaço limitado de centralização e especialização produtiva, sua capacidade de produção e escoamento começa a se esgotar, de modo que as terras indígenas passam a ser vistas como uma nova reserva de valor.

Para Santos (2004), num contexto assim, com o aprofundamento da divisão do trabalho, novas e mais elaboradas formas de cooperação e controle surgem, de modo a assegurar a fluidez dos fatores hegemônicos e a regulação dos processos produtivos, por meio das finanças e da especulação.

Nessa perspectiva, as parcerias agrícolas constituem em uma dessas novas formas de cooperação e controle, pois, ao mesmo tempo em que garante a fluidez

do capital que entra forte nas terras indígenas, também garante a regulação do processo produtivo. Os parceiros, além de ter o controle sobre esse processo por meio das finanças e da especulação, podem também exercer seu poder de manipulação.

É por todos esses impactos e mudanças que, segundo Becker (2002), a conscientização sobre a necessidade de assumir um novo modelo de desenvolvimento econômico exige a avaliação dos riscos, uma vez que sua importação automática pode acarretar, por um lado, o negligenciamento das particularidades da cultura, saberes e recursos, desfavorecendo a inovação, e, por outro, o estímulo a uma competição agressiva que agrave as desigualdades sociais e espaciais.

Conforme Schröder (2003), não existe nenhum exemplo de etnia indígena na Amazônia — onde se incluem os Paresí — que tenha sucesso duradouro no contexto da economia de mercado; além disso, mesmo que houvesse sucesso econômico, isso não implicaria sustentabilidade ecológica. Segundo o autor, o índio, infelizmente, só perde com a integração na economia de mercado, e sua posição comum nesse tipo de economia é a de marginalizado.

De acordo com Durham (1983), ao ser incorporado na economia e sociedade regional, formada por uma estrutura de classes, o índio, na relação direta com essa sociedade, geralmente passa a se dar automaticamente como peão, individualizado, destribalizado, sem terras, sem direitos e sem defesa, no degrau mais baixo da escala social.

Por isso a preocupação primordial deste estudo é a possibilidade da marginalização da sociedade Paresí nesse processo de intensificação da integração econômica. Este deve ser considerado o maior desafio a ser enfrentado pela etnia, já que são inevitáveis os problemas gerados por uma nova racionalidade.

Todavia, conforme Santos (1985, 1997), da mesma forma que o isolamento das regiões produtivas vem sendo crescentemente quebrado, também aumentam suas possibilidades de uma ação interna. O espaço aparece como um substrato que acolhe a inovação, mas resiste às mudanças, por causa da herança material e cultural preexistente, que aguarda a possibilidade de se levantar.

Dessa forma, segundo o autor, a racionalidade supõe contraracionalidades, sendo preciso descobrir e pôr em prática novas possibilidades consonantes com a ordem desejada pelos homens, lá onde eles vivem. No entanto, em

cada período, as regiões produtivas sofrem modificações específicas devidas às suas relações internas e externas exigidas por cada produto ou atividade, o que repercute sobre as possibilidades de evolução interna e na frequência e nível dos impactos externos.

Por isso, os Paresí passam a responder cada vez menos contra a racionalidade econômica capitalista, já que o sistema técnico hegemônico comandado por ela é cada vez mais invasor e tende a impor sua ordem técnica, a agricultura moderna, além de causar enormes impactos e deixar poucas possibilidades.

Com base em Santos (1985), um grupo social preexistente (como os Paresí) representa o velho na região produtiva e se constitui desse modo, em um obstáculo a um dado da expansão capitalista. O sistema, então exige para ele um tratamento especial. Mas, quando não pode colaborar para a expansão da inovação, a lógica do capital manda que seja eliminado. Além disso, na medida em que o jogo de relações tem como centro de decisões pontos distantes e seus objetivos não coincidem com os das sociedades locais, cada vez mais elas estarão sujeitas a tensões numerosas e freqüentes.

Assim, a integração total dos Paresí no modelo produtivo regional, via parcerias agrícolas — que parecem ser a prioridade dos agentes não-indíós —, pode vir a ser um valor de troca que garanta a permanência da etnia em suas terras. Todavia, se essa prática não for consolidada, isso pode gerar novas tensões e conflitos, tanto internos quanto externos.

O problema, como dá a entender Santos (2004, 1997), é que vivemos num mundo de objetos, onde as ações humanas estão totalmente adaptadas às demandas materiais, onde os homens estão alienados por um sistema de objetos artificiais que ele próprio criou — tanto é que quase todos têm vocação mercantil. Por isso, pelo simples fato de viver, somos todos os dias convocados pelas inovações a aprender tudo de novo, graças à ignorância a que nos induzem os objetos que nos cercam e as ações de que não podemos escapar. Dessa forma, orientado pela racionalidade capitalista, o ser humano cria novos objetos técnicos, que estão recriando indiscriminadamente a cultura, a natureza e a sociedade.

Conforme Santos (1997), os objetos e ações são moldados pela informação, que tem papel fundamental na produção espacial e fazem com que o

sistema de objetos condicione as ações, que, por sua vez, criam novos objetos ou se estabelecem sobre os preexistentes. Mas os sistemas de ações estão tendendo a fins não compatíveis ao lugar, de modo que a transformação do espaço se dá a partir de uma vontade distante e estranha, mas que se impõe à consciência dos que vão praticar essa vontade.

Enquanto isso, ainda segundo o autor, o sistema de objetos segue regras rígidas, baseadas na racionalidade, e sua inter-relação com o lugar onde se instala independe das forças locais, já que é um sistema invasor. No entanto, a vida não é um produto de objetos e técnicas, mas de valores e ações que dão sentido à materialidade; por isso, num mundo dominado por objetos artificiais, não cabe a revolta contra eles, mas, sim, conhecê-los para transformá-los, já que, em conjunto, eles formam o espaço.

Mesmo com todos os impactos da integração econômica e dos possíveis danos da intensificação da racionalidade econômica capitalista, percebe-se que os elementos fundamentais da estrutura social, pelo menos em parte, estão sendo mantidos. Isso pode ser observado na preocupação dos indivíduos com o grupo e demonstrado concretamente pela manutenção de suas associações indígenas. Nas palavras de uma liderança, os Paresí são fraternos e unidos entre si, valorizam os anciãos e cuidam de suas crianças.

Além disso, de acordo com o representante de uma das associações, por causa da convergência de interesses das parcerias, não só os Paresí têm-se unido através dessas entidades, mas também duas outras etnias juntaram-se ao projeto.

Nesse contexto, a visão de desenvolvimento sustentável, atrelada a outras possibilidades, surge como opção na Produção do Espaço Paresí, pois só o melhor aproveitamento interno dos recursos naturais e humanos e a coesão interna do grupo podem evitar a marginalização. Mas, para que essa nova ordem se efetive, é preciso que os atores sociais envolvidos estejam de acordo e unidos em um projeto comum e alternativo.

## **CAPÍTULO 6 – ALTERNATIVAS E POSSIBILIDADES NA PRODUÇÃO ESPACIAL PARESÍ**

É estranho que alternativas e possibilidades estejam se complementando; parece redundância, mas nem todas as alternativas para a produção do espaço — essencialmente no campo econômico — são possíveis, já que muitas são inviáveis ou não despertam o interesse dos envolvidos.

É nesta perspectiva que se discutirão alternativas e possibilidades econômicas para a economia Paresí, já que esta é a prioridade para a etnia. Por causa das circunstâncias de dificuldades nesse setor, atualmente parece ser esta a dimensão que sobressai de sua produção espacial, e não mais a tradição, como no passado. A mudança se deve também à intensificação da integração da racionalidade econômica indígena, baseada na cultura e tradição, à racionalidade capitalista, centrada na economia.

Também será analisado qual deve ser o papel do Estado diante das atuais dificuldades econômicas da etnia, principalmente em relação a programas de geração de renda e, sobretudo, segurança alimentar. O Estado foi o agente facilitador da ocupação da fronteira agrícola na região, que causou os maiores impactos ao grupo.

Entre as alternativas econômicas analisadas, estão as auto-sustentáveis, que deparam com a racionalidade econômica capitalista. Além destas, existem possibilidades que também favorecem a autonomia e que se ajustam à atual realidade, já que as dificuldades econômicas mais urgentes devem ser resolvidas. Todavia, para que se criem alternativas e se consolidem possibilidades, aqui se vai sugerir um estudo abrangente.

### **6.1 Racionalidade Econômica Capitalista e Auto-Sustentabilidade**

Principalmente por causa das críticas à racionalidade econômica capitalista é que o desenvolvimento sustentável surge como possibilidade de se conciliar

desenvolvimento econômico, conservação do ambiente, valorização cultural e equidade social.

A racionalidade econômica que impera na sociedade contemporânea encontra-se atrelada aos pressupostos do desenvolvimento sustentável, que, para Rossetto (2004), é um processo multidimensional, por agrupar aspectos sociais, ecológicos, econômicos, políticos, institucionais e culturais. Nas palavras de Sachs (1992, p. 123), as discussões sobre a racionalidade econômica devem levar em conta “[...] um núcleo ético que adota a forma de imperativo de solidariedade sincrônico com os nossos contemporâneos, e diacrônico com as gerações futuras”.

É interessante observar que em conceitos de desenvolvimento sustentável está presente o princípio da rentabilidade, que é essencial na racionalidade capitalista — o que é natural, pois uma de suas dimensões é a sustentabilidade econômica. Sachs (1992) faz um parâmetro entre racionalidade econômica e desenvolvimento sustentável, destacando a palavra solidariedade no presente e com as gerações futuras, que não combina com a racionalidade capitalista. Dessa forma, apesar de as discussões verem o ser humano e o ambiente como um todo, na prática, é difícil (mas possível) implementar projetos que conciliem racionalidade econômica capitalista com conservação ambiental, valorização cultural e equidade social, já que essa racionalidade é pautada em competitividade, individualismo, eficiência técnica, utilitarismo, imediatismo, materialismo e consumismo.

É fato que os Paresí não estão satisfeitos com o atual modelo de produção baseado nas parcerias, mas, em geral, estão empenhados na manutenção da agricultura moderna em suas terras, de forma que buscam a autonomia. De acordo com um dos responsáveis pela Associação Wáimare, o grupo ambiciona a autogestão da produção, por isso está montando a Cooperativa Agropecuária de Alimentos Indígenas do Médio Norte (Cooperíndio). Segundo ele, essa cooperativa gerenciará as parcerias e, ao fim dos contratos, a produção autônoma, além de ser um elemento estratégico para obter financiamentos. A instituição será formada com a fusão das duas associações Paresí e das associações das etnias vizinhas, Irantxe e a Nambikara, onde também existem parcerias agrícolas.

No entanto, se essa cooperativa tiver como fim basicamente a comercialização ou for orientada pelo conceito de desenvolvimento comunitário, poderá

ter problemas. Conforme Schröder (2003), a maioria daquelas que seguiram esse modelo fracassaram por não levar em consideração que as unidades fundamentais de trabalho têm como base relações de parentesco (como é o caso Paresí).

O problema é que, com a paralisação dos contratos, que se encerrariam em 2012, ano em que esses índios poderiam tocar esse negócio, o projeto de autonomia sofre um abalo. Além disso, muitos questionam as condições para que a etnia tenha recursos financeiros, máquinas e implementos suficientes, até 2012, para levar adiante e com autonomia a agricultura moderna, já que é preciso ter uma grande área plantada para se ter ganho de escala, ou seja, no mínimo, 500 ha, o que talvez não geraria a renda básica necessária a esses índios.

Mas, de acordo com uma liderança Paresí entrevistada, a autonomia é possível porque: um grande número de índios estão se qualificando através de cursos e/ou do trabalho nas parcerias; várias aldeias têm máquinas; a terra estará corrigida e os insumos incorporados, de forma que esses gastos serão reduzidos; a cooperativa facilitará o acesso aos financiamentos e proporcionará a administração do negócio.

Conforme outra liderança, após três safras, de oito com as parcerias (se for dada continuidade a elas), pode-se afirmar que será um desafio enorme alcançar os recursos para investir nessa autonomia, pois, para que isso aconteça, de concreto, está-se depositando apenas metade do lucro líquido dessa atividade (não dos salários recebidos com ela). Além disso, pela dificuldade de acesso a financiamentos, seria necessário um auto-reinvestimento, o que é um desafio ainda maior. De acordo com a liderança, a autonomia produtiva poderá ser alcançada, mas por algumas famílias ou grupos que estão à frente das parcerias agrícolas, não pelo conjunto da etnia. De tal forma que aqueles passariam a empregar os demais índios.

No momento, pode-se afirmar, portanto, que a agricultura moderna em Terras Paresí é mais viável através das parcerias, mesmo com o baixo retorno, pois, na prática não há riscos financeiros para os índios. Além disso, o que está em jogo hoje é o emprego. Outra questão levantada pela liderança é que os índios do Brasil tem uma parcela de terras maior porque devem viver de acordo com seus usos, costumes e tradições. Passando a viver de acordo com o modelo do não-índio, os indígenas correm o risco de perder uma parcela de suas terras.

Considerando-se, porém, o empenho e a possibilidade de sucesso desses índios, depois de conquistar a autonomia produtiva é fundamental ratificar o direito de autodeterminação, essencial para a sustentabilidade do grupo. Desse modo, havendo o cumprimento da legislação ambiental para a agricultura moderna, esses índios devem preocupar-se fundamentalmente com a segurança alimentar, devendo, contudo, conciliá-la com esse modelo agrícola, geralmente desenvolvido com monocultura.

## **6.2 A Agricultura Moderna como Possibilidade Econômica**

A maioria dos Paresí vê a agricultura moderna como alternativa viável, tanto por interesse quanto por falta de outras opções no momento. Isso é compreensível, em virtude da forte integração dos índios no sistema econômico regional. Além disso, depois das parcerias instaladas por mais de três anos, seria difícil se voltar atrás, ou seja, quando se tem acesso a um trator, é pouco provável que alguém o substitua por uma enxada, pois o uso racional, principalmente das máquinas, traz facilidades.

Com base em Santos (1985), quando uma sociedade como a Paresí passa por um processo de mudanças estruturais e funcionais, diminui a flexibilidade para a construção de novas formas, como infra-estruturas (semipermanentes) e sistemas econômicos e técnicos. Em certas mudanças não se pode voltar atrás para imediatamente destruir as formas existentes, uma vez que isso pode ser indesejável, dispendioso ou até impossível, como em relação às formas que têm função de circulação (estradas, redes de comunicação e de energia).

Por isso, levando-se em conta a análise do autor, algumas decisões, como as mudanças econômicas e técnicas, definem planos futuros, e precisam de estudo, já que podem impedir qualquer segunda alternativa. Essa rigidez mostra, de um lado, as poucas possibilidades de crescimento que ficam; de outro, a necessidade de investimento em alternativas, devendo as formas ser vistas horizontalmente, como um sistema que representa e serve às atuais estruturas e funções. Todavia, ao longo da História, as formas estruturantes na região produtiva Paresí, como as dos programas e infra-estruturas, fruto da intervenção do Estado, tiveram origem e função vertical.

Conforme Santos (1997, 2004), as horizontalidades são o alicerce dos cotidianos dos indivíduos, coletividades, firmas e instituições com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária. Já as verticalidades agrupam áreas a serviço de atores hegemônicos que fazem a integração hierárquica e regulada, necessária à produção controlada a distância. Dessa forma, as verticalidades representam mais a inovação e o externo, e as horizontalidades, o preexistente e o interno, que se relacionam. Assim, é possível criar uniões horizontais, por meio de normas locais, novas formas de produção e de consumo (paralelas ou não às verticais) que levem em conta a totalidade e coletividade dos atores (inclusive os hegemônicos) e suas ações, uma vez que os lugares são espontaneamente sede de resistência.

Todavia, em uma situação em que a inovação já se internalizou, diz Santos (1985, p. 55): “[...] resta-nos tão-somente uma mistura de formas novas e velhas, de estruturas criando novas formas mais adequadas para cumprirem novas funções ou se adequando a formas velhas, criadas em instâncias já passadas”. Assim, segundo o autor, as modernizações são criadas ou absorvidas para responder a novas necessidades, gerando novas atividades e possibilidades, à modernização local, mas pode representar apenas uma adaptação das atividades já existentes a um novo grau de modernismo.

Nessa perspectiva, a internalização, tanto das novas necessidades de consumo, quanto do interesse dos Paresí pela agricultura moderna faz com que novas atividades e possibilidades surjam, as quais não devem estar restritas à agricultura moderna e monocultura. No entanto, não se pode afirmar que essa modernização seja uma adaptação de uma atividade já existente em um estágio superior, porque a técnica agrícola preponderante dentro das terras indígenas era a tradicional.

Os fatores seguintes fizeram com que a agricultura moderna se tornasse não só uma possibilidade concreta, mas uma realidade presente: mais de 35 anos de relação e trabalho nas fazendas do entorno com grande número de índios operadores de máquinas; projetos indigenistas com esse modelo no interior das terras indígenas, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980; uma área considerável cultivada pelos índios; potencialidade e disponibilidade de área, e três safras com parcerias agrícolas, das quais, na mais recente (2005/2006), cerca de 13.000 ha foram plantados. Além disso, desde antes do contato com os não-índios os Paresí tinham grande tradição

agrícola, sendo essa atividade a base de sua economia tradicional, como relata Campos (1996).

No entanto, essa tradição está assentada nas técnicas tradicionais, mas, mesmo assim, foi sendo reduzida com o contato. Conforme Santos (1985), os mecanismos de mercado conservam o interno e o preexistente em razão da produção, mas, quando não contribuem, eliminam-nos. Assim, o mercado impõe o externo e a inovação onde lhe convém, levando o Estado a priorizar os interesses privados.

Dessa forma, a tradição agrícola favorece a agricultura moderna, assim como o artesanato, que, junto com outros elementos culturais, são hoje utilizados para desenvolver o ecoturismo, em especial na Aldeia Paresí Formoso (Terra Indígena Rio Formoso, em Tangará da Serra). As expressões do preexistente e do interno estão, assim, a serviço do mercado.

Já o processo de mistura das velhas e novas formas e funções se dará de acordo com a maneira pela qual o grupo (não o mercado) lidará com os valores dados a cada uma delas, uma vez que essa mistura poderá afetar estruturas que dão equilíbrio à etnia. Para que isso não ocorra, é fundamental que a sociedade Paresí continue a investir na sua cultura, que contém os valores essenciais para a união do grupo, o que pode ser feito principalmente por meio das escolas indígenas. Isso fortalecerá a etnia, para poder estar coesa tanto em projetos alternativos comuns quanto, por exemplo, em manter a estrutura fundiária atual e evitar grandes desigualdades sociais.

Pelo fato de a monocultura estabelecer o cultivo de poucas espécies em grandes áreas, em caso de frustração de safra ou crise, pode não deixar opções econômicas que garantam o sustento da etnia, ou seja, é uma questão de segurança alimentar, que deve ser colocada como prioridade, já que essa é a maior reivindicação do grupo.

No entanto, pode ser benéfico o consumo interno dos produtos da agricultura moderna presentes na região, como o arroz, assim como o incentivo à ingestão de soja por meio de cursos de utilização de seu extrato em alimentos tradicionais da cultura Paresí. Um desses cursos foi realizado pela Prefeitura de Campo Novo do Parecis, em parceria com o Senar e o Sindicato Rural do município em uma aldeia Paresí (ALIMENTAÇÃO, 2006). Apesar de funcionar como estratégia de

introduzir cada vez mais a soja no cotidiano desses índios, a iniciativa é positiva, já que o produto é rico em proteínas, maior carência da etnia.

Além de soja e arroz, segundo um dos representantes dos Paresí, nas próximas safras, quando o solo estiver bem corrigido, deverá ser plantado milho, que também pode ser usado tanto para alimentação humana como para ração animal. Todavia, conforme o “Contrato de Fornecimento de Insumos Agrícolas” a que se teve acesso, as parcerias mencionam o que será plantado — geralmente arroz, soja e milho — mas não determina que os três produtos deverão ser cultivados. Além disso, é o “Acordo de Parceria Agrícola” que define o que será cultivado; nesse caso, fundamentalmente a soja. Assim, o plantio do milho e do arroz não depende da necessidade dos índios, mas sim do interesse comercial dos parceiros.

As parcerias podem, porém, ser inviabilizadas tanto pela instrução normativa quanto em qualquer safra, já que geralmente funcionam como mecanismo de expansão das áreas cultivadas pelos fazendeiros da região, de forma que, em caso de crise, serão abandonadas. Tão iminente era a situação que alguns parceiros já cogitavam antes da instrução o abandono dos contratos em virtude da crise da agricultura moderna.

Uma primeira medida fundamental em caso de autonomia produtiva seria diversificar ao máximo os cultivos da agricultura moderna, pois, conforme Schröder (2003), os projetos agrícolas mais problemáticos entre os pesquisados na Amazônia foram os de cunho monocultural.

Assim, levando-se em consideração o que diz o autor, que sugere quatro modelos básicos para se implementar, organizar e gestar projetos econômicos em sociedades indígenas, os Paresí também devem: i) fortalecer suas atividades de subsistência, principalmente as que gerem excedentes que possam ser comercializados, pois elas serão fundamentais em situações de crise da agricultura moderna; ii) estabelecer atividades econômicas paralelas às de subsistência e fortalecer as já existentes, como a produção de artesanato e o ecoturismo, que estão orientados para o mercado — isso porque é preciso recursos financeiros para adquirir mercadorias não produzidas pela etnia e também em caso de crise agrícola; iii) terceirizar as atividades comerciais, mas com fiscalização indígena, e iv) ter controle total do processo econômico através de associações ou organizações indígenas — neste caso, a cooperativa que está sendo criada.

Todavia, mesmo com as parcerias, a etnia já deve fortalecer suas atividades de subsistência, estabelecer e fortalecer as atividades econômicas paralelas e controlar o processo produtivo através das associações. Tanto é que os contratos de parceria prevêem a recuperação do cultivo de plantas tradicionais paralelamente à agricultura moderna, mas tal cláusula precisa ser cumprida. De acordo com representante da etnia, o fato de as parcerias terem como principal objetivo a segurança alimentar, essa diversificação, através de atividades paralelas à agricultura moderna seria o ideal.

Tal preocupação mostra que a defesa da autodeterminação não deve ser irresponsável, pois prioriza a sustentabilidade e, essencialmente, a segurança alimentar. Além disso, a diversificação acaba com a monocultura pura e simples, evitando um aprofundamento maior da racionalidade capitalista e seus impactos. No entanto, será impossível aos Paresí evitar os danos dessa racionalidade, uma vez que assumir o modelo econômico da sociedade envolvente ou parte dele significa também assumir a possibilidade da existência de seus problemas sociais.

Por isso, concordando com o que diz um dos representantes dos Paresí, também é fundamental fortalecer as referências da economia tradicional, principalmente entre os mais jovens, através da educação escolar indígena. Nesse caso, segundo a liderança indígena, será necessário um processo de conscientização no sentido de que essa geração conheça as estruturas tradicionais passadas e as transformações que ocorreram para que se possa discutir um projeto futuro para a etnia, analisando passado, presente e futuro.

Ao estudar a Educação Escolar Indígena Paresí, Souza (1997) defende um ensino plural, ou seja, uma educação em que as diferenças sejam exercitadas. Nessa perspectiva, uma das dimensões desse modelo é que o índio deve conhecer a realidade de sua etnia e a do não-índio como forma de superar os desafios do contato interétnico. Conforme a autora, os Paresí que estudam e moram na cidade sempre remetem suas aspirações aos projetos e à vida nas aldeias, de forma que conhecer a realidade do não-índio ajuda a valorizar e a refletir sobre a sua.

Para que muitas dessas atividades paralelas e de subsistência sejam viabilizadas, é necessário que sejam sustentáveis, pois, além dos benefícios socioambientais, elas geram o interesse de órgãos financiadores. Além disso, mesmo

com a agricultura moderna em estágio de consolidação dentro das terras indígenas, é necessário que se faça um estudo aprofundado em relação a esse modo de ocupação, para que sirva não só como instrumento de gestão territorial, mas também para evitar grandes danos a essa sociedade.

### **6.3 Alternativas Econômicas Auto-Sustentáveis**

Para que se definam alternativas econômicas sustentáveis para as Terras Indígenas Paresí, é necessário levar em conta sua viabilidade dentro das dimensões de sustentabilidade, ou seja, a social, econômica, cultural e ambiental. Para tanto, é indispensável um estudo abrangente nessas terras.

#### **6.3.1 O Zoneamento Ecológico-Econômico das Terras Paresí**

O Zoneamento Agro-ecológico do Estado de Mato Grosso, também feito pelo Prodeagro, não abrangeu as terras indígenas, mesmo tendo o objetivo de resolver os problemas gerados pelo Polonoroeste nessa sociedade. Tanto é que um relatório de avaliação final do Prodeagro (MATO GROSSO, 2006) afirma que o caminho possível para a eficiência dos projetos econômicos em áreas indígenas seria um diagnóstico etnoambiental para cada uma, ou seja, um zoneamento específico.

Essa é uma situação contraditória, pois, uma das exigências para a aprovação do Prodeagro foi a realização do zoneamento, que definiria os rumos dos projetos desenvolvidos; no entanto, parece que não valeu para as terras indígenas. Por isso, Nascimento (2005) propõe que seja realizado um amplo e participativo “Zoneamento Ecológico-Econômico das Terras Indígenas Paresí”.

Trabalho semelhante ao proposto foi o “Zoneamento Socioambiental das Terras Indígenas Paresí”. Com a participação da comunidade, construiu-se uma base de informações georreferenciadas, com dados demográficos, de saúde e do modo de ocupação dessas terras e entorno. Segundo o estudo, os dados são importantes tanto para a gestão territorial quanto para ampliação de alternativas econômicas baseadas em

espécies do cerrado como um modelo de ocupação sustentável (COSTA JÚNIOR; LIMA; CORRÊA, 2003).

Mesmo não sendo seu objetivo principal, ao restringir a pesquisa a alternativas baseadas em espécies do cerrado e apresentar apenas uma possibilidade concreta, o zoneamento acabou não tendo a amplitude que se esperava. Seria necessário discutir todas as alternativas e possibilidades para o ambiente, desde que se encaixem nas várias dimensões de sustentabilidade.

Dessa forma, considerando-se a importância do zoneamento realizado em Terras Paresí, ele seria somado a outro estudo, cujos princípios seriam:

[...] servir de instrumento de gestão ambiental, base para o desenvolvimento sustentável e, portanto, suporte para o desenvolvimento estratégico, calcado na ordenação físico-territorial, seguindo os princípios básicos de valorizar as potencialidades e fragilidades dos sistemas ambientais naturais, de um lado, e as potencialidades culturais, tecnológicas e econômicas da sociedade, de outro” (ROSS e DEL PRETTE, 1998, p. 100).

No entanto, para o autor, o objetivo principal desse estudo seria pesquisar, de forma persistente, todas as alternativas econômicas sustentáveis possíveis para o ambiente. Também teria elementos diferenciais, como o de ser em terras indígenas, onde o trabalho é específico, por causa da cultura; de garantir a efetiva participação dos índios e de que as alternativas encontradas partam de seus interesses. Além disso, esse zoneamento cumpriria os requisitos da Resolução Consema-MT nº 017/91, de 5 de agosto de 1991 (MATO GROSSO, 2005-b), anteriormente citada, que exige elaboração prévia de EIA e RIMA para os projetos que venham a incidir diretamente em terras indígenas e que sejam passíveis de causar algum impacto ambiental negativo.

Por isso, entre as alternativas pesquisadas pelo “Zoneamento Ecológico-Econômico das Terras Indígenas Paresí”, também deve ser considerada fundamentalmente a agricultura moderna, já que esta se constitui em uma possibilidade concreta em processo de consolidação. Assim, esse novo zoneamento vai atualizar os dados sobre o modo de ocupação dentro dessas terras e no entorno, agora considerando esse novo modelo agrícola, devendo estabelecer suas potencialidades, fragilidades e possibilidades, servindo de instrumento de gestão territorial. Além disso, também deve ser um instrumento jurídico, dadas as exigências ambientais da Resolução Consema-MT

para tal prática dentro e fora das terras indígenas, já que, no entorno, deve-se respeitar um raio de dez quilômetros de largura.

### 6.3.2 Alternativas Sustentáveis

Segundo Benko (1996), é preciso unir capacidades e a criatividade das comunidades em torno de habilidades coletivas, de forma a criar alternativas econômicas inovadoras.

Nesse sentido, as Terras Indígenas Paresí, por integrar diversos sistemas locais, em razão de sua extensão, diversidade de subgrupos e graus de integração à economia regional, possuem capacidades e criatividade socioeconômicas que se manifestam através da cultura do grupo, de modo que muitas outras podem surgir por meio de um amplo e participativo zoneamento. Assim seria possível chegar a concepções convergentes quanto às habilidades coletivas, de forma a emergir um meio econômico inovador.

Nesse sentido, Santos (2004) afirma que a força de um lugar está nas ações menos pragmáticas e mais espontâneas, baseadas em objetos tecnicamente menos modernos e que permitem o exercício da criatividade.

No capítulo 2, discutiram-se várias alternativas econômicas propostas e desenvolvidas por políticas indigenistas oficiais e de ONGs, e as razões pelas quais não tiveram êxito, o que deve fundamentalmente ser considerado no novo zoneamento, valorizando os acertos e evitando a repetição dos erros. Além daquelas alternativas, Nascimento (2005) analisa dois estudos que propõem o cultivo de frutos de cerrado, tais como pequi, caju, manga e jaca, além da exploração comercial de pequizeiros. Mas, ao comparar o tipo de ocupação econômica do entorno das terras indígenas (agricultura moderna) e essas alternativas, chega-se à conclusão — e os índios também — de que, mesmo que haja sustentabilidade ecológica, não há viabilidade econômica se comparado a esse modelo agrícola.

Além disso, com exceção do pequi, as demais também não são sustentáveis culturalmente, já que não faz parte de sua economia tradicional, fato que parece explicar o desinteresse dos índios pelo cultivo dessas frutas. Conforme representante da Opan, seria possível explorar comercialmente o pequi.

Dessa forma, deve-se enfatizar que as alternativas sustentáveis devem surgir da participação e do interesse dos índios, além de considerar fundamentalmente a viabilidade econômica, dado o grau de integração da etnia na economia de mercado.

Conforme Cavalcante (2006), em outubro de 2002, ano anterior ao estabelecimento dos contratos de parceria agrícola, as Associações Paresí Halitinã e Wáimare tiveram projetos aprovados pela Secretaria da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente (MMA) num valor total de R\$ 120.000,00. A Associação Halitinã, com projeto de R\$ 50.000,00 a serem aplicados em 18 aldeias Paresí, investiria em roças tradicionais de milho, inhame, cará e mandioca, implantação de bosques florestais com plantio de mudas frutíferas laranja, abacate, limão, jaca, coco-anão, criação de abelhas e o melhoramento de técnicas da apicultura. A Associação Waymaré aplicaria em 12 aldeias um recurso de aproximadamente R\$ 70.000,00, também na agricultura tradicional, frutos nativos e apicultura, e também na implantação de hortas e quintais florestais.

De acordo com o representante da Associação Wáimare, ainda estão ativos os projetos de apicultura em três aldeias; no mais, diversas aldeias preservam suas hortas para consumo apenas da comunidade. No entanto, diz que, com o surgimento da lavoura mecanizada, alguns projetos foram prejudicados porque a mão-de-obra foi deslocada para essa nova atividade. Ainda de acordo com uma das lideranças e o representante de Funai, apenas a apicultura se destacou, mas apenas em determinadas famílias que desenvolveram as técnicas de manejo, não tendo a difusão que se esperava.

Desse modo, como mostra os projetos das associações, a agricultura tradicional, mesmo antes dos contratos de parceria que tinham, entre outros, o objetivo de recuperá-la, já era uma prioridade. Mas nem esses projetos nem as parcerias fizeram com que se tornassem uma importante alternativa, ou seja, um meio de fortalecer a segurança alimentar de fato, que teoricamente também era objetivo das parcerias.

Entre as principais alternativas consideradas sustentáveis desenvolvidas nas Terras Paresí atualmente estão aquelas já estabelecidas há algum tempo e as que estão em experiência por causa do pouco tempo de investimento. Entre as consolidadas, citam-se: atividades agrícolas tradicionais, principalmente plantio de mandioca típica em grande parte das aldeias; apicultura, que é uma importante geradora de renda em

várias aldeias; artesanato, que apesar de atualmente gerar pouca renda, ainda existe em grande parte das aldeias, e a criação de suínos, que é feita, entre outras, na Aldeia Vale do Papagaio. Em experiência estão: a criação de aves (frangos de corte), como na Aldeia Vale do Papagaio; o ecoturismo na Aldeia Paresí Formoso, e o cultivo de abacaxi e melancia, em áreas relativamente pequenas, em algumas aldeias.

O cultivo de alimentos orgânicos também pode ser uma alternativa sustentável, segundo uma das lideranças que já trabalhou com essa modalidade em uma fazenda. No entanto, os resultados são de médio e longo prazo, pois é preciso tratamento do solo por pelo menos dois anos, além de a produtividade ser menor, apesar do valor da produção ser maior. Todavia, o grande benefício é que os produtos são mais saudáveis para o consumo.

Toda essa produção deve preferencialmente abastecer o mercado interno, seja através do consumo de quem produz seja pela comercialização entre as aldeias, de modo a fortalecer o comércio local, que é pouco explorado. Conforme a liderança, internamente a farinha e o polvilho de mandioca são os produtos mais comercializados.

Outra possibilidade que se cogita é o cultivo de produtos usados na fabricação de biodiesel, combustível feito à base de plantas.

Todavia, só um novo zoneamento poderá confirmar a sustentabilidade das alternativas econômicas apresentadas. Para que tal trabalho seja, porém, realizado deve haver primeiro o interesse, tanto da etnia quanto das instituições, e depois, recursos financeiros para que se viabilize não só o estudo, mas também as atividades econômicas.

#### **6.4 Programas e Fontes de Financiamentos**

O Estado, pela intervenção em obras de infra-estrutura, especialmente estradas e programas governamentais, foi o agente facilitador dos impactos na Produção do Espaço Paresí, mais visível na economia local, e, dessa forma, deve gerar alternativas diante das atuais dificuldades da etnia. Para isso, pode tanto criar novos programas como viabilizar, através das fontes de financiamento e instituições disponíveis, recursos monetários, técnicos e para a qualificação desses índios.

#### 6.4.1 Criação de Programa que Equacione as Falhas do Prodeagro

Assim como o Prodeagro foi desenvolvido para superar os problemas gerados pelo seu antecessor, o Polonoroeste, como se discutiu no segundo capítulo, deveria criar-se um novo programa para solucionar as mazelas do Prodeagro, já que ele não resolveu principalmente as dificuldades econômicas dos Paresí. De acordo com Leonel (1992), diante das ameaças que representam ações desenvolvimentistas em curso ou previstas para a Amazônia, torna-se urgente definir e implementar uma política indigenista que assegure a integridade territorial e o futuro socioeconômico dessas populações.

É fundamental, portanto, a criação não só de programas que tenham como único beneficiário as populações indígenas — o que não ocorreu com o Polonoroeste e o Prodeagro —, mas um específico para a sociedade Paresí. Esse programa teria como ponto de partida a realização do “Zoneamento Ecológico-Econômico” proposto, o financiamento, qualificação dos índios, coordenação da implantação e acompanhamento das alternativas econômicas estabelecidas pelo zoneamento. Segundo Leonel (1992), por todos os problemas, programas como o Polonoroeste mostram que, assim como a demarcação das terras indígenas, o zoneamento ambiental deve ser prévio a qualquer ação do Estado na Amazônia.

As fontes de financiamento podem ou não ser as mesmas do Prodeagro, tendo a colaboração de várias secretarias de estado, que poderiam dispor tanto de técnicos quanto de recursos. A coordenação desse programa ficaria a cargo das associações indígenas, da Superintendência de Política Indigenista do Estado e da Administração Regional da Funai em Tangará da Serra.

#### 6.4.2 Aplicação do ICMS Ecológico

A aplicação dos recursos do ICMS Ecológico, criado no Estado do Paraná e atualmente presente em vários outros estados, como São Paulo, Rondônia e Mato Grosso do Sul, pode vir a ser uma fonte de investimentos para conduzir um programa de desenvolvimento ou projetos de alternativas econômicas sustentáveis nas Terras Indígenas Paresí.

Em Mato Grosso, instituiu-se o ICMS Ecológico pela Lei Estadual Complementar 73, de 7 de dezembro de 2000, com o objetivo de compensar com recursos do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) os municípios com terras indígenas e unidades de conservação. Tal lei dispõe sobre a alteração dos critérios de distribuição da parcela de receita do imposto pertencente aos municípios, feita de acordo com o índice de participação dos municípios (IPM), que equivale a 25% do total arrecadado no estado (MATO GROSSO, 2000).

Conforme a lei, a mudança determina o repasse aos municípios de 5% do montante, àqueles com terras indígenas e unidades de conservação e mais 2% referentes ao saneamento ambiental, a partir de 2003. Para a distribuição desses recursos aos municípios beneficiados, a Secretaria de Estado de meio Ambiente de Mato Grosso (Sema-MT, antiga Fundação Estadual de Meio Ambiente – Fema), fica responsável por criar o índice de unidades de conservação/terra indígena (IUC/TI).

Para que o ICMS Ecológico fosse aprovado, utilizou-se de cinco justificativas: i) seria uma compensação financeira aos municípios por não poderem desenvolver atividades econômicas intensivas nas terras indígenas e unidades de conservação, deixando assim de gerar mais riquezas com consequente evasão de receita; ii) serviria como prêmio aos municípios, por terem a tarefa de preservar e investir nessas áreas; iii) aplicação de parte dos recursos nas terras indígenas através de alternativas econômicas sustentáveis como forma de geração de emprego, renda e subsistência; iv) investimento na preservação das unidades de conservação e melhoria do saneamento ambiental; v) incentivo à criação de novas unidades de conservação, já que, depois de estabelecidas, também passam a receber os recursos.

A aplicação do ICMS Ecológico é fundamental e a lei determina sua obrigatoriedade já que

[...] o parágrafo 4º do Art. 8º da LC [Lei Complementar] 73/2000 ao autorizar à FEMA reduzir o percentual do fator de Conservação de Unidades de Conservação (válido também para Terras Indígenas) após vistoria e avaliação qualitativa, o que diminuirá o ICMS Ecológico e o IPM do município, **obriga à Administração Municipal investir, ao menos parte da verba em políticas públicas conservacionistas e políticas públicas indigenistas** [...] (VIANA E MACIEL, p. 20 e 21) (Grifo nosso).

Segundo o parágrafo 4º do artigo 8º da Lei (MATO GROSSO, 2000), essa redução no percentual do fator de conservação de unidades de conservação ocorrerá em caso de grave dano ambiental. O parágrafo 5º do artigo 5º do Decreto Estadual Nº 2.758, de 16 de julho de 2001, que regulamenta o artigo 8º da Lei Complementar 73/2000, estabelece que essa redução seja de 50% (MATO GROSSO, 2001).

Dessa forma, se o município não aplicar os recursos do ICMS Ecológico, fatalmente suas Unidades de Conservação ou Terras Indígenas podem vir a sofrer danos ambientais (ou sociais, no caso das etnias indígenas), ocasionando a redução no repasse. Em relação às terras indígenas, conforme Viana e Maciel (2002), a intenção da lei é oferecer condições aos municípios de atender às dificuldades das comunidades indígenas em suas jurisprudências. Para isso, o artigo 7º do mesmo Decreto Estadual 2.758/2001 determina que

[...] os Planos de Aplicação dos recursos recebidos em municípios incidentes em Terras Indígenas **deverão ser elaborados e executados** através de consórcios intermunicipais, pela FEMA, CAIENT [Coordenadoria de Assuntos Indígenas do Estado de Mato Grosso, atual Superintendência Estadual de Política Indigenista], Funai e comunidade indígena interessada (MATO GROSSO, 2001, p. 7) (Grifo nosso).

Conforme o parágrafo 5º do artigo 5º do Decreto, o monitoramento dos Planos de Aplicação deve ser realizado pela Sema-MT, com apoio da Funai da Superintendência Estadual de Política Indigenista, quando se tratar de áreas indígenas (MATO GROSSO, 2001). Além disso, naquela época, segundo a então Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), a verificação também deve ter a participação de técnicos do Tribunal de Contas do Estado, já que o ICMS Ecológico é verba orçamentária municipal (MATO GROSSO, 2002).

Todavia, conforme representante da Sema-MT, as verbas do ICMS Ecológico não estão sendo fiscalizadas pelos órgãos competentes e não há como saber se os recursos foram aplicados de maneira correta e quais seus resultados. Diz que o Tribunal de Contas do Estado não tem cumprido a prerrogativa de fazer a fiscalização contábil, que não pode ser feita pela Secretaria. Também refere que a maioria dos municípios não tem aplicado os recursos em meio ambiente e terras indígenas, ou se faz, não apresenta os planos de aplicação, pois, sem eles não há comprovação legal. Uma

das causas da não-aplicação ocorre porque o depósito dos recursos é feito junto ao montante do repasse do ICMS aos municípios, que não o vêem como recurso específico com destinação determinada, uma vez que é verba não vinculada.

Além da aplicação do ICMS Ecológico através dos consórcios intermunicipais, que até hoje não foram criados, há também a possibilidade de aplicação e fiscalização dentro do próprio município. O artigo 13º do Decreto Estadual 2.758/2001 incentiva:

[...] a atitude e as ações diretas ou indiretas empreendidas pelos municípios contemplados em relação a melhoria da conservação da [...] terra indígena, **independente do âmbito de gestão da área** (planos de aplicação do consórcio intermunicipal), sendo imprescindível à **instituição de legislação municipal para tal** (Grifo nosso) (MATO GROSSO, 2001, p. 7).

Conforme o Parágrafo Único do artigo 13 do mesmo Decreto, a operacionalização dessas ações diretas e indiretas dos municípios poderá ser feita em parceria entre as prefeituras e interessados, como o Ministério Público, Ongs, universidades, entre outros. Para o acompanhamento dessa operacionalização, o artigo 14 institui os Conselhos Municipais de Meio Ambiente para fazer o “[...] acompanhamento técnico e financeiro dos projetos desenvolvidos pelos municípios [...], em especial a partir dos Planos de Aplicação apresentados [...]” (MATO GROSSO, 2001, p. 7).

Ainda segundo Viana e Maciel (2002), os recursos do ICMS Ecológico são orçamentários e estão sujeitos a prestações de contas pelo prefeito ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal, por isso, a definição de sua utilização “pode” (e, não, “deve”, pois não há regulamentação estadual que determine isso) constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei do Orçamento Municipal. Para tanto, os municípios devem conhecer a área indígena e suas necessidades e oferecer apoio às suas comunidades através da execução dos planos de aplicação, visando contribuir para garantir qualidade adequada de vida aos munícipes indígenas (MATO GROSSO, 2002).

A câmara de vereadores de Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso, criou a Lei Municipal Nº 1.013/2002 que estabelece regras para aplicação dos recursos do ICMS Ecológico, obrigando a aplicação de, no mínimo, 35% em projetos ambientais (já que não possui Terras Indígenas) (CHAPADA DOS GUIMARÃES, 2002).

Dessa forma, uma questão que deixa dúvidas em relação ao ICMS Ecológico pode ser resolvida com a criação de leis municipais, definindo o percentual de aplicação. Tanto Viana e Maciel (2002) e a Sema (MATO GROSSO, 2002) afirmam que “ao menos parte” deve ser investido, mas não há, na Lei Complementar 73/2000 e no Decreto Estadual 2.758/2001, determinação de quanto deve ser a parte aplicada. Claro que ela deve ser feita a partir das necessidades da área, contudo, isso dá margem para a subjetividade e para a não-aplicação, o que se configura destinação indevida de recursos.

Em terras indígenas do estado, os investimentos de que se tem notícia foram intermediadas pela Opan. Segundo o representante da Ong, assinaram-se dois convênios entre a Prefeitura de Juína e a Ong referentes ao repasses desses recursos para a etnia Enawene Nawe investir na fiscalização do território, na apicultura e em oficinas de capacitação em mecânica. Ações semelhantes também ocorreram entre os Rikbatsa, Irantxe e Myky (municípios de Juína e Brasnorte). Os Enawene Nawe também fizeram um acordo diretamente com a Prefeitura de Sapezal para o repasse do ICMS Ecológico.

Todavia, esses acordos e convênios são sazonais ou esporádicos, de modo que uma lei municipal seria um avanço garantir que esses recursos fossem aplicados regularmente, pois fariam parte da Lei do Orçamento Municipal. Até o momento, portanto, esses recursos não foram aplicados nas Terras Paresí. Conforme um dos representantes da etnia, houve uma discussão sobre a aplicação do ICMS Ecológico com a Prefeitura de Sapezal, levada ao Ministério Público Federal, entre 2002 e 2003. Na oportunidade, representantes da prefeitura afirmaram que não seriam obrigados a repassar o valor, já que segundo eles o ICMS Ecológico é uma compensação por não poderem explorar a Terra Indígena Utiariti.

No Estado do Paraná, o primeiro a criar a lei, o ICMS Ecológico serve para financiar projetos de agricultura sustentável em terras indígenas. Em Mato Grosso do Sul, nove municípios apresentaram ao governo estadual um Plano de Aplicação do ICMS Ecológico com investimento na agricultura familiar em terras indígenas (PREFEITOS, 2005).

Embora formalmente não haja aplicação dos recursos nas Terras Paresí em quase seis anos de regulamentação da lei, os repasses estão sendo feitos para as

prefeituras dos municípios que compõem essas terras. A tabela 2 mostra a estimativa de repasse em 2002.

TABELA 2 - ICMS Ecológico nos Municípios com Terras Indígenas Paresí<sup>1</sup> em 2002<sup>2</sup>

Município	ICMS Ecológico – IUC/TI (%)	IPM em 2002 (%)	Percentual do IUC/TI no IPM (IUC/TI: IPM x 100)	Estimativa da Cota-Parte do ICMS (R\$) em 2002	Estimativa de ICMS Ecológico (R\$) em 2002
Tangará da Serra	0,192779	2,408826	8,00	9.343.967,08	747.800,34
Campo N.dos Parecis	0,109222	3,446086	3,17	13.367.555,67	423.678,15
Conquista do Oeste	0,194839	0,318401	61,19	1.235.094,51	755.791,20
Sapezal	0,134047	2,896213	4,63	11.234.568,06	519.975,69
Barra do Bugres <sup>3</sup>	0,018138	1,229210	1,48	4.768.174,65	70.358,30
Nortelândia*	0,001728	0,148782	1,16	577.133,08	6.703,01
Diamantino*	0,001392	1,618588	0,09	6.278.590,42	5.399,64

FONTE: VIANA E MACIEL (2002)

<sup>1</sup> Campos de Júlio, Município com a Terra Indígena Uirapuru, delimitada em 2006, ainda não recebe o ICMS Ecológico, já Nova Maringá, Campo Novo dos Parecis e Diamantino com áreas da Terra Indígena Ponte de Pedra começam a receber por ela em 2007;

<sup>2</sup> considera-se o valor global, que inclui o repasse referente às Terras Indígenas Paresí, outras terras indígenas e unidades de conservação quando houver;

<sup>3</sup> com o desmembramento de Barra do Bugres que cede território a Vale do São Domingos, a Terra Indígena Figueiras passa a pertencer ao segundo, porém, não houve atualização, e primeiro continua a receber pela área;

\* os dados e valores referem-se à delimitação anterior da Terra Indígena Estação Pareci contestada judicialmente, sendo que o novo estudo pode reduzi-la e limita-la à Diamantino;

Superando as expectativas em razão do aumento da arrecadação do ICMS e do IUC/TI dos municípios, o repasse aumentou em 2004 (Tabela 3):

TABELA 3 - ICMS Ecológico nos Municípios com Terras Indígenas Paresí em 2004

Município	ICMS Ecológico – IUC/TI (%)	IPM em 2004 (%)	Percentual do IUC/TI no IPM (IUC/TI: IPM x 100)	Cota-Parte do ICMS (R\$) em 2004	ICMS Ecológico (R\$) em 2004
Tangará da Serra	0,184802	2,003577	9,223603	15.676.526,88	1.445.940,60
Campo N.dos Parecis	0,104705	2,584714	4,050931	21.711.119,35	879.502,46
Conquista do Oeste	0,174101	0,300798	57,879706	2.316.038,51	1.340.516,28
Sapezal	0,128503	1,879427	6,837349	18.159.839,94	1.241.651,63
Barra do Bugres	0,017388	1,092747	1,591219	8.434.272,92	134.207,75
Nortelândia	0,001656	0,148099	1,118170	1.027.890,38	11.493,56
Diamantino	0,001334	1,378948	0,096740	12.424.649,91	12.019,60

FONTE: MATO GROSSO (2005-c, 2005-d).

Em 2005, houve queda de arrecadação em alguns municípios, principalmente em razão da queda do preço da soja, com diminuição dos repasses; em 2006, porém, demonstra-se uma pequena recuperação (Tabela 4):

TABELA 4 - ICMS Ecológico nos Municípios com Terras Indígenas Paresí em 2006

Município	ICMS Ecológico – IUC/TI (%)	IPM em 2006 (%)	Percentual do IUC/TI no IPM (IUC/TI: IPM x 100)	Estimativa da Cota-Parte do ICMS (R\$) em 2006*	ICMS Ecológico (R\$) em 2006
Tangará da Serra	0,184940	1,946141	9,502908	15.361.107,42	1.459.751,90
Campo N.dos Parecis	0,105086	2,677241	3,925160	21.131.761,05	829.455,43
Conquista D'Oeste	0,172485	0,297586	57,961396	2.348.879,40	1.361.443,29
Sapezal	0,127972	2,010843	6,364097	15.871.807,50	1.010.097,22
Barra do Bugres	0,016174	0,921911	1,754399	7.276.746,08	83.009,26
Nortelândia	0,001653	0,144905	1,140747	1.143.751,28	13.047,30
Diamantino	0,001452	1,526173	0,095139	12.046.253,28	11.460,68

FONTE: MATO GROSSO (2007-c).

\* Considerando-se as médias mensais de janeiro a novembro, já que não se teve acesso ao repasse de dezembro.

O Quadro 1 resume os recursos do ICMS Ecológico nesses municípios.

Levando-se em conta a obrigatoriedade da aplicação e os altos valores repassados nesses últimos anos, torna-se fundamental a criação de leis municipais onde há terras indígenas da etnia, como fez o Município de Chapada dos Guimarães, que estabeleçam regras e percentual de aplicação.

Implantada a lei, deve-se construir o plano de aplicação municipal em parceria entre a prefeitura e Funai, comunidade indígena e interessados. Esse plano deve ser fiscalizado pela Câmara Municipal e Conselho Municipal de Meio Ambiente, que deverá ter índios e parceiros como membros. Além disso, a lei deve determinar que os valores aplicados sejam introduzidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei do Orçamento Municipal (LOM).

Melhor que investir esses recursos em determinados projetos é definir, no plano de aplicação, a elaboração de um programa que inclua zoneamento ou pesquisa de viabilidade, qualificação profissional e assistência técnica. Com a extinção do Prodeagro, em 1992, nenhum programa de governo estruturado como ele e nem o Polonoeste, que atuaram em terras indígenas, atenderam à essas populações do estado.

QUADRO 1 – Repasse Mensal do ICMS Ecológico para Municípios com Terras Paresí<sup>1</sup>

Município	Terra Indígena	Área em hectares (ha)	Estimativa Média Mensal (R\$) 2002	Parcela Média Mensal (R\$) em 2004	Estimativa Média Mensal <sup>2</sup> (R\$) em 2006	% referente às Terras Paresí <sup>3</sup>
Tangará da Serra	Paresi	563.586	62.316,70	120.495,05	121.645,99	99,8099
	Rio Formoso	19.749				
	Figueiras	5.680				
	Estivadinho	2.032				
Campo Novo do Parecis	Utiariti	274.357,77	35.306,51	73.291,87	69.121,28	100
	Ponte de Pedra*	3.374,50				
Conquista D'Oeste	Juininha	70.537	62.982,60	111.709,69	113.453,60	51,13
	Sararé**	58.053,72				
Sapezal	Utiariti	134.526	43.331,31	103.470,96	84.174,76	27,9779
	Enawene Nawe**	215.728				
	Tirecatanga**	130.575				
Barra do Bugres <sup>4</sup>	Figueiras	4.188	5.863,19	11.183,97	6.917,43	12,9627
	Umutina**	28.120				
Nortelândia	Estação Pareci***	617	558,58	957,79	1.087,27	100
Diamantino	Estação Pareci***	3.062	449,97	1.001,63	955,05	100
	Ponte de Pedra*	557,10				
Nova Maringá	Ponte de Pedra*	13.575,40	—	—	—	100

FONTES: Mato Grosso (2005-c, 2005-e, 2005-d, 2007-c); Viana e Maciel (2002).

\*incluída no cálculo do IUC/TI em 2006, e receberá os recursos a partir de 2007;

\*\* Terras indígenas de outras etnias, que não a Paresí;

\*\*\*essa área refere-se à delimitação anterior, contestada judicialmente, sendo que um novo estudo pode reduzi-la e limita-la à Diamantino;

<sup>1</sup> os únicos municípios que compõem as Terras Paresí e também tem Unidades de Conservação são: Tangará da Serra, com 1.125,64 ha dos quais 1.104,54 foram incluídos no cálculo do IUC/TI em 2006 e começam a receber a partir de 2007; e Diamantino, com 29.591,30 ha que também foram incluídos no cálculo em 2006;

<sup>2</sup> considerando-se as médias mensais de janeiro a novembro, já que não se teve acesso ao repasse de dezembro;

<sup>3</sup> cálculo hipotético com base nas extensões de terras indígenas e unidades de conservação;

<sup>4</sup> com o desmembramento de Barra do Bugres, que cede território a Vale do São Domingos, a Terra Indígena Figueiras passa a pertencer ao segundo, porém, não houve atualização, e primeiro continua a receber pela área.

### 6.4.3 Pronaf, Fundos de Aval e Cooperativa

Para o financiamento de alternativas econômicas, os Paresí tentaram as seguintes possibilidades: uso de recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf); disponibilização de um fundo de aval, por parte da Funai ou do governo do estado, como garantia de empréstimo bancário aos índios, e formação de uma cooperativa indígena.

Conforme um representante da etnia que tentou utilizar o Pronaf, isso não foi possível porque, além da assinatura do presidente da Funai, seria necessário o depósito de um fundo de aval no valor de R\$ 80.000,00, o que não foi realizado. O entrevistado não gosta nem de comentar o assunto, pois, de um lado, tanto o programa quanto a Funai (e a lei em geral) considera o índio não capaz de honrar com os financiamentos; de outro, a lei impede que a terra (bem maior que possuem) possa ser dada como garantia. Segundo ele, se houvesse a aprovação dos financiamentos do Pronaf os projetos econômicos, pelo menos em sua aldeia, seriam familiares, de forma que cada unidade familiar definiria o que e como produzir.

Assim, esses projetos se restringiriam à família nuclear, mesmo porque o limite máximo de financiamento do programa é de R\$ 5.000,00 por cliente. Dessa forma, estaria contrariando o sistema tradicional baseado nas relações de parentesco mais amplo.

Portanto, nem o fundo de aval da Funai e muito menos do governo do estado foram disponibilizados até o momento. E dentre todas essas possibilidades, apenas a cooperativa está em processo de criação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decisivamente, o contato interétnico entre os Paresí e os não-índios provocou impactos à etnia, pois essa relação foi sempre desigual. Seja pela escravidão nas minas, ou pela exploração na extração de poaia e borracha, por pressão das dificuldades econômicas, ou pelas facilidades oferecidas por produtos manufaturados, a etnia sentiu os impactos do contato.

Atualmente, a Produção do Espaço Paresí exhibe fatores complementares, como Estado e forças de mercado, influências internas e externas, elementos preexistentes e inovação, mais ao mesmo tempo contraditórios. O Estado por um lado defende os índios mas por outro os prejudica para privilegiar as forças de mercado. Essas forças, através da parceria agrícola, querem primeiramente ajudar os índios em suas dificuldades econômicas, não porque colaboraram para gerá-las, mas por pena. Fatores externos são internalizados e elementos internos, como a economia tradicional, desprestigiados, mesmo quando são fundamentais para a subsistência. O preexistente torna-se um empecilho, tanto para os fazendeiros quanto para índios, mas a inovação pretendida, a agricultura moderna, além dos impactos, demonstra poucas perspectivas.

Após a demarcação de quase todas as Terras Indígenas Paresí, a etnia passa a cobrar cada vez mais por alternativas econômicas que gerem emprego e renda. Mas, em razão do insucesso de ações governamentais e não-governamentais em desenvolvê-las e da falta de perspectivas, a agricultura moderna surge como possibilidade, através das parcerias agrícolas com fazendeiros, dentro dessas terras.

Todavia, em virtude das questões jurídicas — principalmente com a publicação da Instrução Normativa pela Funai, em junho de 2006, reiterando a proibição das parcerias —, a agricultura moderna passa de possibilidade a quase impossibilidade. Não há fontes de financiamento para que tal atividade seja desenvolvida pelos índios.

O Estado, que contribuiu para a ocupação da fronteira agrícola na região, causando tantos impactos aos Paresí, e através de suas leis que dificultam o acesso a financiamentos, deve criar mecanismos para que eles tenham suas dificuldades econômicas reduzidas. Contudo, os insucessos governamentais em superar tal situação

têm contribuído ainda mais com as forças de mercado, pois alternativas como as parcerias agrícolas beneficiam muito mais os fazendeiros.

Nesse contexto, mais do que nunca, torna-se necessário desenvolver alternativas de pequeno porte, mas que também necessitam de financiamento. Os projetos econômicos propostos e desenvolvidos não têm alcançado os resultados esperados, de forma que nenhum deles pode ser ampliado para todas as aldeias. Por isso, seria necessário um estudo profundo, com a participação dos índios e com foco em encontrar alternativas econômicas sustentáveis, como o “Zoneamento Ecológico-Econômico das Terras Indígenas Paresí”, aqui proposto.

Uma fonte de recursos disponível para se desenvolver essas alternativas seria a do ICMS Ecológico, verba bastante significativa recebida pelos oito municípios com Terras Paresí. Por ser um recurso ecológico, deve ser investido em tal propósito, o que reafirma a necessidade de se pesquisar a possibilidade. Para tanto, seria preciso criar leis municipais, para que cada prefeitura aplicasse esses recursos, fazendo-se a fiscalização em cada localidade.

O processo de mudanças nas formas e funções produtivas gerou transformações na estrutura econômica em um primeiro momento; agora, com a intensificação da racionalidade capitalista entre esses índios, com a introdução da agricultura moderna em suas terras, a mudança pode atingir estruturas não econômicas, principalmente aquelas ligadas às relações de produção e consumo.

As parcerias, bem como a cobrança de direito de passagem pela MT-235, demonstram a substituição do direito de uso pelo de troca dada pelo contexto de integração e as pressões que sofre a etnia dentro do sistema produtivo regional. O uso tradicional da terra não gera renda que satisfaça as necessidades de crescentes consumo, mesmo as necessidades alimentares não podem ser satisfeitas por causa da redução da caça, pesca e também das condições agrícolas. Além disso, a reafirmação da agricultura moderna como única alternativa para o cerrado e mais de trinta anos de trabalho da etnia com esse modelo em fazendas vizinhas fazem dela uma possibilidade.

A agricultura moderna continua a ser uma expectativa, podendo voltar a ser feita em parceria com não-índios, ou de forma autônoma pelos índios. À primeira vista, o trabalho apóia a modernização da agricultura em Terras Paresí, mas o que se defende, de fato, é: primeiro, a autonomia como princípio fundamental dos grupos

humanos, pois a maioria dos índios parece apoiar a nova técnica, mesmo porque seria impossível, depois da ordem instalada há mais de três anos, voltar-se à estaca zero; segundo, a defesa de que essa modernização deve ser acompanhada de economias paralelas (de subsistência e geradoras de renda) revela a preocupação com a sustentabilidade e, essencialmente, com a segurança alimentar, além de que essa diversificação acaba com a monocultura pura e simples, evitando um aprofundamento maior da racionalidade capitalista e seus impactos.

A dissertação também defende que a sociedade indígena continue a investir na valorização da sua cultura, principalmente por meio das escolas indígenas, que devem mostrar os impactos da racionalidade capitalista, pois isso será essencial para a etnia estar coesa a fim de, por exemplo, manter a estrutura fundiária atual e evitar grandes desigualdades sociais. Além disso, na atual conjuntura, torna-se fundamental o investimento em educação técnica, especialmente ligada às alternativas e possibilidades econômicas locais.

Será, todavia, impossível aos Paresí evitar os impactos dessa racionalidade, uma vez que assumir o modelo econômico da sociedade envolvente ou parte dele significa absorver também seus problemas. Por isso é também fundamental a conscientização dos danos da intensificação da racionalidade capitalista através da agricultura moderna e a afirmação de valores de fraternidade e união da etnia, que são fundamentais para desenvolver projetos comuns e alternativos.

Talvez o que mais cause perplexidade na pesquisa seja a certa omissão, não só do governo federal, através de seus mecanismos, mas também do governo estadual e dos municípios aos quais pertencem as Terra Indígenas Paresí, fato claro em relação à aplicação do ICMS Ecológico.

Discute-se a “dívida” social do Brasil para com os povos indígenas, como fosse possível “pagar” as milhares de vidas perdidas. Há, porém, como minimizar os efeitos dos desequilíbrios causados no contato interétnico através de ações do Estado. Ele pode fomentar alternativas econômicas, dando assim mais dignidade a esses povos e à etnia Paresí, em particular, pois se trata principalmente da subsistência física desse grupo, da qual dependem as estruturas cultural e social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, S. de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense – contexto, propósitos e contradições.** São Paulo: USP, 2001. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

ALIMENTAÇÃO à base de soja. Disponível em: <[www.cnp.mt.gov.br](http://www.cnp.mt.gov.br)> Acesso em: 31 mai. 2006.

ALVES, A.L. **A difusão da questão indígena pela imprensa mato-grossense.** Disponível em <[www.ubista.ubi.pt](http://www.ubista.ubi.pt)> Acessado em 27 set. 2005.

ARAÚJO, T.B. de. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LEVINA, L; CARLEIAL, L.M.da F; NABUCO, M.R. (orgs). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil.** São Paulo: Hucitec-Annablume-Anpur, 1993.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BAPTISTA, M. Lavoura moderna. **Revista Produtor Rural.** Cuiabá, mar. 2006.

BARROS, M.C.V. **A questão ambiental e os professores Paresí no Município de Tangará da Serra, Mato Grosso: uma análise contextualizada.** Cuiabá: UFMT, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2002.

BECKER, B.K. **Geopolítica da Amazônia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **Amazônia.** São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: CHRISTOFOLETTI, A. et al. (orgs.). **Geografia e meio ambiente no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2002.

BENKO, G. Organização econômica do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M.L. (orgs). **Território globalização e fragmentação**. 3. ed. São Paulo: Hucitec - ANPUR, 1996.

\_\_\_\_\_. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. Tradução: DANESI, A. de P. São Paulo: Hucitec – Annablume, 2002.

BERNARDES, J.A. Técnica, trabalho, acumulação e reorganização do território: o caso do cerrado mato-grossense. In: **Revista Ciência Geográfica – Pesquisa – Método**. Ano VII Volume II, Nº19, maio/ago. Bauru, 2001 (Associação dos Geógrafos Brasileiros/Seção Bauru).

\_\_\_\_\_. As estratégias do capital no complexo da soja In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C. da; CORRÊA, R.L. (orgs). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, J.A.; FREIRE FILHO, [O.de](#) L. (orgs). **Geografias da soja: BR-163: fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006.

BOURDIEU, P. **O desencanto do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. **A SUDECO em Mato Grosso**. Coordenadoria de Comunicação Social. Brasília, 1981.

\_\_\_\_\_. Ministério das Minas e Energia – Secretaria Geral. **Projeto Radambrasil: levantamento de recursos naturais**. V. 26. Folha SD 21 – Cuiabá. Rio de Janeiro, 1982.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 6.001, de 19 de Dezembro de 1973. **Dispõe sobre o Estatuto do Índio**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> Acesso em: 04 abr. 2005.

\_\_\_\_\_. Fundação Nacional do Índio. **Índios do Brasil**. Disponível em: <[www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)> Acesso em: 10 jan. 2007.

CABIXI, D. **A Questão indígena**. Cuiabá: Editado pelo Centro de Documentação Terra Índio (CDTI), 1984.

CAMPOS, A. P.de. Documento: breve notícia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos [...] Reino dos Parecis. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (RIHGMT)**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), 1996.

CANOVA, L. **Os doces bárbaros**: imagens dos índios Paresí no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757). Cuiabá: UFMT, 2003. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso, 2003.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura v. 2).

CAVALCANTE, S. **Associações indígenas do Mato Grosso têm projetos aprovados**. Disponível em: <[www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)> Acesso em: 20 jun. 2006.

CHAPADA DOS GUIMARÃES. Lei Municipal Nº 1.013, de 27 de maio de 2002. Estabelece regras para aplicação dos recursos oriundos do ICMS Ecológico. **Impressa**, Chapada dos Guimarães, 2002.

COMEMORAÇÕES dos 25 anos da Coprodia iniciaram na 9ª Expocampo. Disponível em: <[www.diariodaserra.com.br](http://www.diariodaserra.com.br)> Acesso em: 12 jan. 2007.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. Rio de Janeiro: Ática, 2002.

COSTA, R. M. R. **Cultura e contato**: um estudo da sociedade Paresí no contexto das relações interétnicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.

COSTA, W. M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto - EDUSP, 1988 (Repensando a Geografia).

COSTA FILHO, A. Análise dos sistemas econômicos da sociedade Paresi. In: GERA - Centro de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado. **Gerando debates**:

roças indígenas. v. 1. Cuiabá: EdUFMT – Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), Universidade Federal de Mato Grosso, 1994.

COSTA JÚNIOR, P. J.; LIMA A. S.; CORRÊA, M. A. Zoneamento sócio-ambiental das Terras Indígenas Pareci: a busca de modelos de desenvolvimento alternativos para o cerrado. In: COELHO, M. de F. B. et al. (org.). Diversos olhares em etnobiologia, etnoecologia e plantas medicinais – I Seminário Mato-Grossense de Etnobiologia e Etnoecologia e II Seminário Centro-Oeste de Plantas Medicinais. **Anais...** Cuiabá: Unicen Publicações, 2003.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C. de S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M.C. de S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DURHAM, E. R. O lugar do índio. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **O índio e a cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

EGLER, C. A. G. Questão Regional e Gestão do Território no Brasil. In: CASTRO, I. [E.de. Geografia: conceitos e temas](#). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FERNANDES, J. **Índio – esse nosso desconhecido**. Cuiabá: EdUFMT, 1993.

GODELIER, M. **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Tradução de Maura R. Sardinha. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [196-].

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C. de S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GONÇALVES, M.A. **“Etnografia do mito” – mitologia e sociedade Paresi**. Disponível em: <[www.sigma.ufrj.br](http://www.sigma.ufrj.br)> Acesso em: 12 out. 2004.

GORENDER, J. Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro. In: STÉDILE, J.P.; GORENDER, J. (et al.). **A questão agrária na década de 90**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

KAYSER, B.; GEORGE, P. A região como objeto de intervenção. In: GEORGE, P. **A Geografia ativa**. Tradução: Gil Toledo e outros. 5. ed. São Paulo – Rio de Janeiro, EDUSP – DIFEL, 1980.

LACERDA FILHO, [J.V.de](#) et al. Geologia e recursos minerais do Estado de Mato Grosso. Goiânia: CPRM – Serviço Geológico do Brasil/Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia do Estado de Mato Grosso (SICME-MT), 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

LEONEL, M. Colonos contra amazônidas no Polonoroeste: uma advertência às políticas públicas. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. [E.de](#) (Orgs.). **Amazônia – a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Edições CEJUP – Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

LIDERANÇAS indígenas pleiteiam alternativas de geração de emprego e renda. **Jornal Diário da Serra**. Tangará da Serra, 16 jun. 2004.

MACHADO, M.F.R. **Índios de Rondon**: Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxiniti, grupos Paresí. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. Tese (Doutorado em Antropologia), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **Ponte de pedra**: mito, história e arqueologia. Cuiabá: Relatório de trabalho complementar ao “EIA-RIMA” U.H.E – [s.ed.], 1999.

MARTA, J.M.C. **Imperialismo, globalização e energia**: o caso de Mato Grosso. Campinas: Unicamp, 2002. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica), Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do mundo. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (Seplan-MT). **O impacto dos programas federais em Mato Grosso**. Cuiabá: Seplan-MT, 1973.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (Seplan-MT). **Estratégia de desenvolvimento econômico – Mato Grosso – investimentos e ações prioritárias**. Cuiabá, 1992.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Comunicação Social. **Manual do investidor no Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, 1999.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Nº 73, de 07 de dezembro de 2000. Dispõe sobre os critérios de distribuição da parcela de receita do Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) pertencente aos municípios, de que tratam os incisos I e II do parágrafo único do art. 157 da Constituição Estadual e dá outras providências. In: **Diário Oficial do Estado**. Cuiabá, 2000.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual Nº 2.758, de 16 de julho de 2001. Regulamenta o artigo 8º da Lei Complementar nº 73, de 07 de dezembro de 2000, seus anexos e dá outras providências. In: **Diário Oficial do Estado**. Cuiabá, 2001

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial do Meio Ambiente – Fundação Estadual do Meio Ambiente. **ICMS Ecológico por biodiversidade: perguntas e respostas**. Cuiabá: 2002.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (Seplan-MT). **Informativo Socioeconômico de Mato Grosso 2005**. Cuiabá: Central de Texto, 2005-a.

\_\_\_\_\_. Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) nº 017/91, de 05 de agosto de 1991. **Dispõe sobre estudo de impacto ambiental/relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) em terras indígenas**. Disponível em: <[www.universoverde.com.br](http://www.universoverde.com.br)> Acesso em: 15 abr. 2005-b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Fazenda. **Portaria Nº. 41/2004**: Republica o Índice de Participação dos Municípios (IPM) de Mato Grosso no Produto da Arrecadação do

ICMS, para aplicação no exercício de 2004 (Publicada na página 47 do Diário Oficial do Estado em 25 de março de 2004). Disponível em: <[www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br)> Acesso em: 18 set. 2005-c.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Fazenda. **Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – ICMS de 2004 e 2005**. Disponível em: <[www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br)> Acesso em: 16 set. 2005-d.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Fazenda. Portaria N°. 0038/2005 de 23 de março de 2005. Publica o IPM no Produto da Arrecadação do ICMS, a serem aplicados no exercício de 2005. In: **Diário Oficial do Estado**, Cuiabá, 2005-e.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Prodeagro – projeto de desenvolvimento agroambiental do Estado de Mato**: avaliação final – modelo, estrutura, ações e resultados; antecedentes e desenvolvimento de um projeto agroambiental. Disponível em: <[www.anu.seplan.mt.gov.br](http://www.anu.seplan.mt.gov.br)> Acesso em: 03 set. 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Divulgação de dados do zoneamento sócio-econômico-ecológico de Mato Grosso 2006**. Disponível em: <[www.zsee.seplan.mt.gov.br](http://www.zsee.seplan.mt.gov.br)> Acesso em: 20 jan. 2007-a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Fazenda. **IPM no produto da arrecadação do ICMS em Mato Grosso e valores transferidos aos municípios do estado em 2006**. Disponível em: <[www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br)> Acesso em: 15 jan. 2007-b

MESQUITA, O.V. et al. **Geografia e questão ambiental**. Rio de Janeiro, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Diretoria de Geociências – Departamento de Geografia, 1993.

MIRANDA, [E.E.de](#) et al. **O gafanhoto do Mato Grosso**: balanço e perspectivas de 4 anos de pesquisa 1992-1996; relatório final do projeto “meio ambiente e gafanhotos pragas no Brasil”. Disponível em: <[www.gafanhotos.cnpm.embrapa.br](http://www.gafanhotos.cnpm.embrapa.br)> Acesso em: 21 dez. 2006.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

MONTEIRO, R.S. **A educação ambiental em Mato Grosso – Brasil**: projeto PRODEAGRO, 1992-1995. Cuiabá: UFMT, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 1998.

NASCIMENTO, O.A. **A economia da etnia Paresí – Mato Grosso – Brasil**: da auto-suficiência baseada na roça de toco à dependência do mercado e mecanização agrícola. Tangará da Serra (MT), 2005. Monografia (Especialização em Educação - História de Mato Grosso) - Instituição Tangaraense de Ensino e Cultura.

OLIVEIRA, R. C. de. **A Sociologia do Brasil indígena**. Rio de Janeiro - São Paulo: Tempo Brasileiro – EDUSP, 1972.

\_\_\_\_\_. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais – Livraria Pioneira Editora, 1976.

OLIVEIRA, C.E.de. **Famílias e natureza**: as relações entre famílias e ambiente na colonização de Tangará da Serra – MT. Tangará da Serra: Gráfica e Editora Sanches, 2004.

OLIVEIRA, S. de. Índio quer plantar. **Revista Produtor Rural**. Cuiabá, fev. 2003.

OPAN – Operação Amazônia Nativa (coord.). **Relatório do subprojeto**: diagnóstico de alternativas econômicas e de subsistência para uma comunidade Paresí. Cuiabá: [s.ed.], 1995.

PEREIRA, A.J. **Tangará da Serra**: nova fronteira agrícola e sua urbanização. Tangará da Serra: Gráfica e Editora São Francisco, 2000.

PREFEITOS vão apresentar plano de uso do ICMS Ecológico. Disponível em: <[www.sema.ms.gov.br](http://www.sema.ms.gov.br)> Acesso em: 25 set. 2005.

RICHARDSON, R. J. e Colaboradores. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.

ROSS, J. L. S; DEL PRETTE, M. E. Recursos hídricos e as bacias hidrográficas: âncoras do planejamento e gestão ambiental. In: **Revista do Departamento de Geografia**. n. 12. Cuiabá: EdUFMT, 1998.

ROSSETTO, O.C. “**Vivendo e mudando junto com o Pantanar**”: um estudo das relações entre as transformações culturais e a sustentabilidade ambiental das paisagens pantaneiras. Brasília. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

SACHS, I. Qual desenvolvimento para o século XXI? In: BARRÈRE, M. (coord). **Terra: patrimônio comum** (a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento). São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, G.M. dos. Caracterização das espécies e variedades vegetais cultivadas pelos Paresi. In: GERA - Centro de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado. **Gerando debates: roças indígenas** – v. 1. Cuiabá: EdUFMT – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal de Mato Grosso, 1994.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985 (Coleção Espaços).

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 2004.

SARDINHA, I.J. Interlocutor dos índios. **RDM - Revista de Mato Grosso**, Cuiabá, n.54, 02 maio 2004. p. 8. Entrevista concedida a Eduardo Gomes.

SCHRÖDER, P. **Economia indígena: situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal**. Recife: Editora da UFPE, 2003.

SEMINÁRIO causa revolta em defensores das causas indígenas. Disponível em: <[www.brasiloste.com.br](http://www.brasiloste.com.br)> Acesso em: 15 jun. 2006.

SILVA, J.A.F. Economia de subsistência e projetos de desenvolvimento econômico em áreas indígenas. In: SILVA, A.L.da; GRUPIONI, L.D.B. (orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC – MARI – UNESCO, 1995.

SOJA cotações do dia 27/10/2006. Disponível em: <[www.agrolink.com.br](http://www.agrolink.com.br)> Acesso em: 28 out. 2006.

SOJA, E.W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Tradução (da 2. ed. inglesa) de Vera Ribeiro; revisão técnica de Bertha Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, H. C. **Entre a aldeia e a cidade: educação escolar Paresí**. Cuiabá: UFMT, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Educação, UFMT, 1997.

VIANA, G. e MACIEL, J.O.F. **O ICMS Ecológico de Mato Grosso**. Cuiabá: Gabinete do Deputado Estadual Gilney Viana, 2002 (Coleção Eco-Cidadania nº 06).

WAIBEL, L. As zonas pioneiras do Brasil. In: **Capítulos de geografia tropical do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), 1979.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. v. 1.

WEIS, B. **Arrendamento é um dos principais desafios na gestão territorial de áreas indígenas**. Disponível em: <[www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)> Acesso em: 15 set. 2006.

**FONTES ORAIS (ENTREVISTAS)**

Liderança Paresí. Tangará da Serra-MT, 11 out. 2006.

Liderança Paresí. Sapezal-MT, 23 jun. 2006.

Liderança Paresí. Tangará da Serra-MT, 10 out. 2006.

Representante da Operação Amazônia Nativa (Opan). Cuiabá-MT, 15 ago. 2006.

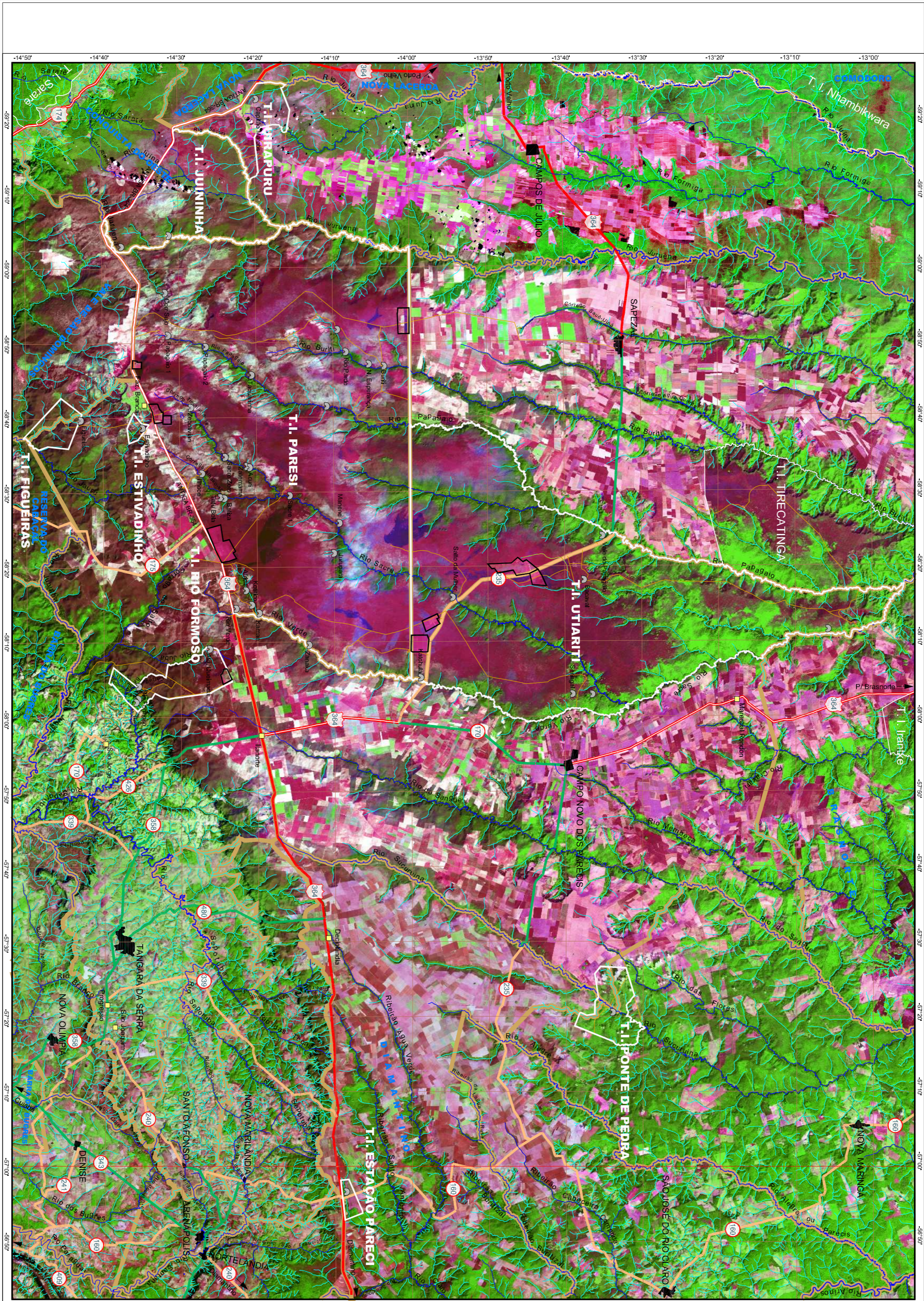
Representante da Operação Amazônia Nativa (Opan). Cuiabá-MT, 26 out. 2006.

Representante da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Cuiabá-MT, 20 nov. 2006.

Representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato). Cuiabá-MT, 16 out. 2006.

Representante da Administração Executiva da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Tangará da Serra. Tangará da Serra-MT, 11 out. 2006.

Representante da Associação Wáimare. Tangará da Serra-MT, 11 out. 2006.



ÁREA COM PARCERIA AGRÍCOLA APROXIMADA	ÁREA ha
TERRA INDÍGENA	
PAREÇÍ	6.505,84
UTARITI	6.205,56
RIO FORMOSO	589,37
<b>TOTAL</b>	<b>13.400,78</b>

OBSERVAÇÃO: As áreas com agricultura moderna nas Terras Indígenas Utariti, Pareçí e Rio Formoso não são parceiras, pertencem a produtores, já que essas áreas estão em processo de regularização fundiária.

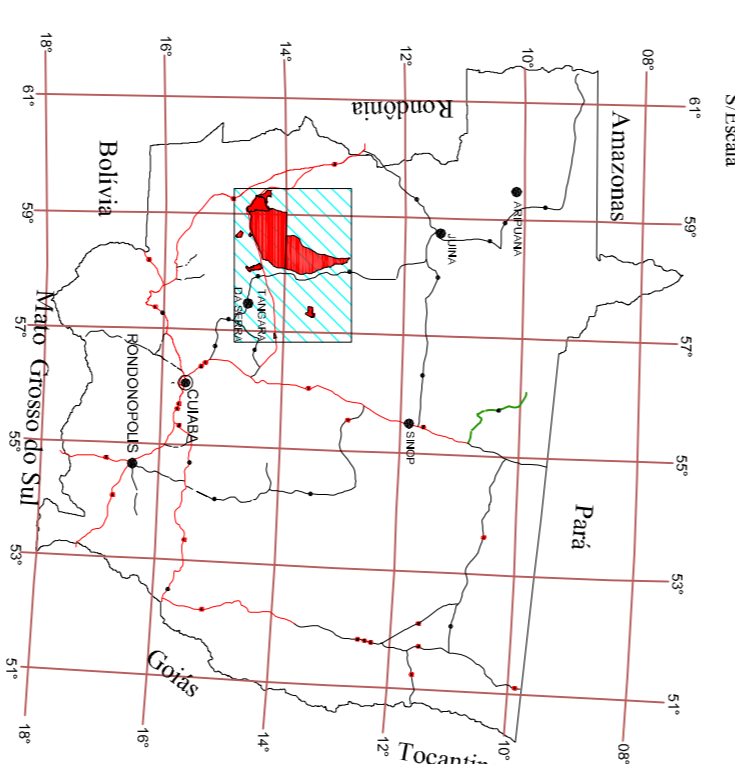
**LEGENDA**

- CAMPO PRESERVADO
- FLORESTA
- ÁREA AGRÍCOLA

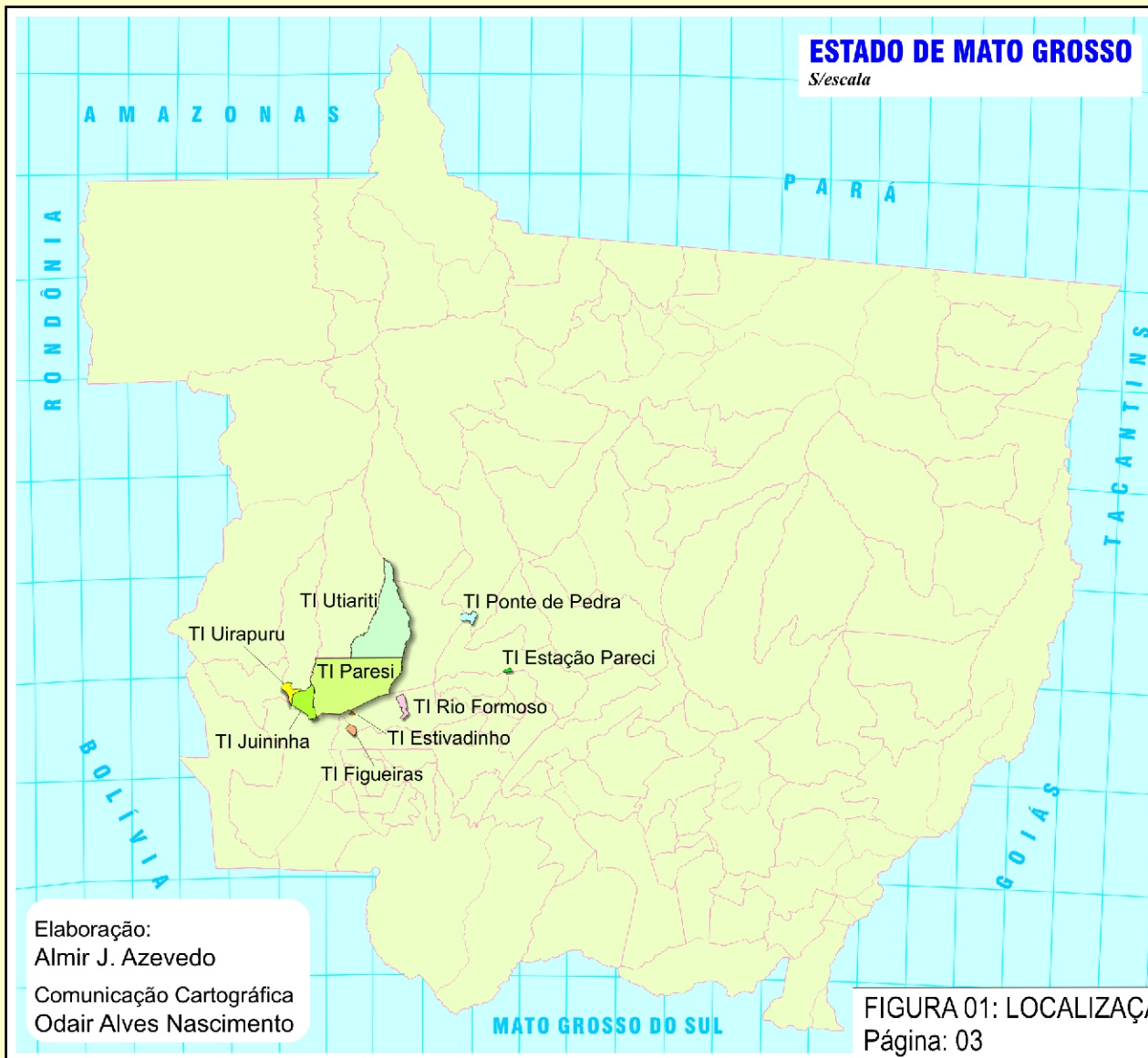
**CONVENÇÕES CARTOGRAFICAS**

- HIDROGRAFIA
- ESTADAS DE ACESSO
- RODOVIA FEDERAL PAVIMENTADA
- RODOVIA FEDERAL NÃO PAVIMENTADA
- RODOVIA ESTADUAL PAVIMENTADA
- RODOVIA ESTADUAL NÃO PAVIMENTADA
- DIVERSAS INTERMUNICIPALIS
- ÁREAS DAS TERRAS INDÍGENAS
- ÁREAS COM PARCERIA AGRÍCOLA
- VILAS DISTRITOS
- CIDADES
- ALDEIA INDÍGENA

**Localização no Estado de Mato Grosso**



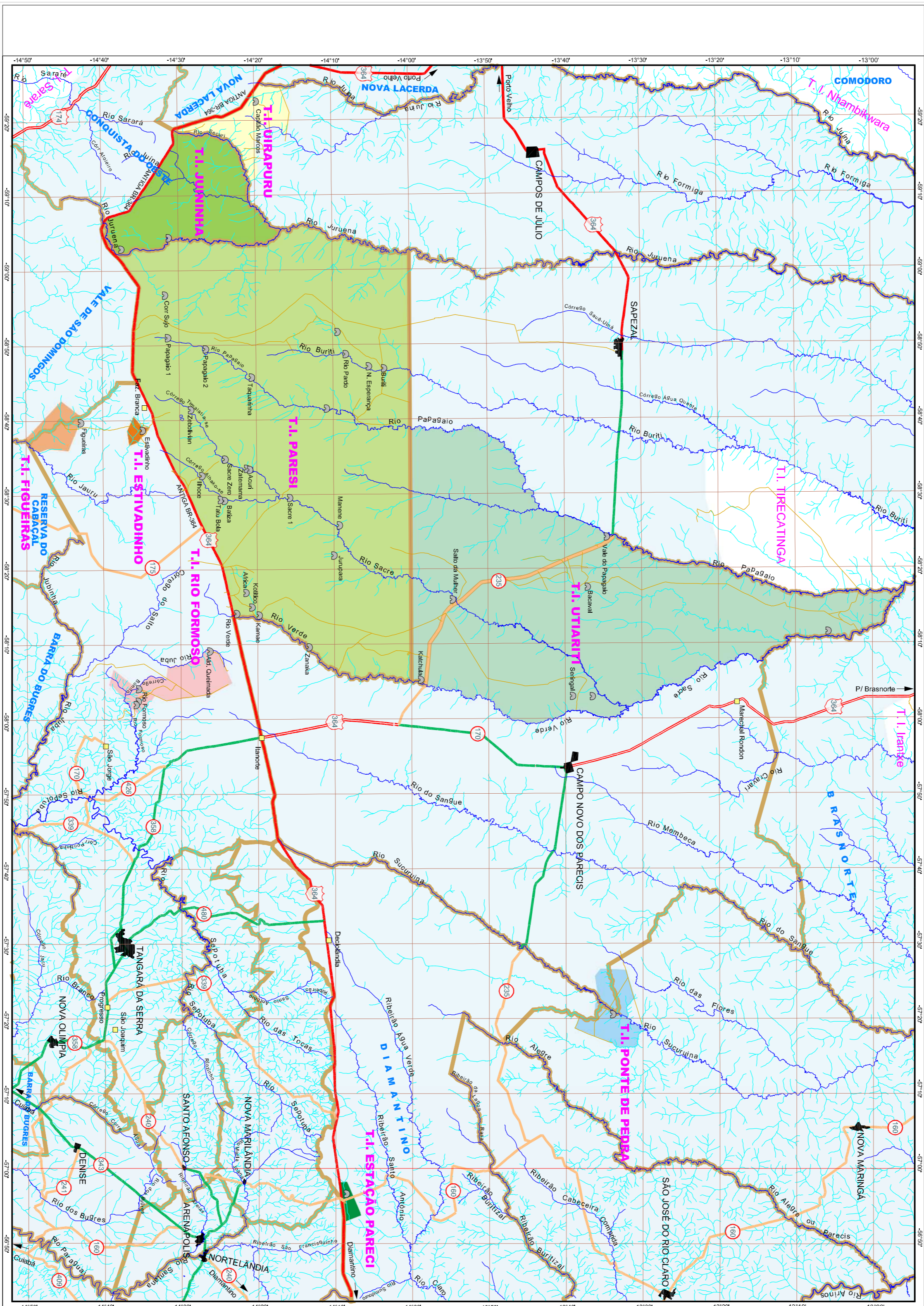
ASSINTE	13.FEV/2007	INSTITUIÇÃO	Programa de Pós-Graduação-Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso	PÁGINAS:	10
MAPE	1:750.000	ELABORAÇÃO	Almir José de Azevedo	COORDENADOR GERAL	Oadir Alves Nascimento
			ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	Ambiente e Desenvolvimento Regional	74



Elaboração:  
Almir J. Azevedo  
Comunicação Cartográfica  
Odair Alves Nascimento

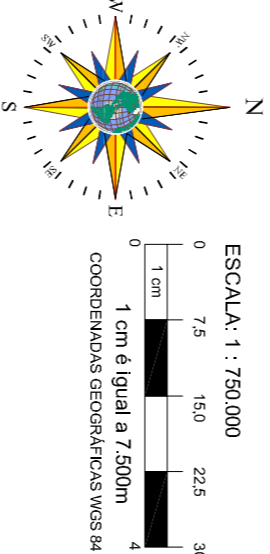


FIGURA 01: LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS PARECÍ  
Página: 03



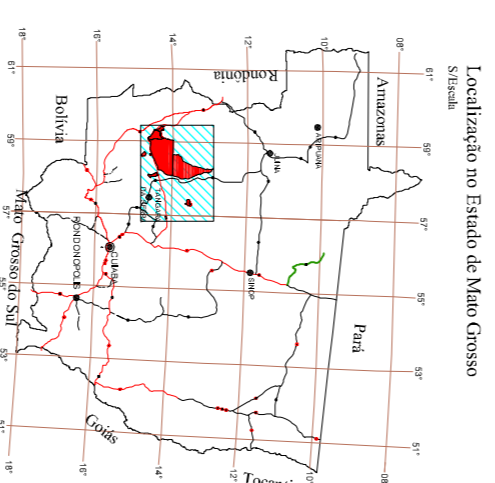
TERRA INDÍGENA	Área (km²)	Situação Jurídica	Município	Território Municipal (km²)	% com a Terra Indígena
URUPURU	218,35	Delimitada	Campos de Júlio	8.805,00	2,56
JUMINHA	705,37	Homologada	Conquista do Oeste	2.698,00	26,14
PARESI	5.635,86	Homologada	Tangará da Serra	11.566,00	48,72
FIGUEIRAS	98,58	Homologada	Tangará da Serra	11.566,00	0,42
			Vale de São Domingos	2.001,00	2,48
ESTIVADINHO	20,31	Homologada	Tangará da Serra	11.566,00	0,17
RIO FORMOSO	197,49	Homologada	Tangará da Serra	11.566,00	1,70
UTIARITI	4.123,04	Homologada	Campos Novo dos Parecís	9.448,00	29,36
			Sapezal	13.588,00	9,92
ESTÁÇÃO PARECI	19,47	Em Estudo	Diamantino	7.630,00	0,25
PONTE DE PEDRA	175,07	Delimitada	Nova Maringá	11.438,41	1,16
			Campos Novo dos Parecís	9.448,00	0,38
			Diamantino	7.630,00	0,07
Novas Terras Indígenas	11.193,54	-	Em Oito Municípios	-	-

\* A área anteriormente delimitada de 36,20 km² entre Diamantino e Nortelândia foi contestada na Justiça, sendo aqui apresentada a delimitação provisória do grupo de trabalho atual.



ESCALA: 1:750.000  
 FONTE:  
 - CONTAS TOPOGRÁFICAS BERGESS  
 - FUNAI  
 - IMAGEM DE SATELITE LANDSAT 5 2004

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS



- LEGENDA:
- HIROGRAFIA
  - ESTRADAS DE ACESSO
  - RODOVIA FEDERAL, PAVIMENTADA
  - RODOVIA FEDERAL, NÃO PAVIMENTADA
  - RODOVIA ESTADUAL, PAVIMENTADA
  - RODOVIA ESTADUAL, NÃO PAVIMENTADA
  - DIVISAS INTERMUNICIPIS
  - VILAS, DISTRITOS
  - CIDADES
  - ÁREA INDÍGENA

**MAPA POLÍTICO DAS TERRAS INDÍGENAS PARESI**

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

DATA: 13/EV/2007

ESCALA: 1:750.000

ELABORAÇÃO: Almir José de Azevedo

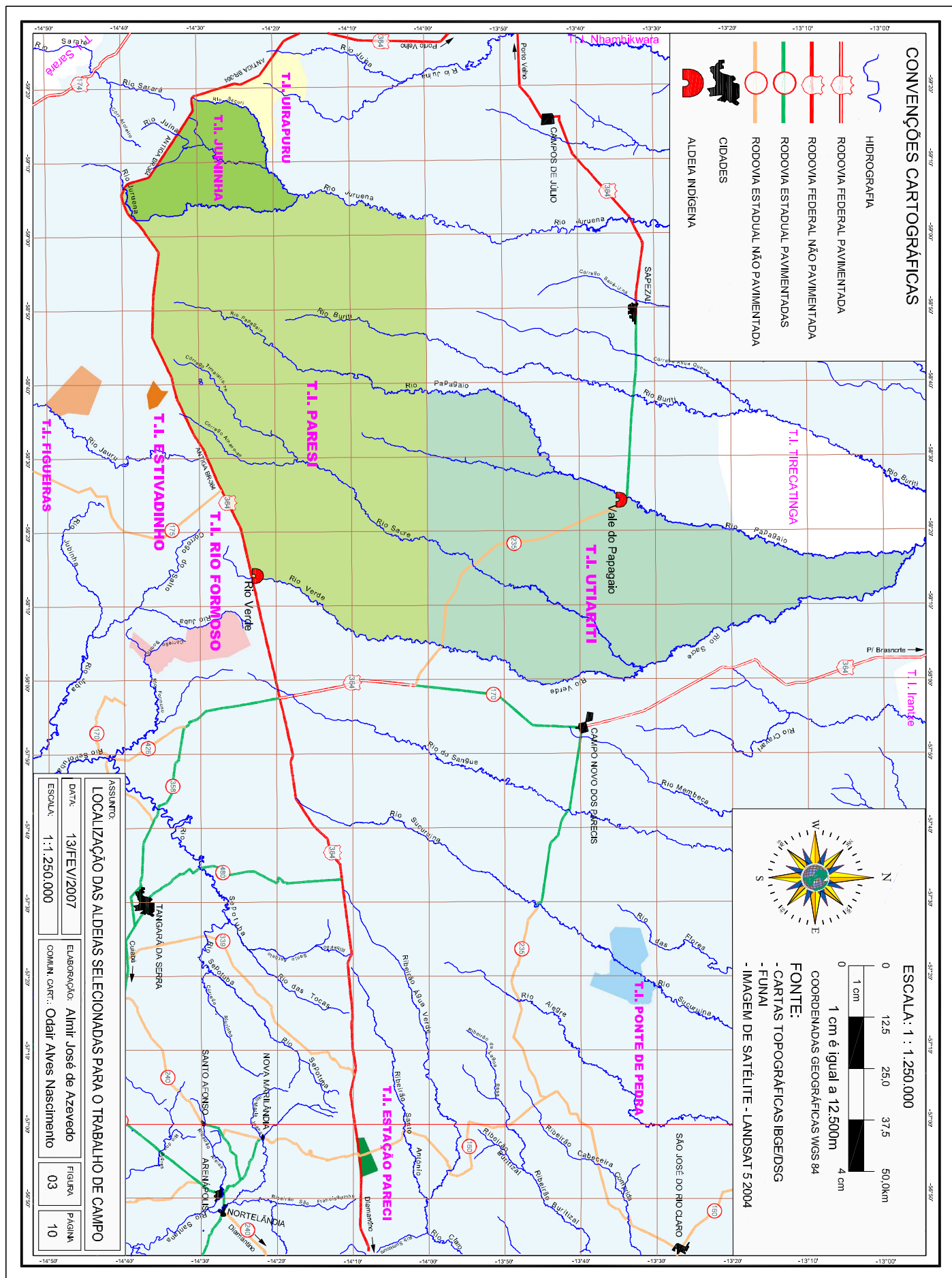
COORDENADOR: Odir Alves Nascimento

INSTITUIÇÃO: Programa de Pós-Graduação-Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Ambiente e Desenvolvimento Regional

PÁGINA: 02

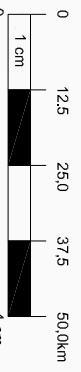
TOTAL: 04



**CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS**

- HIDROGRAFIA
- RODOVIA FEDERAL PAVIMENTADA
- RODOVIA FEDERAL NÃO PAVIMENTADA
- RODOVIA ESTADUAL PAVIMENTADAS
- RODOVIA ESTADUAL NÃO PAVIMENTADA
- CIDADES
- ALDEIA INDIGENA

ESCALA: 1 : 1.250.000

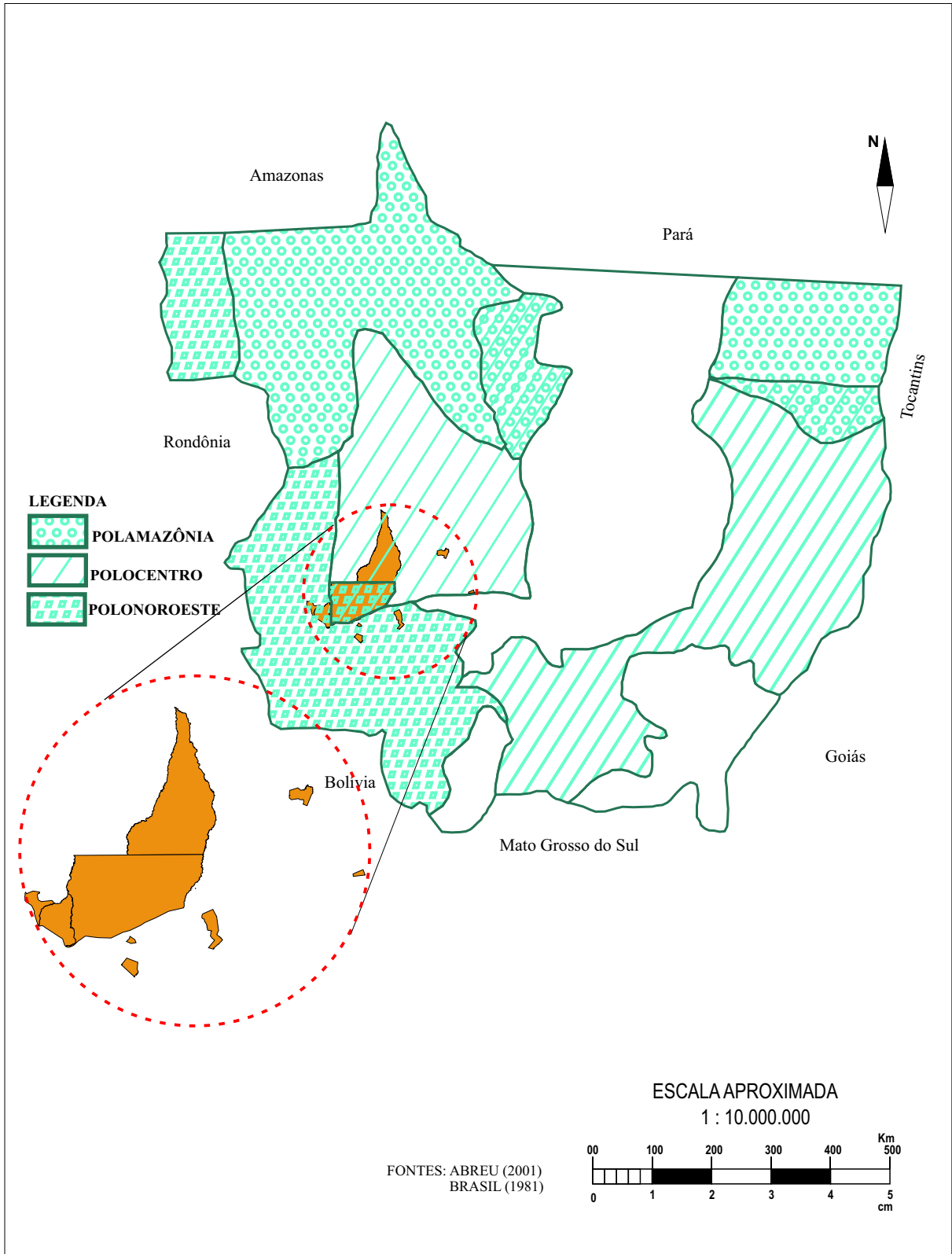


1 cm é igual a 12.500m  
 COORDENADAS GEOGRÁFICAS WGS 84  
**FORTE:**  
 - CARTAS TOPOGRÁFICAS IBGE/DSG  
 - FUNAI  
 - IMAGEM DE SATELITE - LANDSAT 5 2004

ASSUNTO:  
**LOCALIZAÇÃO DAS ALDEIAS SELECIONADAS PARA O TRABALHO DE CAMPO**

DATA: 13/FEV/2007  
 ELABORAÇÃO: Almir José de Azevedo  
 ESCALA: 1:1.250.000  
 COMUM. CART.: Odair Alves Nascimento

FIGURA 03  
 PLANO 10



FONTES: ABREU (2001)  
BRASIL (1981)

ESCALA APROXIMADA  
1 : 10.000.000



ASSUNTO:

**PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO SUB-REGIONAIS EM MATO GROSSO**

FIGURA:

**04**

DATA: 13/FEV/2007

INSTITUIÇÃO

Programa de Pós-Graduação-Mestrado em Geografia  
da Universidade Federal de Mato Grosso

PÁGINA:

**34**

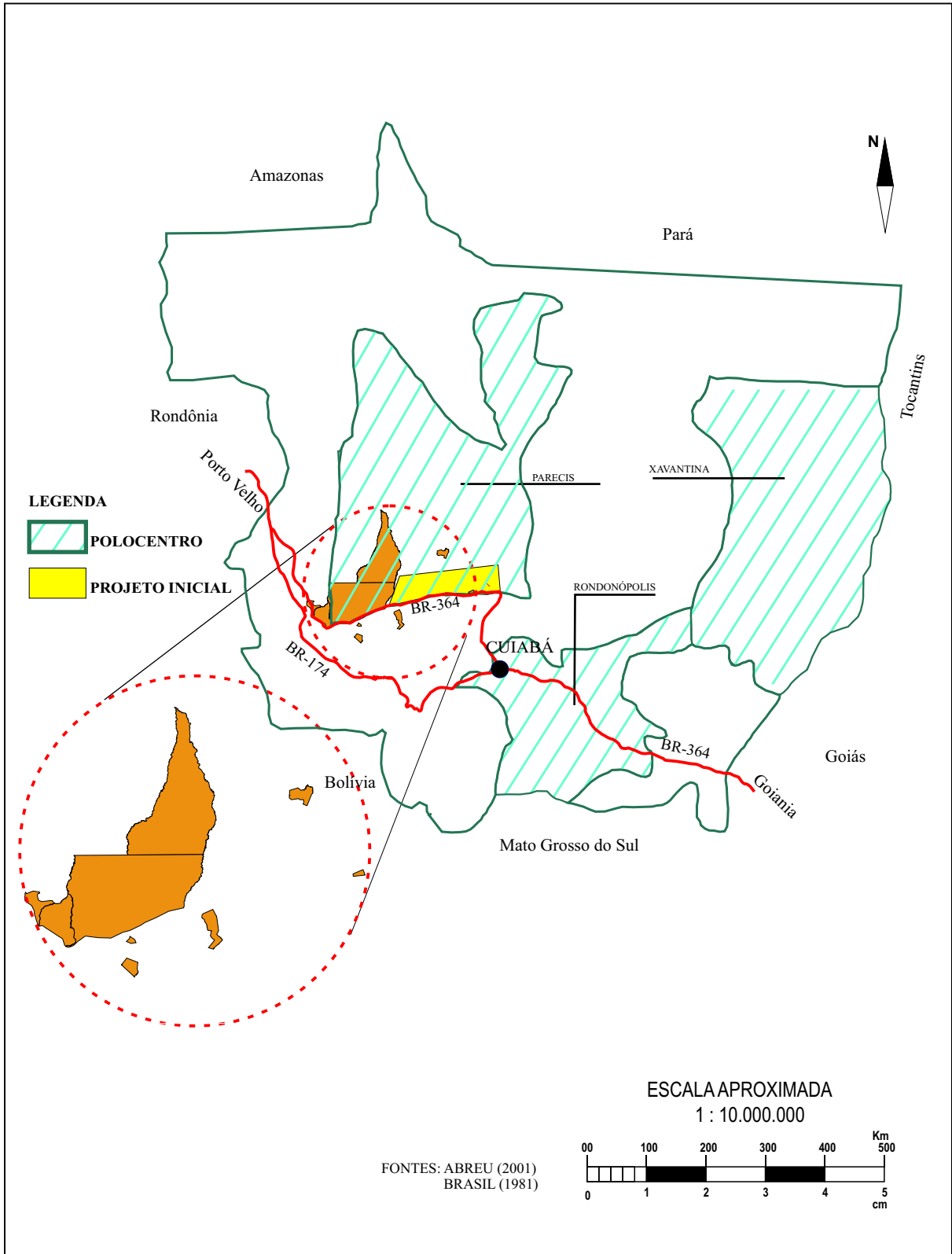
ESCALA: Indicada

ELABORAÇÃO: Almir José de Azevedo

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

Ambiente e Desenvolvimento Regional

COMUN. CART.: Odair Alves Nascimento



ASSUNTO: **O POLOCENTRO E AS TERRAS INDÍGENAS PARESI**

FIGURA:  
**05**

DATA: **13/FEV/2007**

INSTITUIÇÃO  
Programa de Pós-Graduação-Mestrado em Geografia  
da Universidade Federal de Mato Grosso

PÁGINA:  
**38**

ESCALA: **Indicada**

ELABORAÇÃO: **Almir José de Azevedo**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:  
Ambiente e Desenvolvimento Regional

COMUN. CART.: **Odair Alves Nascimento**







